



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS – FACH/UFMS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MANUELA AMORIM

SAÚDE E TRABALHO:
UM ESTUDO COM PROFISSIONAIS ESPECIALISTAS E TÉCNICOS DO SISTEMA
PENITENCIÁRIO FEDERAL

CAMPO GRANDE/MS

2022

MANUELA AMORIM

SAÚDE E TRABALHO:
UM ESTUDO COM PROFISSIONAIS ESPECIALISTAS E TÉCNICOS DO SISTEMA
PENITENCIÁRIO FEDERAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Branca Maria de Meneses

CAMPO GRANDE/MS

2022

MANUELA AMORIM

SAÚDE E TRABALHO:
UM ESTUDO COM PROFISSIONAIS ESPECIALISTAS E TÉCNICOS DO SISTEMA
PENITENCIÁRIO FEDERAL BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Branca Maria de Meneses (Orientadora) Presidente

Profa. Dra. Renata Bellenzani
Examinadora interna

Profa. Dra. Ana Paula Ávila de Gomide
Examinadora externa

Dedico a

Mainha, Maria José Amorim

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha mãe, que, com todo amor e afeto, me apresentou os estudos como um meio para seguir em frente e nunca perder as esperanças. E foram a sua memória e o seu amor que me conduziram à construção desta tese. Sua partida nunca encerrou o nosso ciclo de amor.

Agradeço o comprometimento e empenho da professora Branca. Agradeço por acreditar na importância da temática, diante de um cenário acadêmico com tamanha escassez sobre o tema. Além disso, agradeço por me apresentar à Teoria Crítica da Sociedade e por sua colaboração ao meu processo de reflexão crítica sobre a psicologia.

Ao meu companheiro, Otávio Urt, por ser um colaborador deste trabalho, contribuindo criticamente ante os pontos positivos e negativos, e por depositar todo o seu afeto e a sua confiança neste desafio.

Aos meus irmãos que são referências de professores para mim e minha eterna inspiração para a vida acadêmica. Agradeço também à Maria, minha sobrinha, que, com apenas um ano de vida, me mostrou como um sorriso de criança pode ressignificar nossas dores dessa existência. Agradeço ao meu pai, que sempre nutriu por mim amor, afeto e orgulho.

À minha grande parceira, Aleisa Lima, que, na solidão de um mestrado pandêmico, sempre me escutou com leveza. Ale foi o meu ponto de referência na UFMS.

Agradeço ao Programa de Mestrado em Psicologia (UFMS), pela perspectiva social com a qual encara a psicologia, tornando-a mais combativa e, sobretudo, política. E, por fim, agradeço aos colegas, profissionais especialistas e técnicos, que confiaram em minha pesquisa e dedicaram seu tempo a participar dela. Espero contribuir para um ambiente de trabalho mais justo e emancipado. Tenho, nesse grupo de trabalho, grandes amigos aos quais carrego para além do “chão da fábrica” .

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar os fatores de riscos apresentados à saúde dos trabalhadores (representantes das categorias técnicas e especialistas) no Sistema Penitenciário Federal Brasileiro. Como base epistemológica, utiliza-se os estudos da Teoria Crítica da Sociedade – Escola de Frankfurt. Como objetivos específicos desta investigação, busca-se: (i) analisar os índices de afastamento por motivo de saúde no trabalho; (ii) identificar como os trabalhadores avaliam a organização do trabalho e sua relação com adoecimento; (iii) verificar os riscos à saúde do trabalhador associados às condições de trabalho. Como instrumentos de coleta de dados, utiliza-se o Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho (PROART), desenvolvido por Mendes e Ferreira (2007) — a partir de itens extraídos do Inventário de Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA) — e validado por Facas (2013) em sua tese de doutorado. O PROART é composto por quatro escalas que avaliam fatores diferentes, e, ao mesmo tempo, complementares, contemplando, entre outros, os seguintes temas: organização prescrita do trabalho, sofrimento patogênico, estilos de gestão e danos relacionados ao trabalho. No resumo dos resultados gerais, em relação à organização do trabalho, destaca-se uma atribuição do serviço mais degradante para o grupo de servidores mais antigos. Na análise dos estilos de gestão, há realce para os estilos normativos e individualistas. Na escala denominada “sofrimento patogênico no trabalho” observa-se o resultado “alerta” presente nos três fatores (desqualificação, indignação, inutilidade), com destaque para o fator indignação no item “meu trabalho é desgastante”. Em relação à análise dos danos físicos e psicológicos, os servidores mais antigos, entre 6 e 12 anos de tempo de serviço, os físicos destacam-se com maiores médias. O item “*alteração do sono*” (escala dano físico) desponta com a maior média em relação aos demais itens analisados. Outrossim, no que diz respeito às análises do questionário complementar, fica evidente que os trabalhadores enfrentam, além dos riscos psíquicos, riscos físicos, pois convivem com a ideia da morte como “hipótese de trabalho”. De forma proeminente, os resultados encontrados indicaram alerta, com situação-limite para os riscos psicossociais, o que demandaria uma série de intervenções a curto e médio prazo dentro da organização.

Palavras-chave: Prisões federais. Profissionais das assistências. Adoecimento no trabalho.

ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Unidades prisionais federais brasileiras

67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapa 1	58
Quadro 2 – Etapa 2	58
Quadro 3 – Etapa 3	58
Quadro 4 – Resultados do questionário complementar: Fale um pouco mais sobre as razões do seu afastamento do trabalho	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados gerais dos servidores participantes da pesquisa	69
Tabela 2 – Dados gerais dos servidores participantes da pesquisa	70
Tabela 3 – Afastamentos por unidade prisional federal (2017, 2018 e 2019)	72
Tabela 4 – Afastamento por servidor (2017, 2018 e 2019) comparado ao tempo de serviço – Catanduvas/PR	73
Tabela 5 – Média de dias em afastamento por tempo em atividade – Catanduvas/PR Média de dias em afastamento por tempo em atividade – Catanduvas/PR	74
Tabela 6 – Afastamento por servidor (2017, 2018 e 2019) comparado ao tempo de serviço – Campo Grande/MS	74
Tabela 7 – Média de dias em afastamento por tempo em atividade – Campo Grande/MS	75
Tabela 8 – Afastamento por servidor (2017, 2018 e 2019) comparado ao tempo de serviço – Mossoró/RN	76
Tabela 9 – Média de dias em afastamento por tempo em atividade – Mossoró/RN	76
Tabela 10 – Afastamento por servidor (2017, 2018 e 2019) comparado ao tempo de serviço – Porto Velho/RO	77
Tabela 11 – Média de dias em afastamento por tempo em atividade – Porto Velho/RO	77
Tabela 12 – Afastamento por servidor (2017, 2018 e 2019) comparado ao tempo de serviço – Brasília/DF	78
Tabela 13 – Média de dias em afastamento por tempo em atividade – Brasília/DF	78
Tabela 14 – Resultados gerais EOPT	80
Tabela 15 – Médias por itens EOPT	80
Tabela 16 – Análise comparativa das médias dos resultados nos itens “Organização prescrita do trabalho” por tempo em serviço	80
Tabela 17 – Resultados gerais EEG	82
Tabela 18 – Itens com pontuação destacada EEG	82
Tabela 19 – Análise comparativa das médias dos resultados nos itens “Estilo de gestão” por tempo de serviço dos servidores	82
Tabela 20 – Resultados gerais ESPT	83
Tabela 21 – Médias por itens ESPT	83
Tabela 22 – Análise comparativa das médias dos resultados nos itens “Sofrimento patogênico no trabalho” por tempo de serviço dos servidores	84
Tabela 23 – Análise comparativa das médias dos resultados nos itens “Dados psicossociais”	85
Tabela 24 – Itens destacados EADRT	85
Tabela 25 – Análise comparativa das médias dos resultados nos itens “Danos psicossociais relacionados ao trabalho” por tempo de serviço dos servidores	86
Tabela 26 – Resumo dos resultados por unidade prisional – escala I: organização prescrita do trabalho	86
Tabela 27 - Resumo dos resultados por unidade prisional – escala II: estilos	87
Tabela 28 – Resumo dos resultados por unidade prisional – escala III: sofrimento patogênico no trabalho (ESPT)	88
Tabela 29 - Resumo dos resultados por unidade prisional – escala IV: danos psicossociais relacionados ao trabalho (EADRT)	88
Tabela 30 – Resultado do questionamento: Você se afastou do trabalho por motivo de saúde?	89
Tabela 31 – Resultado do questionamento: O seu afastamento foi relacionado com o contexto de trabalho?	89

LISTA DE SIGLAS

Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CG	Campo Grande
CID	Código Internacional de Doenças
CTC	Comissão Técnica de Classificação
Depen	Departamento Penitenciário Nacional
DF	Distrito Federal
Direb	Divisão de Reabilitação
DISPF	Diretoria do Sistema Penitenciário Federal
DML	Depósito de Material de Limpeza
EACT	Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho
EADRT	Escala de danos psicossociais relacionados ao trabalho
EEG	Escala de Estilo de Gestão
EOPT	Escala da Organização Prescrita do Trabalho
ESPT	Escala de Sofrimento Patogênico no Trabalho
Infopen	Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional
IRIS	Inventário de Riscos de Sofrimento Patogênico no Trabalho
ITRA	Inventário de trabalho e riscos de adoecimento
LEP	Lei de Execução Penal
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MS	Mato Grosso do Sul
NSQV	Núcleo de Saúde e Qualidade de Vida
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PFBRA	Penitenciária Federal de Brasília
PFCAT	Penitenciária Federal de Catanduvas
PFCG	Penitenciária Federal de Campo Grande
PFMOS	Penitenciária Federal de Mossoró
PFPV	Penitenciária Federal de Porto Velho
PNAISP	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das pessoas Privadas de Liberdade

PR	Paraná
Proart	Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho
RJ	Rio de Janeiro
SP	São Paulo
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
Scielo	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SIAPEN	Sistema de Administração Penitenciária
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SPF	Sistema Penitenciário Federal
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 A METAMORFOSE DO TRABALHO	23
1.1	19
1.2 O indivíduo e a “prisão” do trabalho	32
2 O TRABALHO EM PRISÕES	40
2.1 A função das prisões para a sociedade moderna	40
2.2 Os profissionais da assistência e o regime prisional federal	48
3 REVISÃO DE LITERATURA	57
3.1	52
3.2	54
4 MÉTODO	65
4.1 Objetivo geral	65
4.1.1 <i>Objetivos específicos</i>	65
4.1.2 <i>Local</i>	66
4.1.3 <i>Sujeitos</i>	67
4.1.4 <i>Instrumentos</i>	70
4.2	65
4.2.1 <i>Etapas da pesquisa</i>	71
4.2.2 <i>Dados sobre os afastamentos dos trabalhadores dos presídios federais brasileiros</i>	72
4.2.3 <i>Afastamento dos servidores lotados em Catanduvas/PR</i>	73
4.2.4 <i>Afastamento dos servidores lotados em Campo Grande/MS</i>	74
4.2.5 <i>Afastamento dos servidores lotados em Mossoró/RN</i>	75
4.2.6 <i>Afastamento dos servidores lotados em Porto Velho/RO</i>	77
4.3	74
4.3.1	74
4.3.2	75
4.3.3	77
4.3.4	79
4.3.5	83
4.3.6	85
CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS	98

APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	105
APÊNDICE 2 – Questionário complementar	107
APÊNDICE 3 – Requerimento	108
ANEXO 1 – Autorização institucional	110
ANEXO 2 – Parecer do comitê de ética – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	112
ANEXO 3 – Protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho (PROART)	113

INTRODUÇÃO

[...] Subiu na construção como se fosse sólido, ergueu no patamar quatro paredes mágicas, tijolo com tijolo num desenho lógico. Seus olhos embotados de cimento e tráfego, sentou pra descansar como se fosse um príncipe comeu feijão com arroz como se fosse o máximo. [...] e tropeçou no céu como se ouvisse música e flutuou no ar como se fosse sábado, e se acabou no chão feito um pacote tímido, agonizou no meio do passeio náufrago, morreu na contramão atrapalhando o tráfego.¹¹

O trabalho pode ser compreendido através de uma multiplicidade de significados, tais como: valoração social, subsistência, identidade; elementos estes que, de forma dialética, mudam e se transmutam ao longo da história (MATOS, 1993). O trabalho, no mundo contemporâneo é colocado como condição essencial, porém, ainda é um grande propagador de conflitos entre realização versus subsistência, posto que, no âmbito do universo econômico é sobreposto à condição da felicidade; por conseguinte, em busca de uma boa remuneração, indivíduos se submetem a trabalhos mecanizados, perigosos e vazios de sentido. Nesse sentido, o trabalho transita em território ambivalente; entre os desejos individuais e a expectativa das grandes organizações trabalhistas, encontra-se, comprimido, o trabalhador.

Os versos que introduzem esta seção pertencem à canção de Chico Buarque, *Construção*, escrita em 1970. Na música, o destino trágico do operário, “*acabou no chão feito um pacote tímido*”, funciona como uma metáfora reveladora do sistema capitalista perverso. Nessa lógica, o homem, dominado por forças capitalistas, é transformado de sujeito a produto, já que sua força é utilizada para atender apenas interesses mercadológicos. Em função do desejo de consumo, os indivíduos atrelam esses ideais à sua sobrevivência, dessa forma, o trabalho torna-se um fator de dominação: preciso dele, logo não o questiono, alieno-me.

A motivação a respeito do tema surgiu através da minha experiência profissional. Desde o ano de 2014, ocupo o cargo de psicóloga no Sistema Prisional Federal (SPF) e tenho como principal atribuição ofertar assistência psicológica aos custodiados do regime federal, bem como compor a denominada Comissão Técnica de Classificação (CTC), que realiza pareceres técnicos sobre a progressão e individualização da pena. A expectativa da instituição é que a atuação profissional se limite a fazer a engrenagem prisional funcionar, sem problematização ou questionamentos em termos éticos e políticos. No entanto, diante da experiência cotidiana, chama atenção os índices

¹ Canção denominada *Construção*. A autoria de Chico Buarque.

elevados de afastamento por motivo de saúde entre os grupos dos trabalhadores que laboram diretamente na assistência à pessoa presa (técnicos e especialistas).

Certa vez, conversando com uma servidora mais antiga no Departamento, foi-me relatado que ela e outros servidores se “mutilavam” (*sic*) para evitar “esse lugar” (*sic*). Ou seja, trabalhadores buscavam o afastamento utilizando-se de todas as formas que lhes eram possíveis, inclusive autoinflingindo danos físicos, que se assemelham a intervenções cirúrgicas, a fim de alcançar um distanciamento por maiores períodos. Na condição de psicóloga, essa fala ressoou de forma muito intensa. Percebi que, apesar dos dados de afastamento serem tratados de forma individualizada pelos gestores, eles eram reveladores de um sintoma presente em toda a coletividade.

O objetivo dessa pesquisa foi os fatores de riscos à saúde dos trabalhadores (representantes das categorias técnicos e especialistas) no Sistema Penitenciário Federal Brasileiro. Mais especificamente, objetivou-se: (i) analisar os índices de afastamento por motivo de saúde no trabalho; (ii) identificar como os trabalhadores avaliam a organização do trabalho e sua relação com adoecimento; (iii) verificar os riscos à saúde do trabalhador associados às condições de trabalho. Com a finalidade de atender a esses objetivos, busca-se um entendimento sobre os problemas que permeiam o trabalho prisional, considerando que esses não dizem respeito apenas a essa modalidade de instituição, mas vão além, pois ligam-se diretamente a um caráter sintomático social o qual reflete toda a história da desigualdade na sociedade. Logo, o sujeito e a instituição apenas reproduzem um mal-estar não específico, tendo em vista ser esse um aspecto generalizado socialmente.

O local onde foi realizada a pesquisa, o Sistema Penitenciário Federal (SPF), foi inaugurado em 2006 e pertence ao Departamento Penitenciário Federal (Depen) – órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).² O objetivo dessa modalidade prisional é custodiar um perfil específico de pessoa presa, que se enquadre no previsto pela Lei n. 11.671, de 8 de maio de 2008.³ A criação dessa lei foi motivada pelo avanço das principais facções criminosas atuantes em estados como Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). Essas organizações criminosas, na tentativa de intimidar o poder estatal, organizaram e executaram atentados contra autoridades públicas; assim, na tentativa de frear tais atos criminosos, as prisões federais foram

² As construções das penitenciárias federais brasileiras foram inspiradas no modelo Supermax (abreviação usada pelos americanos para *Super Maximum Security*), que designa penitenciária de segurança máxima destinada aos presos de alta periculosidade. Comum a todas, há câmeras e microfones por toda a parte, equipamentos de alta tecnologia para detectar armas e drogas, agentes penitenciários treinados e fortemente armados e regime de solitária (as celas, quando não individuais, têm capacidade somente para duas pessoas) (REISHOFFER; BICALHO, 2013).

³ Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Lei/L11671.htm. Acesso em: 04 set. 2021.

erguidas sob uma nova arquitetura, com celas individuais, visitas por meio de parlatório e banho de sol de apenas duas horas. O SPF é composto por um conjunto de cinco penitenciárias alocadas uma em cada região do Brasil, distribuídas da seguinte forma: Brasília, Distrito Federal (DF); Campo Grande (CG), Mato Grosso do Sul (MS); Catanduvas (PR); Mossoró, Rio Grande do Norte (RN); e Porto Velho, Rondônia (RO).

Nessa modalidade prisional, atuam três carreiras distintas. A primeira foi instituída no ano de 2006, cargo de Agente Federal em Execução Penal Federal com nível de exigência médio, e destinada à custódia e segurança no âmbito das Penitenciárias Federais Brasileiras. Após três anos de funcionamento do Sistema, foram criados, por meio da Lei n. 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, os cargos de nível superior e técnico com atribuições voltadas para assistência médica, psicológica, odontológica, enfermagem, pedagogia e outras voltadas à saúde e reabilitação dos custodiados, sendo elas: Especialista Federal em Assistência à Execução Penal (exigência de nível superior) e Técnico Federal de apoio à Execução Penal (exigência de nível técnico). Essas duas últimas carreiras, especialista e técnico, serão o objeto dessa pesquisa.

Para contemplar o objetivo retratado, utilizou-se a abordagem da Teoria Crítica da Sociedade, cujos teóricos se debruçaram sobre o entendimento da sociedade em seus aspectos materiais, filosóficos e psicológicos. Seus estudos possibilitam o entendimento das contradições existentes na sociedade ao esclarecerem que os indivíduos, cada vez mais, são compelidos subjetivamente dentro da lógica opressora do mundo administrado (MATOS, 1993). Do ponto de vista do trabalho, diante da perda dos direitos e das garantias, o sujeito é pressionado a negar o que acredita sob o risco de ser remetido ao julgamento das “inquisições/instituições modernas”. Nessa dinâmica, as relações de poder na administração do trabalho produzem discricionariedades institucionais tão arbitrárias que anulam as possibilidades do indivíduo.

A Teoria crítica da sociedade reuniu intelectuais na denominada Escola de Frankfurt (fundada em 1924)⁴ e, em uma lista dos autores que mais a influenciaram, destacam-se, entre outros, Marx Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin e Herbert Marcuse (MATOS, 1993). O cenário social no qual se configurou o pensamento desses teóricos foi turbulento e adverso, devido ao avanço das bases totalitárias. Para Matos (1993), esse grupo desenvolveu análises sobre o totalitarismo e mostrou que a origem de atitudes irracionais (irreflexivas), contraditoriamente, refere-se à racionalidade excessiva. Outrossim, constitui-se como pensamento da Escola de Frankfurt o papel da tecnologia e da razão e sua influência na sociedade.

⁴ Autores com origens intelectuais e influências teóricas distintas reuniram-se a partir de 1923, em Frankfurt, empreendendo uma crítica radical daquele tempo. Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Hebert Marcuse, Walter Benjamin, Leo Lowenthal, Franz Neuman, Erich Fromm, Otto Kirchheimer, Friedrich Pollock e Karl Wittfogel foram alguns dos pensadores que participaram do círculo frankfurtiano (MATOS, 1993, p. 5).

Esses estudiosos questionam-se acerca de que perfil de sujeito a sociedade perversa e racional constituía. Ao denunciarem os acontecimentos, revelaram um indivíduo refém da sociedade tecnocrática e administrada.

Nos termos de Matos (1993), a Teoria Crítica da Sociedade possui um caráter reflexivo e crítico dos acontecimentos que têm marcado a humanidade. Ela apresenta ideias que dialogam com a filosofia, psicologia e com a história da civilização ocidental, assim como direciona a exposição das contradições da sociedade. Seus precursores, ao refletirem como o desenvolvimento da ciência e da tecnologia tem se revertido em barbárie, evidenciaram as contradições entre esta e a civilização, expondo a profunda crise causada pelo avanço da indústria cultural na sociedade. A imensa produção tecnológica produzida tem priorizado o interesse das classes dominantes e, conseqüentemente, aos seus lucros, o que afeta diretamente a classe trabalhadora, cada vez mais oprimida.

É válido reconhecer que o conhecimento racional transforma a sociedade, porém não tem limite, muitas vezes, não orbita em bases éticas e humanas. Nessa conjuntura, a ciência se tornou um instrumento que pode ser utilizado para qualquer fim; diante da crise pandêmica, por exemplo, vacinas que têm como fundamento a salvação das vidas foram utilizadas como estratégias de poder e jogos políticos. Assim, a razão trabalha não para emancipação dos sujeitos, mas sim para perpetuação das forças produtivas e do poder político. A partir da orientação marxista, a Escola de Frankfurt desenvolveu pesquisas com base nas categorias da totalidade e dialética (MATOS, 1993); assim, para esses pensadores, a pesquisa sobre a sociedade não se resumia às estatísticas ou a partes. A sociedade deveria ser estudada através das suas relações sociológicas, filosóficas e psicanalíticas.

Para os frankfurtianos, conforme Matos (1993, p. 14), “O método dialético de interpretação da história não é o estabelecimento prévio de um caminho a ser seguido, mas uma orientação nas possibilidades revolucionárias de que cada época é portadora”. Nesse ínterim, a teoria crítica denuncia aspectos do capitalismo e aponta as formas de exploração existentes. Ao enfatizarem o método dialético, analisaram como os fatores sociais se comunicam entre as épocas e sociedades de forma global, sem perder o ponto de vista crítico. Opõe-se, portanto, à teoria tradicional, de origem cartesiana, que pressupõe a separação entre indivíduo e sociedade.

Nesse sentido, a Teoria Crítica da Sociedade possibilita análises críticas acerca da dominação do trabalhador que é produzida pelos processos e pela gestão do trabalho, possibilidade essa que justifica a escolha teórica. Tais análises críticas oferecem subsídios para pensar e denunciar as condições sociais nas quais estão inseridos os trabalhadores. Por conseguinte, refletir sobre o *modus operandi* da sociedade leva a uma análise das relações de

trabalho com um olhar crítico, a partir da observação dos aspectos reproduzidos e fortalecidos pela ideologia presente nas condições de trabalho. A Teoria Crítica da Sociedade nos convida a desconfiar do que se apresenta com naturalidade, ao alertar sobre a necessidade de esclarecimento em relação às ordens instituídas na sociedade contemporânea e impostas pela razão instrumental. Razão essa responsável por transformar as experiências humanas em produtos úteis e vendáveis a fim de produzir valor quantitativo; tornando, inclusive, o trabalhador em utilitário, um meio e não o fim, corroborando com o processo de adoecimento pelo trabalho advindo das próprias relações laborais.

Este estudo está organizado da seguinte maneira: após as discussões introdutórias, há uma subdivisão em quatro capítulos. No primeiro capítulo, partindo de conceitos fundamentais da Teoria Crítica da Sociedade, objetiva-se discutir o trabalho na sociedade capitalista e a relação com o adoecimento dos trabalhadores. Para tanto, inicia-se, no primeiro tópico, com uma análise da obra de Kafka, *A metamorfose* (1915), relacionando-a com o tema adoecimento e trabalho, juntamente com os referenciais teóricos da Teoria Crítica da Sociedade. O segundo tópico trata dos processos de trabalho e sua influência na constituição dos indivíduos.

No segundo capítulo, abordou-se o tema trabalho no sistema prisional de forma mais específica. Com base em Foucault (2014), a história e a função das prisões na sociedade moderna, relacionando-as às configurações das penitenciárias federais brasileiras. Em seguida, estão detalhadas as características dos trabalhos realizados pelos servidores assistenciais no âmbito do Sistema Penitenciário Federal.

No terceiro capítulo, na revisão literária, foi feito um recorte temporal de 2010 até 2020 para melhor mapear os estudos relevantes acerca do tema, seguido dos comentários a respeito do levantamento realizado. Dada a escassez do tema, realizou-se buscas em três plataformas diferentes: Capes, Google e Scielo.

No quarto capítulo, apresenta-se o método, seguido dos procedimentos metodológicos e da análise dos dados, que tratam da fase empírica da pesquisa, com aplicação do instrumento Proart (coleta de dados), composto por quatro escalas em formato Likert (1 a 5 pontos), contendo 91 itens, organizados no decorrer do protocolo da seguinte forma: organização prescrita do trabalho, estilos de gestão, sofrimento patogênico no trabalho e danos psicossociais. Além dos itens quantitativos, ao final do instrumento, os sujeitos responderam a um curto questionário complementar contendo três perguntas relacionadas ao tema da escala⁵. Ressalta-se que os temas

⁵ As questões norteadoras foram sugeridas pelo autor da escala, Facas (2013). No entanto, foram realizadas adaptações para atender às especificidades dos estudos. As perguntas realizadas foram: (i) você já se afastou por motivo de saúde das atividades trabalhistas? sim ou não; (ii) o seu adoecimento teve relação com atividade que você realiza? sim ou não; e (iii) conte-me um pouco mais sobre o seu afastamento.

abordados na escala compreendem a relação trabalhador e organização do trabalho.

1 A METAMORFOSE DO TRABALHO

Neste capítulo, iniciamos a discussão com a obra *Metamorfose* (KAFKA, 1915) para analisar as mudanças nos processos de trabalho e novas formas de adequação da classe trabalhadora à sociedade capitalista. Os trabalhadores estão submetidos, constantemente, a formas de controle e a tarefas mecanizadas para garantir objetivos financeiros aos donos dos meios de produção. Dessa forma, eles surgem como meio para que as organizações atinjam seus objetivos políticos e financeiros, em um processo de alienação que desprestigia suas singularidades.

1.1 A gestão do trabalho no sistema capitalista

Numa manhã, ao despertar de sonhos inquietantes, Gregor Samsa deu por si na cama transformado num gigantesco inseto (KAFKA, 1915, p. 2).

O trecho acima, imortalizado na literatura mundial, abre a obra *A metamorfose*, de Franz Kafka, que narra a história do trabalhador Gregor Samsa, caixeiro-viajante que acorda com o corpo transformado em um grande inseto. Em notas sobre Kafka, Adorno (1953) destaca que um dos pressupostos mais importantes das obras kafkianas é a relação perturbadora entre leitor e texto. Ele afirma que não se trata de uma literatura de uma ordem contemplativa, pois é capaz de provocar uma intensa identificação, diferente dos romances daquela época. Diz Adorno (1953, p. 241):

[...] Os seus textos estão dispostos de maneira a não manter uma distância constante com sua vítima, mas sim de exercitar de tal forma os seus sentimentos que ela deve temer que o narrador venha em sua direção, assim como as locomotivas avançam sobre o público nas técnicas tridimensionais mais recentes.

O autor aponta que a “trajetória épica de Kafka” (ADORNO, 1998, p. 247) atravessa o homem, de maneira forte e proeminente, até a sua esfera desumana. Para ele, Kafka descreve o que a sociedade aprisiona e, ao mesmo tempo, revela o que a sustenta e a torna supérflua, sejam elas as relações de poder, as relações familiares e as explorações trabalhistas. Kafka busca, de forma minuciosa, “os vestígios das sujeiras deixadas pelo poder” (ADORNO, 1998, p. 247).

Conforme Rezende e Silva (2011), a escrita de Kafka desperta mistérios, angústias e suspense. A qualidade do texto de Kafka convida o leitor para um universo particular, próprio e estranho do autor, remetendo, também, ao contexto histórico social de uma época. “Em Kafka não é possível ficar longe da controversa problemática do sujeito moderno na constituição de sua subjetividade, isto é, excluir a caracterização do conceito de sujeito na perspectiva de análise da

crise e da crítica de uma razão instrumental na modernidade” (REZENDE; SILVA, 2011, p. 27).

No capítulo I do livro kafkiano, é retratado que, mesmo ao reconhecer a “estranheza do corpo”, metamorfoseado em condição não humana e inadequada ao trabalho, a primeira preocupação do protagonista é com o trabalho e sustento dos familiares. Não se pretende aqui, dada sua grandeza, limitar a análise da obra de arte apenas ao contexto trabalhista. Contudo, destaca-se sua contribuição para a relação entre sofrimento e trabalho, conforme explicitado pelo personagem:

Oh, meu Deus, pensou, que trabalho tão cansativo escolhi! Viajar, dia sim, dia não. É um trabalho muito mais irritante do que o trabalho do escritório propriamente dito, e ainda por cima há ainda o desconforto de andar sempre a viajar, preocupado com as ligações dos trens, com a cama e com as refeições irregulares, com conhecimentos casuais, que são sempre novos e nunca se tornam amigos íntimos. Diabos levem tudo isto! (KAFKA, 1915, p. 2).

Ao constatar o novo corpo o impossibilitando de realizar movimentos simples e ao perceber os ponteiros do relógio mais rápidos que sua capacidade locomotiva, o personagem acredita não conseguir pegar o trem a tempo, pois já era tarde quando despertou e precisava ter embarcado às cinco horas. Em razão da condição de trabalhador do personagem, a obra pode ser considerada uma fotografia do cotidiano do mundo do trabalho, pois Gregor Samsa era um vendedor viajante que, de acordo com as determinações do patrão, precisava ter embarcado no horário predeterminado.

Com o passar do tempo e a ausência de Gregor no expediente, seu gerente vai até a residência e o questiona sobre o ocorrido. Do ponto de vista subjetivo, a visita do gerente à residência particular de Gregor metaforiza as fronteiras inseparáveis entre trabalho e vida particular, dois elementos que na modernidade não se descolam. Os sujeitos, cada vez mais tomados pelas forças capitalistas, são invadidos pelas cobranças psicológicas das quais não conseguem se libertar após apertarem o botão de saída no ponto eletrônico. A ausência de Gregor desperta de imediato a desconfiança de suas chefias:

— Senhor Samsa — clamou então o chefe de escritório, em voz mais alta -, que se passa consigo? Para aí barricado no quarto, a responder só por sins e não, a dar uma série de preocupações desnecessárias aos seus pais e — diga-se de passagem- a negligenciar as suas obrigações profissionais de uma maneira incrível! Estou a falar em nome dos seus pais e do seu patrão e peço-lhe muito a sério uma explicação precisa e imediata. O senhor espanta-me, espanta-me. Julgava que o senhor era uma pessoa sossegada, em quem se podia ter confiança, e de repente parece apostado em fazer uma cena vergonhosa. (KAFKA, 1915, p. 7).

Ao resistir a se apresentar ao gerente na condição metamorfoseada, o personagem Gregor coloca seu vínculo empregatício em questão e provoca no leitor o alerta de que sua condição de

emprego não era segura e que ele deveria estar apto de forma imediata para o trabalho. A condição inapta do personagem, naquele momento, faz o superior hierárquico questionar o histórico de produtividade, afirmando que “[...] Desde há algum tempo que o seu trabalho deixa muito a desejar” (KAFKA, 1915, p. 7). O próprio personagem reflete sobre a própria incapacidade, reconhecendo o comportamento rígido do gerente em relação a sua condição incapacitante temporal: “Mas uma pessoa pensa sempre que uma indisposição há de passar sem ficar em casa” (KAFKA, 1915, p. 8). Gregor trabalhava para manter o sustento familiar, e havia a crença compartilhada entre os membros da família de que a sua condição trabalhista era estável, porém a situação atual ameaçava completamente seu vínculo. Na história, evidencia-se a insensibilidade dos familiares em relação ao sofrimento que tornava Gregor inábil para o trabalho naquela manhã. A obra de Kafka fornece importantes contribuições para refletir sobre como os processos de gestão desaguam na vida dos trabalhadores.

Ao pensar nas reflexões sobre o trabalho expostas na obra de Karl Marx (1818-1883), o autor ajuda-nos na compreensão do conflito atual que as relações de trabalho impõem. Para Marx e Engels (1987), o desenvolvimento capitalista avançou o suficiente para abolir o sistema feudal, todavia não tornou real o empoderamento da classe operária. “A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não suplantou os velhos antagonismos de classes, ele colocou no lugar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta [...]” (MARX; ENGELS, 1987, p. 8). Assim, conforme os autores, as liberdades individuais foram reduzidas ao livre comércio; se antes a exploração ocorria através do simbolismo religioso do cristianismo, depois passou a ser legitimada pelo projeto burguês. A burguesia impôs seu domínio à natureza e desenvolveu a indústria e a navegação.

Com o surgimento das fábricas e máquinas, produziu uma diminuição do valor dos salários pagos aos trabalhadores e uma massa de operários dispostos à submissão: “Como soldados da indústria, estão os operários à vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais [...]” (MARX, 2014, p. 19). O autor afirma que a força de trabalho humana passou a ser considerada sem equidade, tratada de forma genérica. Nessa lógica, um único trabalhador poderia exercer duas ou mais atividades simultaneamente, pois a indústria mecânica permitiu a redução das dificuldades técnicas, proporcionando o emprego da força de trabalho de maneiras diversas.

Quando a ciência confere à máquina o movimento de transformação do objeto, acaba por produzir a superficialidade do homem em relação ao seu trabalho. Na esteira, os trabalhadores transformam-se em meras ferramentas de trabalho. Moraes Neto (1984) retoma a questão, explicando que os trabalhadores, no processo de produção, foram fixados em seus postos de trabalho, a velocidade do seu trabalho é regulada mecanicamente, e a subdivisão crescente das

tarefas manuais levou a uma hiperespecialização das ferramentas. A respeito do câmbio do trabalho vivo pelo trabalho morto, Moraes Neto (1984) discute algumas observações consideradas decisivas para que transformações ocorressem. Destaque especial ao fato de a habilidade manual do trabalhador causar entraves à produção, pois cada um possuía algum grau de controle sobre suas atividades, tais como: velocidade, ritmo e intensidade. Existia, portanto, uma dependência em relação às habilidades dos trabalhadores; é nesse sentido que ocorre a substituição pelas máquinas com a intenção de subordinar o trabalho vivo ao trabalho morto. Com a maquinofatura, o controle aumentou, o trabalhador teve que agir como o processo maquinário, importando a performance da máquina, e de acordo com suas necessidades e não vice-versa (MORAES NETO, 1984).

Da substituição e do maior interesse pelo trabalho automatizado, inicia-se a história da reestruturação de novas formas de organização do trabalho. Um conjunto de fatores socioeconômicos e políticos criou condições para o incremento de novas técnicas e levou à elaboração da sustentação científica para concepção e organização do trabalho. Autores como Taylor pensaram sobre estratégias de controle sobre o trabalho com a finalidade de obter mais lucros, ao propor a estratificação entre pensamento e execução, intensificou o processo de alienação dos trabalhadores. A Administração Científica (TAYLOR, 1990) propôs a substituição dos métodos tradicionais (oriundos da experiência prática) pelos científicos, como a manipulação do tempo para eliminar movimentos desnecessários e substituir os lentos e ineficientes pelos rápidos. Dessa forma, ela instituiu a máxima decomposição de cada tarefa em operações mínimas, além de adicionar cronometragem dos movimentos manuais na execução das operações.

Na proposição dos princípios da Administração Científica, para Taylor (1990), trabalhadores e empregados seriam prósperos quando o trabalho fosse executado com menor esforço humano e maior quantidade de maquinários. A “vadiagem no trabalho” e a “produção da cera” (TAYLOR, 1990, p. 27) colocavam em risco os ganhos financeiros. A crença de que as máquinas substituiriam os empregados gerou o sistema defeituoso da administração, pois protegia apenas os interesses dos empregados e empregava métodos ineficientes. Segundo Taylor (1990), o medo da substituição pelas máquinas fazia os trabalhadores agirem de forma lenta. A eliminação do tempo perdido (da produção de cera) promoveria aumentos salariais e redução da desigualdade social, além de melhores condições de trabalho. O autor afirma:

[...] grande proporção de operários de ambos os países trabalham propositadamente devagar, a fim de reduzir a produção. Quase todos os sindicatos estão organizando normas, destinadas a diminuir a produção dos operários; os homens que têm grande influência na classe obreira, os líderes trabalhistas, bem como pessoas com sentimentos filantrópicos que os ajudam, propagam diariamente este erro, afirmando que os operários trabalham demais. (TAYLOR, 1990, p. 29).

A estratégia para acelerar a produtividade, proposta pelo autor, foi a inserção de leis científicas na administração do trabalho, o que promovia a divisão da responsabilidade entre direção e trabalhador, tornando o processo mais verticalizado. Como dito anteriormente, a abordagem taylorista propunha a substituição das técnicas tradicionais pelas científicas ao propor mecanismos para controlar o tempo de modo a aproveitá-lo ao máximo durante as produções. Assim, não havia tempo para o pensar, posto que o indivíduo, com ajuda da técnica e de todo maquinário, foi conduzido por movimentos rápidos e objetivos. Nesse sentido, a administração científica, ao propor uma estratificação entre pensamento e execução, intensificou o processo de alienação dos trabalhadores.

O fordismo, por sua vez, caracterizou uma espécie de socialização da proposta de Taylor, pois, enquanto o taylorismo procurava administrar o trabalho de forma individual, o fordismo buscou as estratégias coletivas, utilizando-se da esteira como importante recurso. A questão colocada por Marx de que a substituição do homem pela máquina substituiria o trabalho vivo pelo trabalho morto também se aplica ao fordismo, pois a esteira parece, para o trabalhador, responsável pela execução do trabalho, como se o resultado brotasse da materialidade dela própria.

Conforme Heloani (2011), o fordismo, fixou o trabalhador em um determinado posto de trabalho, com as ferramentas especializadas para diferentes tipos de atividades, ao transportar, através da esteira, o objeto de trabalho em suas diferentes etapas de acabamento até a conformação como mercadoria. Para Heloani (2011, p. 45), “a administração dos tempos se dará de forma coletiva, pela adaptação do conjunto dos trabalhadores ao ritmo imposto pela esteira”. Os preceitos tayloristas/fordistas, ainda hoje, têm influenciado o cotidiano da gestão do trabalho. A forma como o trabalho é ordenado e disciplinado, bem como o controle de tempo e do comportamento humano no mundo do trabalho atual, têm sua gênese nesses modelos. Nos processos de gestão do trabalho, pode-se identificar parâmetros similares ao modelo taylorista, a exemplo de relógios de ponto, metas inatingíveis e indicadores de gestão de desempenho. Trabalhadores estão submetidos, constantemente, a formas de controle, cumprem horários rígidos e desenvolvem tarefas mecanizadas.

Outrossim, o sistema industrial japonês apareceu no mundo capitalista como uma nova alternativa. Conforme Antunes (2018), o novo parâmetro japonês, intitulado toyotismo, era a via japonesa de consolidação do capitalismo industrial. Nesse modelo, a produção está vinculada à demanda, e visa atender as exigências mais individualizadas do mercado consumidor. Sua produção é variada e heterogênea. Como o processo produtivo é flexível, o operário opera

simultaneamente várias máquinas. O princípio do toyotismo é: “*just in time*”, ou seja, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção. O Toyotismo funcionou como um princípio para a terceirização, flexibilização, subcontratação, eliminação do desperdício, da “gerência participativa” etc. Com o toyotismo, surgem os círculos de controle de qualidade (CCQs), que são grupos de trabalhadores engajados em discussões sobre trabalho e desempenho, visando otimizar a produtividade das empresas. Com a racionalização do processo produtivo desencadeia o disciplinamento da força de trabalho e a implantação de formas de capital e de trabalho intensivo (ANTUNES, 2018). Nesse sentido, a reestruturação produtiva dificultou a individualização do trabalhador, reforçou os meios para as organizações atingirem seus objetivos financeiros e produziu formas mais sofisticadas de exploração do trabalho.

Na análise das mudanças nos processos de trabalho e novas formas de adequação da classe trabalhadora à sociedade capitalista, Marcuse (2015) esclarece que, no mundo da racionalidade tecnológica, a “dominação é transfigurada em administração” (p. 65). Desse modo, se antes eram dominados pela força, hoje os trabalhadores são cooptados pela técnica. A exploração da força de trabalho reatualizou o modelo da escravidão da civilização ocidental, executando-a por meio da inserção de práticas mais refinadas e tecnológicas. Esse domínio tecnicista sobre o trabalhador acaba por esconder as relações de desigualdade e exploração. Com efeito, a não libertação do homem e o seu estado de submissão são reforçados e perpetuados. Por isso, há estratégias para manter os trabalhadores em um grau de conforto e conformismo, baseadas na coisificação dos sujeitos e na anulação de suas potencialidades.

Para Marcuse (2015), as classes trabalhadoras nas áreas industrialmente avançadas sofreram transformações decisivas. O autor enumerou os principais fatores dessa transformação: primeiro, a mecanização reduziu a quantidade e a intensidade de energia física despendida no trabalho (proletário). A compra e o uso da energia física do trabalhador acarretaram aspectos desumanos da exploração; quanto maior a mecanização do trabalho, mais ampla é a exploração. O trabalho automatizado (substituído) pelas máquinas produz exaustão e incapacidade para pensar além dele. Em segundo, conforme observa Marcuse (2015), o quantitativo de trabalhadores dirigentes cresceu, e a autonomia profissional diminuiu. O autor esclarece:

À medida que a máquina se torna um sistema de ferramentas e relações e então se estende para além do processo individual de trabalho, ela afirma sua maior denominação ao reduzir a “autonomia profissional” do trabalhador e integrá-lo com outras profissões que sofrem e dirigem o conjunto técnico. Certamente, a antiga autonomia profissional do trabalhador era na verdade sua escravização profissional. (MARCUSE, 2015, p. 62).

Adiante, o autor explica que as necessidades e as exigências do padrão de vida, lazer e outros derivam do universo fabril (no processo material da produção). Tudo gira em torno da

produção e do consumo, inclusive os comportamentos são direcionados para fortalecer ainda mais as produções materiais. Há uma tendência à conformidade, pois a organização tecnológica contribui para uma comunidade organizacional e gera uma interdependência que integra o trabalhador com a fábrica (MARCUSE, 2015).

Imbizi (2005) esclarece que o novo mundo tecnológico produziu formas renovadas de exploração da força de trabalho. Conforme expressa:

[...] assim há a substituição da fadiga muscular pelo esforço mental cada vez mais rotinizado e padronizado, o que acarreta mudança na própria forma de exploração: a vivida pelo trabalho no final do século XIX era mais explícita em virtude do suor do corpo exausto acostumado com a pobreza, e a propiciada pela administração científica é mais asséptica, refere-se à tensão mental e esconde-se por trás dos discursos técnicos da gerência. (IMBIZI, 2005, p. 41).

Imbizi (2005) pontua que a divisão social do trabalho produziu uma subdivisão rígida da vida do trabalhador em duas metades acentuadas: o tempo de trabalho e o tempo livre. “Essa distinção enraíza-se de forma que o segundo precisa contrapor-se ao primeiro e assim vincular-se às atividades sem sentido e sem responsabilidade” (IMBIZI, 2005, p. 43). Assim, o trabalhador é envolvido em ocupações do seu tempo livre construídas para torná-lo menos pensante e mais preparado para o trabalho.

Ante o exposto, os processos de trabalho têm exigido dos trabalhadores cada vez mais adaptação e menos reflexão, as condições materiais que se sobrepõem aos indivíduos são extremamente duras. Conforme Codo (1988), estudioso no campo do trabalho e saúde mental, o estabelecimento do contrato de trabalho já assume configuração perversa, tendo em vistas que coloca “o trabalhador como ‘livre vendedor’ da própria força de trabalho, mascarando a outra face do processo de trabalho, a transformação desta em mercadoria como outra qualquer” (CODO, 1988, p. 22).

Outra contradição importante pontuada por Codo (1988) é que, nas indenizações por acidente de trabalho, quanto maior a lesão anatômica, maior é a indenização. Cabe um questionamento sobre as lesões subjetivas, essas não captadas a olho nu e que não impossibilita o manuseio dos maquinários. Com todos os membros corpóreos funcionais, não há razão de impedimento ao trabalho, por isso, por envolver questões de ordem subjetiva, é mais complexo o estabelecimento do nexos causal entre sofrimento psíquico e trabalho. Codo (1988) frisa que a crise econômica e social produz marcas sobre a saúde mental dos trabalhadores, e pontua as próprias legislações trabalhistas como eloquentes e, simultaneamente, cruéis. Esses normativos carregam as manifestações públicas das contradições trabalho-capital, são leis elaboradas e reeditadas em prol dos interesses políticos e, assim, ombreiam-se com a barbárie social.

Sabe-se que, conforme Nunes (2000), de diferentes maneiras, o social irá integrar-se às questões da saúde e da doença. Ao situar-se nessa vertente, não especificamente epidemiológica, pensa-se no mundo do trabalho de forma mais significativa, o que exige pressupor um novo modelo de análise da saúde do trabalhador que valorize os aspectos da coletividade, e compreensão da saúde como um processo social.

Conforme Laurell (1989), os dados sobre adoecimento dos trabalhadores na América Latina ainda são incipientes, concentrados apenas nos índices de acidentes de trabalho. Além disso, há prevalência de estudos que consideram a saúde agrupada de forma geral por idade ou sexo, desconsiderando o trabalho que os sujeitos exercem, bem como de estudos que não problematizam o processo de produção, a exploração da mais-valia e a saúde do trabalhador, fundamentando-se apenas na concepção dominante da medicina do trabalho no emprego das técnicas epidemiológicas. Achados bibliográficos mais recentes, reiteram o pensamento de Laurell (1989), concordando que o campo de conhecimento da saúde do trabalhador é composto por práticas ainda não tão bem delimitadas e pouco articuladas com a realidade dos trabalhadores. Sobre as doenças especificamente profissionais, os dados são escassos e pouco representativos (SOUZA, 2017).. Nesse sentido, preencher essa lacuna de informações é uma tarefa importante e necessária; assim, será possível obter uma representatividade concreta do adoecimento em ambientes específicos.

Laurell (1989) destaca a importância dos estudos da saúde do trabalhador que incorporam o materialismo histórico (a relação entre trabalho e exploração do capital), que explicam o contexto, apontam as situações propícias à insalubridade e as razões da insegurança nos ambientes de trabalho. Conforme a autora, o diferencial desses estudos é considerar as adversidades do trabalho como derivadas de formas de maximização do lucro e exploração da mais-valia. Por outro lado, quando essas questões não são consideradas, quando não é explorada a relação entre capital e saúde do trabalhador, há um enfraquecimento das organizações sindicais e um nível relativamente baixo de conflitos relacionados à problemática, ou seja, o problema fica “camuflado”.

Laurell (1989) reitera que os riscos do trabalho devem ser analisados em uma perspectiva social e não aleatória, visto que o ambiente de trabalho não é apenas um local onde os sujeitos entram aleatoriamente em contato com determinados riscos. Assim, há que se desenvolver uma investigação que permita dar conta dos processos complexos entre saúde e trabalho e identificar como os riscos estão ligados especificamente às atividades desenvolvidas.

Ainda para Laurell (1989), a medicina tradicional utiliza a categoria “risco” para explicar como os elementos presentes no contexto de trabalho podem causar danos ao corpo do

trabalhador. Define, dessa maneira, os riscos como agentes nocivos isolados e causadores de doenças. Para a autora, um exemplo de risco de trabalho estaria relacionado às cargas psíquicas características do processo de trabalho. As cargas de trabalho são pensadas em dois grupos: (I) aquele que abrange tudo que requer um esforço físico substancial; (II) o da subcarga psíquica, aquela que justamente impossibilita o desenvolver e fazer uso da capacidade psíquica. Desses, a autora destaca: (I) perda do controle sobre o trabalho ao estar o submetido ao movimento da máquina; (II) desqualificação do trabalho; (III) monotonia e (IV) repetição. As consequências para o trabalhador submetido a essas cargas de trabalho seriam danosas e corroboram para uma “hipertrofia do pensamento e da criatividade” (LAURELL, 1989, p. 112).

Alerta a autora que, para pensar sobre saúde do trabalhador e cargas de trabalho, tem-se que acrescentar o desgaste provocado por esse processo de produção capitalista não sustentável, além de observar com cautela os nexos biopsíquicos afetos a determinadas coletividades de trabalhadores, o que requer uma atenção para além dos dados epidemiológicos. É justamente nesse ponto que o tema deste estudo se equaliza com o pensamento dessa autora: aqui decidiu-se analisar a relação entre saúde do trabalhador prisional para além da nosologia ou psicopatologia, buscando-se identificar as variáveis específicas provocadas pelas condições do trabalho prisional.

Dejours (2015) compreende que a fadiga no trabalho não corresponde sempre a uma excessiva carga de trabalho, julgando-a, inclusive, como uma fadiga misteriosa (DEJOURS, 2015, p. 169); tal sensação não se ligaria a nenhum mau desempenho fisiológico, mas sim à organização do trabalho, provocadora do choque psicossomático (manifestações na saúde física e emocional) no sujeito. Nesse sentido, o trabalhador produziria muita energia psíquica para conformar o estreitamento entre os seus anseios e a organização do trabalho. Ademais, ao estudar sobre a fadiga dos operários, o autor conclui que “a introdução da organização científica do trabalho nas fábricas produziu consequências no funcionamento mental dos trabalhadores, desorganizou seus sistemas defensivos espontâneos e favoreceu o aparecimento de doenças” (DEJOURS, 2015, p. 171).

Ao considerar as contribuições dos estudiosos da Teoria Crítica da Sociedade sobre os processos de gestão na sociedade capitalista, nota-se as ações entre aspectos antagônicos, tais como civilização e barbarismo, progresso e sofrimento. Dessa maneira, é sob forças contraditórias que o indivíduo sobrevive nas relações trabalhistas. A teoria crítica da sociedade reflete sobre o trabalho atrelando-o ao conceito de emancipação. Nesse sentido, as retribuições pelas atividades trabalhistas não devem perder de vista o esclarecimento. O que se observa, porém, é que junto aos avanços tecnológicos na sociedade têm se perpetuado cada vez mais o sofrimento e a alienação do trabalhador, quem, diante das imposições do trabalho, submete-se à coação. O que

a teoria crítica busca desconstruir é o aspecto da disciplina sob o trabalho, no qual ela se torna totalitária e se sobrepõe à individualidade. Para Crochík (1998), a sociedade de produção dominante serve, exclusivamente, ao capital e não às relações humanas. A resposta para sanar esse problema somente é possível a partir de um novo modelo de sociedade, cuja política gere condições de libertação das relações produtivas exploratórias.

Ao retomar a obra de Kafka, é importante analisar o fato de o medo de se perder o vínculo ser maior do que a condição metamorfoseada do personagem. O trabalho é tão estranho a Gregor, no aspecto subjetivo, como o corpo em formato de inseto: acordar, levantar às quatro da manhã, repetir as mesmas coisas e ser submetido às regras maçantes. O drama vivenciado pelo personagem Gregor é, de certa forma, uma metáfora sobre a captura da subjetividade pelo trabalho alienado.

As contradições entre capital e trabalho não serão abrandadas até que seja dada importância e voz ao trabalhador. Sabe-se que discursos organizacionais produzem heteronomia e não autonomia necessárias para individualização dos trabalhadores. Dessa maneira, é preciso pensar no respeito aos direitos trabalhistas e aos direitos humanos, lembrando que somente se consolidam quando a solidariedade e o respeito à dignidade forem vistos como um fim e não um meio. Consoante ao imperativo categórico prescrito pelo filósofo Kant (2018), os direitos humanos implicam a generalização do bem comum. Que trabalhadores como Gregor, que reduzem a própria condição de vida ao trabalho, possam, enfim, experienciar a autonomia e liberdade.

1.2 O indivíduo e a “prisão” do trabalho

Para compreender como os processos de gestão têm influenciado os indivíduos, sobretudo, subjetivamente, é necessário chamar a atenção aos aspectos presentes na dinâmica dessa sociedade. De acordo com Crochík (1998), uma das funções da cultura é fornecer regras para a relação entre os homens. Por outro lado, ela também deve contribuir para o desenvolvimento emancipatório do homem e possibilitar a autonomia. Dessa forma, “A cultura é um meio para individuação” (CROCHÍK, 1998, p. 103), ou seja, a individualidade perpassa pelo projeto da coletividade. Dito isso, é a relação com o outro, enquanto coletividade, que fornece os subsídios necessários para a individualidade. Sem o coletivo, não há a constituição de referenciais civilizatórios importantes e significativos. Conforme explica Crochík (1998, p. 102):

A subjetividade assim define-se por um terreno interno que se opõe ao mundo externo, mas que só pode surgir deste. Sem a formação do indivíduo, este se confunde com o seu meio social e natural. Tal subjetividade se desenvolve pela interiorização da cultura, que permite expressar os anseios individuais e criticar a própria cultura que permitiu sua formação.

De acordo com Crochík (1998), uma cultura que não preza pela individualidade forma sujeitos apenas para reproduzi-la, ou seja, para “desenvolver comportamentos economicamente racionais” (p. 103). Nesse sentido, para estudar os indivíduos que trabalham em uma instituição penal, é importante compreender as bases sociais e históricas nas quais eles estão envolvidos. Os métodos empregados devem estar associados à filosofia, sociologia e psicologia, posto não ser possível para a teoria crítica da sociedade a compreensão do sujeito apenas pelo viés psicológico. Além disso, não é possível o distanciamento entre sujeito e objeto (sociedade), pois, embora exerçam contribuições diversificadas, as categorias sujeito e objeto constituem um mesmo organograma e se influenciam dialeticamente. Imbrizi (2005) afirma que é inviável pensar e analisar indivíduo ou sociedade isoladamente, pois [...] o processo de individuação depende de uma sociedade justa e humana, ao passo que a ideia de individual e individualista depende de uma sociedade dividida” (IMBRIZI, 2005, p. 34).

Em *Dialética do Esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer (1947), obra fundamental da Teoria Crítica da Sociedade, em “*Ulisses e o mito e esclarecimento*”, esses autores discutem a “desmitologização do mundo”, que leva uma mudança de comportamento do homem moderno, levando-o a considerar o teor mais racional na explicação dos fenômenos naturais. O texto se refere, também, à matematização do conhecimento e torna válidos os conhecimentos comprovados e testados conforme a lógica racional da ciência moderna. Ainda conforme a obra supracitada, os elementos míticos na mitologia grega se referem a um importante elemento: o indivíduo. As metáforas utilizadas nos mitos diziam respeito à própria condição da humanidade. O mito funcionava como uma analogia para a transição da relação do homem com a natureza, sugerindo não estar mais o homem passivo diante dela, mas astuto e disposto a dominá-la.

Na análise de Crochík (2011), a divisão do trabalho apresentada por Adorno e Horkheimer (1985) discute sobre conceitos essenciais para compreensão da gênese da relação entre indivíduo e dominação. Na obra *Odisseia*, de Homero, Ulisses, na condição de líder do regresso à Ítaca, faz o planejamento e elabora as estratégias para enfrentar os perigos; os seus homens deveriam obedecer, em risco de a desobediência gerar o infortúnio (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Os trabalhadores em alto mar funcionam como “protótipos dos trabalhadores modernos” (CROCHÍK, 2011, p. 119). Assim como na narrativa, na sociedade moderna, os trabalhadores não podem ser donos do seu destino, do futuro, pois estão fixados no presente e na manutenção de suas necessidades imediatas (CROCHÍK, 2011). A metáfora da odisseia explica a origem da

ideologia intrínseca na divisão do trabalho entre trabalho manual e trabalho intelectual: “a distância entre o senhor – que administra o trabalho – e o trabalhador, que por se pôr entre o senhor e o produto não o permite usufruí-lo, impede a felicidade de ambos” (CROCHÍK, 2011, p. 130).

Em *Eros e civilização*, Marcuse (1968) enfatiza o caráter violento do homem no processo civilizatório. Ao dialogar com a obra *Mal-estar na civilização*, Marcuse (1968) acredita que processo civilizatório reduz as possibilidades individuais, pois as mudanças sociais intensificadas estão vinculadas à ausência de liberdade. As tecnologias que avançaram sob o *slogan* da produção de bem-estar social produziram, contraditoriamente, recaídas no barbarismo.

Frente a essas discussões, a construção de prisões federais mais sofisticadas, a revisão da política do desarmamento e a produção de material bélico em larga escala são evidências dessa “desmedida da razão”. Na história da civilização, além da repressão denominada por Freud, Marcuse (1968) destaca o conceito da *mais repressão*. Entende-se por isso a constituição do progresso racional que impõe um ônus aos indivíduos para viverem sob o seu domínio. Ou seja, não há na cultura um estado desejável para as inspirações libidinais, pelo contrário, cada vez mais a cultura da razão torna-se repressora e opressora. Para viver sobre os moldes capitalistas, o sujeito fica refém do consumo e trabalha para atender aos ideais do capitalismo. Marcuse (1968) esclarece que os estudos de Freud possuem a essência de uma psicologia social, por ser a repressão considerada como um fenômeno também histórico. O pensamento freudiano coloca a repressão como elemento fundamental no processo civilizatório, dado que a dinâmica da civilização sem o mínimo de elementos repressores não seria possível. Marcuse (1968) utiliza os conceitos de Freud e explica como eles convertem-se no mundo do trabalho, conectando os termos com o contexto histórico-social e apresentando-os da seguinte forma: a repressão corresponde agora a *mais repressão*, e elas se encontram interligadas, porém o interesse na dominação dos homens adicionou ainda *mais repressão* à organização dos instintos.

Outra análise importante realizada por Marcuse (1968), atrelada ao mundo do trabalho, diz respeito ao *princípio de desempenho* denominado por ele como um modo de organização social ligado ao princípio de realidade. Sob o seu domínio, a sociedade fica subdividida de acordo com os seus desempenhos econômicos. O princípio de realidade, Marcuse (1968) traduz como princípio de desempenho, e observa que as satisfações humanas estão condicionadas ao trabalho para serem concluídas. Conforme explicita:

O princípio do desempenho, que é o de uma sociedade aquisitiva e antagônica no processo de constante expansão, pressupõe um longo desenvolvimento durante o qual a dominação foi crescentemente racionalizada: o controle sobre o trabalho social reproduz agora a sociedade numa escala ampliada e sob condições progressivas. Durante uma

parte considerável parte dessa evolução, os interesses da dominação e do todo coincidem; a utilização do sistema produtivo satisfaz às necessidades e as faculdades do indivíduo [...]. (MARCUSE, 1968, p. 58).

O autor ainda explica que, para a maior parte dos indivíduos, a satisfação é determinada pelo trabalho. Ou seja, o trabalho fica atrelado à satisfação das necessidades e faz parte de uma engrenagem a qual os sujeitos não controlam e que funciona de forma independente deles. Quanto maior a especialização e a divisão do trabalho, mais estranho ele se torna. Assim, para explicar a ideia do conceito do princípio de desempenho, Marcuse (1968, p. 58) afirma: “Os homens não vivem sua própria vida, mas desempenham tão-só funções preestabelecidas”. Na realidade, enquanto desenvolvem trabalhos mecanizados e sem chances sublimatórias, os indivíduos não satisfazem suas próprias necessidades e faculdades, pois trabalham em um constante processo alienatório.

De acordo com Marcuse (1968), o trabalho é um fator importante para contenção e desvio dos instintos libidinais. Pode-se destacar a sua capacidade de transformação individual e social. Através da sublimação dos instintos mais grotescos, com o trabalho, o homem torna-se capaz de promover elementos bastante proveitosos. Essa transformação ocorre com a mediação do “princípio da realidade”. De acordo com esse princípio, o ser humano detém os impulsos anormais e converte-se num ego organizado. Desse modo, “[...] esforça-se por obter o que é útil e o que pode ser convertido para o seu meio social sem prejuízos para si próprio e para o seu meio vital” (MARCUSE, 1968, p. 35). Contudo, o princípio de realidade pode ser um acontecimento traumático no desenvolvimento do homem, porque, na relação entre princípio de prazer e realidade, o sujeito sofre, em determinado grau, a repressão.

O autor afirma que o ordenamento tecnológico produziu a supressão da individualidade, de forma que ela foi perdida na mecanização. A livre competição entre os sujeitos produziu instituições trabalhistas mais competitivas e, como consequência, reduziu a equidade entre os sujeitos. A sociedade fica organizada de tal forma que parece oferecer grande satisfação das necessidades, no entanto, em troca, exige o assujeitamento e a subordinação às instituições e a seus princípios.

Com isso, Marcuse (2015), em *O homem Unidimensional*, discutiu a ideia de que sujeitos são movidos por necessidades heterônomas, estabelecidas sem autonomia, apenas pelo controle. A transformação das necessidades sociais e individuais é tão consolidada que é quase imperceptível, a liberdade individual depende do despertar da consciência para o processo de servidão existente. Marcuse (2015) chama a atenção para as imposições da cultura de massa, que transforma o desperdício em necessidade, e, ao mesmo tempo, amplia e aumenta comodidades, e alerta: “esta é a forma pura de servidão: existir como um instrumento, como uma coisa” (p. 66).

Para Marcuse (2015), a supressão da individualidade ocorre por meio de um ordenamento tecnológico, político e cultural, as liberdades perdem o seu conteúdo original e se rendem ao mercado. Independência de pensamento, autonomia e o direito de oposição política estão sendo privados de sua função essencialmente crítica em uma sociedade que parece crescentemente capaz de satisfazer as necessidades de consumo dos indivíduos. E, a livre iniciativa não foi uma vantagem para os trabalhadores, embora propusesse um modelo de sujeito economicamente livre e autônomo. O aparato produtivo rompeu essas possibilidades, pois organizou e direcionou as necessidades vitais, ele impôs suas exigências econômicas e políticas em defesa da expansão sobre o tempo de trabalho e o tempo livre, sobre a cultura material e intelectual (MARCUSE, 2015). Da maneira como está organizada, a sociedade industrial tende à totalidade, manipulando, além da tecnologia, as necessidades humanas. O poder político das sociedades industriais reforça o êxito através da exploração e não apresenta interesses para fins humanitários. Capitalismo e poder político, através da imposição de necessidades, muitas vezes, camuflam as injustiças sociais.

[...] a maior parte das necessidades predominantes de descansar, divertir-se, de comportar-se e consumir de acordo com os anúncios, de amar e odiar os que os outros amam e odeiam, pertence a categoria das falsas necessidades. Tais necessidades têm um conteúdo e uma função social que são determinadas por poderes externos sobre os quais o indivíduo não tem controle. (MARCUSE, 2015, p. 44).

Na citação acima, Marcuse (2015, p. 44) sustenta a ideia de que a satisfação das necessidades é heterônoma, ou seja, é produzida por forças externas e impostas aos indivíduos. Do ponto de vista de Crochík (2003), a ideologia, faz permanecer as relações de poder de uns sobre os outros, limitando os indivíduos à reprodução e fazendo-os adotarem comportamentos falsos como se seus fossem. E, para a Teoria Crítica da Sociedade, a ideologia vigente reforça as configurações das relações de trabalho ao pensá-lo sob uma perspectiva econômica, sem considerar suas implicações políticas, conseqüentemente, afeta as condições de vida dos trabalhadores e os adoeece.

Segundo Barreto (2009), a nova forma de organizar e administrar o trabalho determinou uma nova relação entre espaço/tempo, pois os trabalhadores vivem e exercem o trabalho, sem tempo para desenvolver vínculos afetivos. Os processos de gestão trabalhistas esvaziam os sujeitos de suas habilidades psíquicas e geram mais adoecimento, então, é preciso refletir sobre o que a sociedade faz com a saúde dos trabalhadores e como as organizações banalizam o sofrimento dos indivíduos em prol do lucro e da produtividade.

Barreto (2006) reproduz em seu trabalho “Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações” relatos dos trabalhadores submetidos às condições humilhantes quando

encaminhados à junta médica para constatação do adoecimento, observou ser comum, a disseminação de afirmativas que julgam os sujeitos pelo processo de adoecimento:

Nas empresas, é comum afirmar-se que o/a trabalhador/ra doente “faz corpo mole para não trabalhar”, que “inventa doença”, que é “descuidado e por isso adocece ou sofre acidentes”, que é “preguiçoso”, parece “porcelana”, é “neurótico e mentiroso”. São afirmações que vão decompondo o modo de ser dos trabalhadores. (BARRETO, 2006, p. 37).

Conforme a autora referida, o capitalismo industrial reinventou formas de desigualdade social, acentuando-as ainda mais. As transformações nas indústrias trouxeram rupturas no mundo do trabalho e nas relações da sociedade. A autora alerta para o fenômeno da incorporação do cotidiano fabril na vida dos trabalhadores, associando-os com termos como parceiros e colaboradores, na tentativa implícita de cooptação das subjetividades. Assim, eles se tornam submissos e flexibilizados emocionalmente, sem questionar ou conflitar os ideais empresariais. “A vida de cada um confunde-se com a vida econômica da empresa. Seu tempo depende da demanda e das necessidades empresariais” (BARRETO, 2006, p. 102).

“O aprimoramento da técnica” (BARRETO, 2006, p. 96) alterou o ritmo da produtividade, inserindo a flexibilidade como característica do modo de produção. A técnica intensificou e mesclou ritmo de produção. Desse modo, a “reestruturação capitalista” (BARRETO, 2006, p. 103) promove uma produção massiva de bens de consumo, no entanto, desqualifica grande parte dos trabalhadores e os impossibilita de pertencer à lógica do consumo. Então, “trabalhadores à mercê apenas da preocupação da produtividade dos que regem o poder adoecem, sofrem acidentes de trabalho e morrem suavemente no e do trabalho” (BARRETO, 2006, p. 103).

Frente a estas considerações, observa-se que o sistema capitalista acaba enfraquecendo o indivíduo, quem, assim, torna-se mais submisso. O individualismo é uma meta. A liberdade significava uma concorrência pelos interesses particulares. Contraditoriamente, esse modelo econômico propõe um consenso e uma conformidade com o mundo econômico. Com isso, a formação do sujeito racional tornou o indivíduo refém da objetividade e incapaz de romper com a realidade imposta. Destarte, em uma adaptação constante aos grupos e às instituições, o indivíduo sacrifica suas potencialidades em prol da sobrevivência do *status* que ocupa na sociedade, em prol do trabalho.

De acordo com Faria e Meneghetti (2007), há dados que não são captados racionalmente pela consciência, e é nesse contexto que se estabelece o comportamento de automação, ou seja, a subserviência. De forma simplificada, dominados pela rotina técnica e hierarquicamente rígida, os trabalhadores terminam impossibilitados para o exercício da reflexão. As organizações, nessas circunstâncias, estabelecem o poder sobre os indivíduos. Ou seja, o desejo institucional é o de se

sobrepôr ao sujeito e fazer com que ele o siga cegamente. Ao desviar propositalmente da percepção dos trabalhadores, priva-os do direito de reconhecer a realidade; uma realidade paralela é criada na qual visão e valores organizacionais são determinantes.

A subjetividade passa a ser conduzida para sustentar os ideais da organização, mesmo que isso tenha um custo identitário para o sujeito. As ideias dos autores supracitadas convergem com o pensar dos teóricos da teoria crítica da sociedade, pois esses últimos destacam a subjetividade não como composta apenas dos aspectos íntimos e individuais, mas como um fenômeno que envolve a interação social, grupal e institucional.

O indivíduo cooptado reforça a ideia de grandiosidade e aceita a organização como superior ao seu eu, sendo por esse viés que a relação de domínio pode ser instituída. Missões e valores institucionais são replicados e disseminados por todo ambiente laboral, de modo que aqueles que os aceitam são mais bem vistos e queridos pela administração, já os que os rejeitam tendem a sofrer processos de exclusão, tanto pelos patrões e gerentes como pelos próprios colegas de trabalho (GAULEJAC, 2017). Assim, o ajustamento dos indivíduos à ordem estabelecida pela razão administrada implica adaptação e renúncia aos afetos e à autonomia, e, ao mesmo tempo, faz com que eles se tornem alheios ao coletivo. Ainda sobre acomodação à condição de trabalho, Gaulejac (2007) analisa que o primeiro sinal da força do trabalho sobre o individual é a importância do pertencimento à empresa, pertencer, nesse caso, ultrapassa um vínculo formal de trabalho, transformando-se em identidade temporária. Assim, é válido observar: por mais que o indivíduo carregue o *status*/cargo da empresa, o poder dela se sobrepõe. Gaulejac diz (2007, p. 21, grifos do autor):

[...] fica difícil saber se um indivíduo que, preocupado com sua própria “desatualização”, faz um curso de especialização, pós-graduação ou de reciclagem está se fortalecendo com relação à empresa ou se, pelo contrário, está tacitamente confirmando o poder dela: afinal, ele se tornará “melhor” para... a empresa! tanto isso é verdade que, não raras vezes o indivíduo costuma descrever-se a partir da lógica da empresa, mesmo sem perceber claramente. Por exemplo, quando pensa em fazer outro curso de reciclagem, antes mesmo de terminar o que está fazendo; quando se avalia a partir do *feedback* recebido pelos chefes ou gestores e segue à risca [...].

A sociedade administrada tende a ser totalitária, pois funciona na manipulação das necessidades e dos interesses. Assim, a questão da liberdade é posta à margem, pois, quanto mais o homem trabalha, mais a necessidade de consumo é colocada como um ideal. O sujeito torna-se apenas uma pequena ferramenta comprimida diante de uma vasta engrenagem capitalista da qual ele não consegue ter a dimensão. No ideal da proposta neoliberalista, o indivíduo seria “livre” para exercer a autonomia sobre a vida que desejou mais distanciado das amarras do mundo do trabalho e das relações hierárquicas humilhantes (CASULO *et al.*, 2018). Entretanto, diante da

exploração da força de trabalho e do enfraquecimento das resistências sindicais, ocorreu um aumento significativo do índice de desemprego, além do registro de muitos indivíduos em atividades precárias como única alternativa para a subsistência. Dessa forma, enquanto o mundo do trabalho tecnológico se fortalece, a luta do proletariado fica comprometida, e não há oposição ao que está posto. A dominação é reforçada pela divisão do trabalho entre aqueles que executam e os que produzem, e, dentro da vasta hierarquia, a capacidade de reação do trabalhador desaparece.

Retomando o conceito do *princípio de desempenho*, ou seja, o de uma sociedade preocupada com aquisição e acúmulo de bens produtivos, percebe-se que, através dele, os interesses da dominação e os interesses do todo coincidem. Movida por esse princípio, a sociedade crê que, quanto mais produção, maior será a satisfação determinada pelo trabalho. Contudo, a engrenagem produtiva não é controlada pelo trabalhador; ela funciona como um poder independente ao qual os indivíduos têm que se submeter se querem sobreviver. Sob o domínio de forças contraditórias que o indivíduo sobrevive em sociedade.

Nesse sentido, o adoecimento pode ter como fonte principal o trabalho, porque é por meio do trabalho que a sociedade se organiza, logo, ele toma uma posição central na vida dos sujeitos. Para que o sofrimento seja legitimado, o trabalhador empreende uma *via crucis* (TITTONI; NARDI, 2008) pela burocracia do Estado brasileiro, em busca de assistência à saúde e do reconhecimento dos seus direitos trabalhistas e sociais, com destaque para o papel da medicina enquanto um lugar justificador e legitimador na relação trabalho/capital.

Por fim, é fato que as conquistas tecnológicas existem, todavia é imperativo reconhecer o funcionamento desta sociedade. Concorde-se que há retrocesso e barbárie nas relações trabalhistas da atualidade, direitos humanos estão sob ameaça, as organizações estão mais patogênicas, e, assim, a barbárie se instala no cotidiano organizacional, frequentemente, sob as formas de individualismo e competição generalizados. Desse modo, observa-se que a sociedade capitalista não permite ao trabalhador se diferenciar e ser livre para escolher e pensar além da realidade imposta.

2 O TRABALHO EM PRISÕES

Neste capítulo, abordaremos os estudos foucaultianos para analisar a história das prisões a função que elas têm carregado dentro da sociedade moderna e as características dos trabalhos realizados dentro das prisões. Em seguida, faremos um recorte descritivo, focando na modalidade brasileira do Sistema Penitenciário Federal e em como suas especificidades podem afetar a relação saúde/trabalho. De forma geral, busca-se constatar em que proporção e a partir de quais aspectos o modelo de gerenciamento do Sistema Penitenciário Federal acarreta efeitos adversos aos trabalhadores.

2.1 A função das prisões para a sociedade moderna

A história das prisões, desde o seu início, tem sido marcada pela violência. Os suplícios que marcaram os séculos XVIII e XIX faziam da execução dos condenados um grande espetáculo bárbaro e violento (FOUCAULT, 2014). No âmbito da execução penal moderna, os suplícios, que antes causavam mal-estar, hoje, foram convertidos em formas de penalidades mais higienizadas e regidas por normas e leis.

Conforme Foucault (2014), os rituais modernos de hoje prezam pela execução da pena que atinja mais a privação da vida, o tempo dos condenados, do que o espetáculo do corpo. Os suplícios tinham uma função jurídico-política e funcionavam como um ritual de reconstrução da soberania do rei diante da população. A representação da penalidade por meio dos suplícios era mais interessante do que a modalidade de crime cometida. De acordo com Foucault (2014), deve-se conceber o suplício, tal como foi ritualizado no século XVIII, como um agente político, mediado pelo poder do soberano. Tal autoridade era a responsável por determinar a execução, a partir do discurso religioso, pois, para além da infração cometida, o criminoso era ainda um pecador.

A transformação da sociedade burguesa e o horror trazido pelos suplícios causaram a intervenção popular, pois aqueles rituais já eram considerados retrógrados e desumanos. De acordo com Foucault (2014, p. 63): “houve uma solidariedade de toda uma camada da população com os que chamaríamos de pequenos delinquentes; maus pobres, batedores de carteira, receptadores”. A modalidade dos suplícios foi abolida de forma gradual, e a burguesia buscou novos modelos de punição para fundamentar os julgamentos. Vale ressaltar, a função da prisão se insere no tempo antes do surgimento das leis penais com o objetivo de classificar, fixar e categorizar os indivíduos e os seus corpos. A prisão servia de abrigo para os corpos até serem submetidos aos suplícios (FOUCAULT, 2014).

Na era Moderna, sobretudo a partir da Revolução Francesa, surgiu a necessidade de uma regulamentação jurídico-científica para as penas. A prisão torna-se, assim, uma solução e surge como uma alternativa incorporal para a pena, um fenômeno que busca controle do estado menos bárbaro, sem a exposição do ritual dos corpos torturados e expostos em praças públicas. “[...] corpo e sangue, velhos partidários do fausto punitivo, são substituídos por uma nova *realidade incorpórea*” (FOUCAULT, 2014, p. 21, grifo nosso). A transformação dos suplícios até o surgimento das prisões ocorreu através do clamor social que exigia práticas punitivas menos sanguinolentas, mais “higiênicas”, todavia não menos perversas. Carregando o ideal iluminista da época, a prisão passou a ser um apelo das sociedades “civilizadas”. “A função de prisão esteve relacionada ao próprio funcionamento social” (FOUCAULT, 2014, p. 224), ela, então, surge como alternativa ao movimento de mudanças históricas. Contudo, a organização da prisão continua sem cumprir a finalidade para a qual foi destinada. A respeito disso, Thompson (2000, p. 19) explica:

A pergunta: alguém já conseguiu fazer da prisão punitiva ser reformativa? A experiência penitenciária, de mais de cento e cinquenta anos, responde; não, em nenhuma época e em nenhum lugar. Dessa forma, o sistema prisional passou a consolidar um caráter contraditório e ineficiente, a primeira contradição importante a ser destacada é: como um local feito para punição é capaz de promover “restauração”?

Foucault (2014) destaca a “obviedade econômico-moral” na concepção das prisões, explica a natureza jurídica delas, que permite quantificar a pena ao retirar tempo do condenado. “Há uma forma-salário da prisão que constitui, nas sociedades industriais, sua obviedade econômica e permite que ela pareça uma reparação” (FOUCAULT, 2014, p. 224). E, esse autor define a função da prisão como a de uma “empresa” de modificação dos indivíduos, na qual a privação de liberdade permite fazer funcionar os rigores legais. À medida que a prisão se tornou um instrumento disciplinar social, passou a assumir um caráter denominado como “onidisciplinar”, ou seja, a ação disciplinar sobre o indivíduo deverá ser ininterrupta; esclarece o autor: “a prisão deve ser um microcosmo de uma sociedade perfeita onde os indivíduos estão isolados em sua existência moral, mas onde sua reunião se efetua num enquadramento hierárquico estrito, sem relacionamento lateral, só podendo fazer comunicação no sentido vertical.” (FOUCAULT, 2014, p. 230).

Para a Teoria Crítica da Sociedade, a prisão tem uma função preliminar em revelar aquilo que ela ao mesmo tempo deseja e teme. Em outras palavras, na sociedade, o trabalho é um lugar que impossibilita os desejos, distanciando a civilização dos prazeres e trazendo à tona aquilo mesmo que não pode mais ser tolerado pela civilização: “imita e ao mesmo tempo destrói a civilização impiedosa” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 187). As construções das

penitenciárias correspondem a esse ódio que cerca o processo civilizatório, conforme afirma Massola (2017, p. 136): “Se, por sua própria constituição, os criminosos não podem se adaptar a esta sociedade, que sejam forçados à adaptação através da maior violência possível”. As penitenciárias são também a imagem potencializada da exclusão promovida pela crescente força de trabalho: os que ficam de fora da composição dessa força, em determinada proporção, ocuparão as estatísticas penitenciárias. No contexto brasileiro, conforme dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Infopen⁶, o Brasil ocupa o 3º lugar no mundo em número de pessoas presas, computando **702.096** presos. Desses, 41,91% compõem uma população jovem, com menos de 30 anos; apenas 12,28% estão incluídos em atividades escolares; e 60%, aproximadamente, são de cor preta ou parda.

Mais do que manter os sujeitos trancados em celas, há muitas questões moralistas envolvidas, pois as prisões inserem, em seu rol de atividades, hábitos considerados aceitos socialmente, como: asseio, atividades religiosas e trabalhos mecanizados, como promoção do “contágio moral” (FOUCAULT, 2014, p. 224). Isso acontece, com a hipervigilância sempre ativa. “Assim nesse jogo de isolamento, da reunião sem comunicação, e da lei garantida por um controle ininterrupto, deve requalificar o criminoso como indivíduo social: ele o treina para uma atividade útil e resignada; devolve-lhes hábitos e sociabilidade.” (FOUCAULT, 2014, p. 230).

No que diz respeito aos profissionais que realizam o papel da custódia, Foucault (2014) descreve-os como alunos submetidos ao poder, que deveriam aprender as regras e depois transmiti-las aos custodiados. O indivíduo que exerce a atividade de labor dentro da prisão deixa de ser simplesmente o desenvolvedor da custódia, e se subordina, também, aos ditames das prisões, pois acaba experimentando o mesmo ambiente e as mesmas regras impostas aos custodiados. É de acordo com essas normas e prescrições que a instituição penitenciária administra o trabalho prisional, por meio de métodos e processos reprodutores da lógica da dominação e da disciplina. Pode-se afirmar que a instituição penal atua como uma empresa, utilizando, para alcançar seus fins, os meios de coerção necessários para manter a dominação sobre as pessoas privadas de liberdade e os trabalhadores.

As prisões se tornam uma grande fábrica para modelagem do comportamento, de forma que torna os corpos mais dóceis e coerentes aos mandamentos estatais. Devido a rigidez de suas normas, as prisões configuram o rol das instituições totais, que são definidas por Goffman, da seguinte forma: “[...] uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente

⁶ Sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro.

administrada.” (GOFFMAN, 2015, p. 11).

Goffman (2015), no livro, *Manicômios, Prisões e Conventos*, faz análises pormenorizadas de características que compõem uma instituição total, voltadas, na maior parte, ao mundo dos internados. Por isso, a obra é uma referência para a compreensão dos efeitos que o cárcere provoca nos indivíduos que nele se inserem. Assim, os ambientes prisionais representam a formação da sociedade administrada nos intramuros. As trocas e convivência diária do *processo de prisionização* – leva o preso a ser inserido no amplo sistema de regras e disciplinas que promovem, gradualmente, a perda de sua autonomia (identificação por números, privação de vínculos, horários preestabelecidos para refeição etc.). Da mesma forma, os servidores prisionais assimilam as características do ambiente e pouco a pouco sua individualidade, devido às regras tão rígidas, vai se esvaecendo.

De acordo com o autor em questão:

A instituição total é **um híbrido social**, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. Há também outros motivos que suscitam nosso interesse por esses estabelecimentos em nossa sociedade, **são as estufas para mudar pessoas**; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu. (GOFFMAN, 1961, p. 22, grifo nosso).

Então, essa grande “estufa para mudar pessoas” afeta, além da pessoa presa, também, a vida do trabalhador. Embora separados por uma grande distância social e por uma forte hierarquia (poder *versus* opressão), os trabalhadores também ficam suscetíveis à atmosfera de hostilidade e violência que paira sobre esses ambientes. Goffman (1961) destaca o fenômeno da *assimilação*, que diz respeito ao *destreinamento sobre o mundo exterior*. Dessa forma, o ambiente prisional, para aqueles ali inseridos, torna-se uma comunidade, passa a ser visto como um mundo possível e comunitário, com regras e códigos específicos. Dentro dessa comunidade, uma nova cultura se forma e novos comportamentos são inseridos, e, no entendimento de Goffman (1961), ocorre uma deformação pessoal em razão da perda do conjunto de identidade. Esses fatos reunidos promovem a mortificação do eu. Além disso, o autor ressalta outra forma de mortificação do eu a partir da admissão, que corresponde ao procedimento de ingresso do indivíduo na instituição, por meio do qual ocorre uma exposição contaminadora: dentro do universo da prisão, os sujeitos são obrigados a conviver com rituais diários, sem a chance de se conectarem com o mundo externo.

Nas prisões brasileiras de segurança máxima, os servidores são proibidos de fazer uso de qualquer equipamento eletrônico particular e, ao adentrarem no ambiente de trabalho, passam por uma revista criteriosa que objetiva a apreensão de itens indevidos. Há, em torno dessa regra, uma política de hipervigilância constante, pois, em razão do histórico de corrupção envolvendo o contexto das prisões estaduais brasileiras (facilitação de entrada de objetos ilícitos para os

custodiados), as prisões federais endureceram as suas regras e ganharam notoriedade no cenário da segurança pública brasileira, por conservarem a máxima de “zero corrupção”. Com isso, a rotina de inspeção diária, para o servidor, é um momento carregado de tensão e estresse, visto que todos os mecanismos de segurança contidos nas unidades possuem alta sensibilidade e respondem ao mínimo estímulo. Desse modo, um clipe de papel dentro de um paletó, botões de calças ou adereços femininos são suficientes para acionar luzes vermelhas e sons altos e agudos. Conforme observado no trabalho de Brito *et al.* (2017, p. 6): “[...] no Sistema Penitenciário Federal, o funcionário que transitar com metais, celulares ou qualquer material que possa, porventura, ser utilizado por algum preso, poderá sofrer sanções disciplinares e até ser demitido.”

Nas instituições totais, como as prisões federais, o território do eu é violado; a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida pelas regras, as quais logo são assimiladas, moldando-se, assim, a sua subjetividade.

Goffman (2015, p. 49) diz:

A mortificação ou mutilação do eu tendem a incluir aguda tensão psicológica para o indivíduo (...). Além disso, a tensão psicológica frequentemente criada por ataques ao eu pode também ser provocadas por questões não-percebidas como ligadas ao território do eu – por exemplo, perda do sono, alimento insuficiente, indecisão crônica, também um elevado nível de angústia, ou a ausência de materiais para fantasia.

Os apontamentos de Goffman (1961) destacam alterações no âmbito da saúde física e mental de pessoas custodiadas nas instituições totais. No entanto, conforme revisão bibliográfica desta pesquisa, os estudos que avaliam a saúde dos servidores que atuam diretamente nas assistências desses internos são mais escassos. Infere-se que os efeitos do cárcere na saúde dos servidores são negativos para os dois grupos (agentes e profissionais das assistências), vale ressaltar que os servidores assistenciais atuam para garantir a relação de cuidado com os custodiados, garantindo o atendimento de saúde, educação, entre outros. Por outro lado, a postura empregada pelos agentes é voltada para a garantia do cumprimento das regras e da segurança. Existem diferenças entre os grupos que merecem ser discutidas de forma mais profunda.

A nossa experiência de trabalho no sistema carcerário tem demonstrado o quanto a banalização da violência é muito presente nos discursos dos trabalhadores prisionais; essa naturalização do mal acaba por contaminar a percepção dos servidores penitenciários, que estigmatizam o preso como alguém que não é digno de direitos e cuidados. O serviço prisional e o seu objeto de trabalho acabam fazendo parte dessa mesma lógica social de que as prisões são ambientes não merecedores de atenção e implicação do Estado. Dessa forma, a concepção do trabalho em prisões como um labor combativo e a percepção do criminoso como um inimigo refletem uma demanda social e primitiva (LEMOS; MAZZILLI; KLERING, 1998). Nessas

termos, a permissividade de uma cultura violenta por parte do Estado contagia sujeitos e sociedade, legitimando abuso e discordâncias em relação aos direitos constitucionais e humanos.

A questão da violência é um tópico bastante abordado pela Teoria Crítica da Sociedade. Para os estudiosos da Teoria Crítica da Sociedade, a razão iluminista trouxe-nos uma promessa ilusória de “Liberdade, igualdade e fraternidade”; todavia essa mesma razão instrumental foi estilizada (coisificada) e, assim, produziu o processo de dessublimação. Zanolli (2010) discorre que, nos moldes culturais civilizatórios nos quais impera a violência, a sublimação torna-se mais remota, provocando fraturas subjetivas e consequentes danos à vida coletiva. A cultura é um viés importante para mudança e, desse modo, funciona como uma espécie de bússola da agressividade, pois há formas sociais que vão dosar e aceitar, em maior ou menor grau, a violência. Conforme Zanolli (2010), o ingresso na cultura significou renúncia e elaboração. Nesse sentido, a sublimação seria uma forma viável para o indivíduo canalizar sua agressividade para atividades mais aceitas socialmente.

Vale lembrar o que diz Crochík (2012), a violência é uma preocupação social remota. O autor destaca que a luta entre as classes possuem interesses divergentes e leva, de forma frequente, ao embate. Outrossim, em consonância com Freud, o teórico destaca que essa violência tem um princípio inerente à luta entre as pulsões de vida e morte. Assim, como nem sempre é possível mediar a própria agressividade, há uma tendência em eliminá-la para o mundo externo. Frisa-se aí, mais uma vez, a importância da cultura, pois, quanto mais banal for a expressão de atos violentos, maior mal-estar social haverá. A violência permeia os ambientes prisionais, e mesmo o Sistema Penitenciário Federal, com seus arcaibouços tecnológicos e refinados, não consegue impedir que o ambiente seja envolvido por uma atmosfera bélica e tensa. É muito difícil que os servidores consigam solucionar, de forma pacífica, os ideais contraditórios da prisão, quais sejam aprisionar e “ressocializar”. O resultado da aplicação de uma pena sem a inserção de recursos humanitários que favoreçam o mínimo de reflexão acaba por produzir novas práticas violentas, que vão gerar outras violências futuras.

O sistema prisional brasileiro reflete a sociedade violenta e excludente. E a hostilidade ressoa e interfere para além dos limites das prisões. Por isso, o adoecimento que acomete o trabalhador reflete um modelo apenas confinador que pouco tem considerado essa problemática. Conforme Reishoffer e Bicalho (2009), deve-se pensar como as subjetividades vêm sendo constituídas no campo da segurança pública e das políticas criminais, localizando o seu percurso histórico e contexto da sociedade brasileira.

Ao entender a subjetividade como produzida no meio social a partir de elementos heterogêneos, iremos pensar o que os atuais mecanismos de controle social e as políticas

de segurança pública, dentro da ordem neoliberal que se impõe, têm produzido. Os crimes, os criminosos e, com efeito, os mecanismos escolhidos para preveni-los ou eliminá-los pertencem a um mesmo campo de imanência, no qual relações de poder/saber produzem modos de entender o que é crime, quais são os criminosos e que ordem social deverá ser produzida/defendida no contexto brasileiro. (REISHOFFER; BICALHO, 2009, p. 5).

A “natureza” positivista atribuída aos criminosos e à prisão justificaria a adoção de medidas extremadas de controle social e a repressão desses indivíduos entendidos como “classes perigosas” (REISHOFFER; BICALHO, 2009). A sociedade coloca nas prisões aqueles que ela quer longe, no entanto, não se debruça sobre a produção dos índices alarmantes de criminalidade. Os servidores e as instituições, envolvidos nessa atmosfera social, reproduzem essa articulação e legitimam a estratégia da prisão. Muitas vezes adoecidos e fragilizados pelo mal-estar do ambiente, eles não conseguem, sozinhos, associar a toda essa engrenagem os fatos que interferem em sua saúde física e mental.

Para Reishoffer e Bicalho (2009), o controle do Estado Penal Brasileiro tem adotado as lógicas da guerra e, apoiado na lógica positivista, dissemina discurso de ódio contra minorias como negros, pobres etc. Os moradores das favelas brasileiras vivem o processo de criminalização da pobreza, pois são observados pelo Estado como potenciais criminosos. Assim, o Estado faz esse papel de “farol moral” que deve constatar as anormalidades e, posteriormente, aprisioná-las. Vale lembrar que a ideia de integração social harmônica pressupõe a existência de uma sociedade homogênea, justa e não conflitiva (a cujos valores deve o condenado se integrar harmonicamente), quando, na realidade, “a sociedade que temos é plural, seletiva e palco de conflitos entre ideologias, concepções morais e segmentos absolutamente díspares” (ROIG, 2022, p. 22).

As justificativas para construção das prisões federais brasileiras vieram do Poder Público, pois acreditava-se serem necessárias punições mais severas àqueles que eram considerados como presos de “lideranças negativas” e que conseguiam orquestrar ações violentas até mesmo extramuros. Assim sendo, medidas de recrudescimento disciplinar foram elaboradas a partir de regimes de máximo confinamento e restrita concessão de direitos e garantias (REISHOFFER; BICALHO, 2013). Em prisões federais, cada indivíduo preso é confinado em celas individuais por 22 horas diárias, e o único contato possível com outros internos é através do banho de sol restrito a apenas duas horas por dia. Devido a essas características, as atividades de “ressocialização” e assistência aos internos são limitadas. Para o Estado, essas estratégias de recrudescimento disciplinar se justificam, pois o medo dos criminosos de perder o controle, enquanto estiverem presos em uma penitenciária federal, tem inibido novas rebeliões ou atos que possam implicar a sua responsabilização.

Em função da “defesa da sociedade” e da “disciplina militar”, o Sistema Penitenciário

Federal ocupa uma lógica neoliberal e surge como alternativa para o Estado ao empregar, inclusive, os *slogans* de sucesso como estratégia para redução das taxas de homicídios no cenário nacional (REISHOFFER; BICALHO, 2013). Estudos ainda referem que a configuração de uma organização prisional prioriza as questões de segurança (MARQUES; GIONGO; RUCKERT, 2018). As regras e os aspectos disciplinares são colocados sempre à frente da assistência em saúde. Tal fato corrobora um ideal social perverso de que pessoas presas não são merecedoras dos cuidados em saúde. A cultura da violência no Brasil está cada vez mais disseminada no discurso da mídia e da política, há um grande planejamento de combate da violência com o uso da força e, redundantemente, com inserção de mais violência. Diante desses dados, os profissionais de assistências vivem constantes contradições, pois, encarregados de cuidar, conflituam entre os ideais culturais violentos e os seus questionamentos éticos.

Como discorrido, as configurações de uma penitenciária federal surgem de uma política de segurança pública rigorosa e com perspectiva de menor concessão de direitos, corroborando o ideal de Estado mais rígido em relação aos desvios de regras sociais, a fim de garantir o “bem-estar” social. Tal objetivo ampara-se no ideal do modelo neoliberal (FERNANDES; BORGES, 2008). Nesse panorama econômico, ocorrem imposições de novas relações de consumo, aumento da produtividade e precariedade das relações trabalhistas, conseqüentemente, um grande aumento do desemprego e da acentuação da desigualdade. Assim, conforme a proposta da Teoria Crítica da Sociedade, considerando a necessidade de se desconfiar do que chega como imediato, é preciso realizar reflexões a respeito das ideologias que constroem “prisões ideais” e, assim, descobrir, por trás da realidade aparente, o movimento social que as edifica.

2.2 Os profissionais da assistência e o regime prisional federal

Conforme o art. 117 da Lei n. 11.907/2009, as carreiras das assistências no âmbito do Sistema Penitenciário Federal são compostas por cargos de nível superior e de nível técnico, definidas, da seguinte forma:

1. **Especialista Federal em Assistência à Execução Penal**, composta de cargos de nível superior, com atribuições voltadas às atividades de classificação e assistência material, educacional, social e à saúde do preso, internado ou egresso, conforme disposto nos arts. 6º e 11 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.
2. **Técnico Federal de Apoio à execução Penal**, de nível intermediário, com atribuições voltadas ao suporte e ao apoio técnico especializado às atividades de classificação e assistência material, educacional, social e à saúde do preso, internado ou egresso, conforme disposto nos arts. 6º e 11 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 Lei de Execução Penal. (BRASIL, 2009, *on-line*).

Acima, vê-se uma descrição clara das atribuições estabelecidas para os cargos, somadas à boa remuneração (salários), as atividades parecem algo simples e perfeitamente possível de serem realizadas. No entanto, na prática desse trabalho, ocorrem muitas contradições entre o que foi idealizado e o que é experimentado pelo sujeito. Destaca-se que a relação entre a organização do trabalho e o homem não é um bloco rígido, está em contínuo movimento. Nesse contexto, após as experiências do dia a dia com a população carcerária, os trabalhadores acabam por experimentar situações que desencadeiam mal-estar. Os profissionais dos presídios federais ingressam no cargo por meio de concurso público e são regidos pela Lei n. 8.112/1990. A carreira pertence ao quadro do Depen, do MJSP, e os profissionais são distribuídos entre as cinco unidades prisionais federais do país.

Destaca-se que, no início do Sistema, durante os primeiros três anos, essas carreiras inexistiam e o vínculo dos profissionais prestadores de assistências era terceirizado, precário e volátil. Sendo assim, a carreira de Agente Federal (nível médio), por ocupar na história do órgão a posição de primeira carreira e por responder pela gestão da segurança, sempre esteve à frente nas decisões estratégicas. Inclusive, o plano de carreira e a remuneração dos cargos de nível médio são superiores aos de nível superior, situação inédita entre todos os órgãos do executivo federal brasileiro. Assim, nesse caso, trata-se do único órgão público brasileiro em que o nível médio tem ganhos superiores diante dos que apresentam maior índice de escolaridade. A força física é sobreposta ao intelecto.

As portarias e regimentos, mesmo que digam respeito às assistências, só se concretizam mediante aprovação do corpo de segurança. Não é incomum que os especialistas e técnicos tenham questionado os seus respectivos códigos de ética durante as práticas, posto que a gestão da segurança acredita que o Sistema Federal é um modelo de prisão à parte, logo tem suas regras e normativas próprias, as quais ocupam lugar superior em relação ao código de ética profissional de cada especialidade. Esse é um ponto polêmico e controverso. É notório que esse contexto acaba gerando conflitos e abismos entre o quadro de servidores que trabalham na área da segurança e os que trabalham nas assistências à saúde e reabilitação. Nesse aspecto, quando falamos em uma instituição prisional de segurança máxima, qual discurso deverá prevalecer? O da oferta de saúde ou o exclusivo da segurança? nesse jogo de interesses institucionais (Estado) e individuais (custodiados), encontra-se o servidor, que cria estratégias para sobreviver à hostilidade socioprofissional produzida pelo ambiente de trabalho. Então, diante da escassa literatura sobre as instituições prisionais federais, acredita-se que o tema deva ser explorado de forma mais profunda, pois carece de dados quantitativos e qualitativos sobre o tema em questão.

No âmbito do Sistema Penitenciário Federal, conforme o art. 10º do Manual das

Assistências, regido pela Portaria DISPF nº 11, 04 de dezembro de 2015, a assistência à saúde da pessoa presa deverá ser vinculada às diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), definidas na Portaria Interministerial MS/MJ nº 01/2014 e na Portaria MS nº 482/2014, que estabelecem normas para a operacionalização da PNAISP e outras normas vigentes. A normativa supracitada estabelece o que segue:

A assistência à saúde, prestada de forma individualizada e em estrito cumprimento aos preceitos legais e éticos, tem caráter integral e compreende ações de promoção, prevenção, cura e reabilitação, envolvendo atendimento de clínica médica e psiquiátrica, odontológico, farmacêutico, psicológico, social, de enfermagem e de terapia ocupacional. (BRASIL, 2015, n.p.).

O objetivo formalizado em normativas que regem o funcionamento das unidades de saúde federais é o de ofertar as assistências à saúde necessárias aos custodiados. Essas atividades no ambiente prisional apresentam aspectos diferenciados das que são realizadas em outras prisões estaduais, pois, em qualquer procedimento interno, o custodiado é algemado e os atendimentos ocorrem sempre com a presença mínima de dois agentes penitenciários. Os atendimentos, obrigatoriamente, são todos realizados na presença dos agentes de segurança.

O Serviço de Saúde, local no qual ocorre a maior parte dos procedimentos, é monitorado por câmeras durante 24 horas, e a conduta profissional é assistida através de salas de monitoramento em tempo real, sendo passível de questionamento caso ultrapasse os limites estabelecidos pelo Serviço de Segurança. O ambiente é considerado bastante rígido, e, para além das questões técnicas e tecnológicas, há uma preocupação em relação à conduta ética dos servidores. Sendo assim, os serviços de assistência das prisões federais acabam estigmatizados em um cenário no qual o controle e os dispositivos de segurança máxima devem prevalecer. Como se pode observar no manual das assistências supracitado, a própria instituição deposita uma expectativa em relação ao funcionamento do serviço e a conduta desses profissionais. Todavia, pode-se questionar o verdadeiro objetivo para a existência dessas unidades de saúde devido às adversidades enfrentadas pela saúde prisional. Pode-se inferir que não há uma preocupação autêntica em relação ao bem-estar dos presos, posto que o serviço de saúde existe, sobretudo, para atender a um dispositivo legal – Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/84) – o qual, em seu art. 10, determina: “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”.

Uma unidade de saúde em uma prisão de segurança máxima pode ser, simultaneamente, classificada como solução e problema. Primeiro, porque, em situações emergenciais, a presença de profissionais especializados em saúde evita escoltas policiais arriscadas para unidades de saúde

externas. Porém, por outro lado, esses mesmos servidores sofrem a estigmatização social por disponibilizarem cuidados às pessoas enquadradas, dentro de uma lógica positivista, como “más”.

A ordenação dos trabalhos em uma unidade prisional federal, ainda que funcione nos moldes de uma instituição pública, baseia-se também na lógica mecanicista, principalmente no que diz respeito à condução de seus procedimentos de segurança. Assim, para que as falhas não comprometam a segurança da unidade, todos os procedimentos são fiscalizados e controlados por câmeras, vídeos e inspeção manual. Todas as justificativas rigorosas são embasadas por um documento denominado “Manual de Segurança”. Esse documento é apontado por alguns gestores como a “bíblia” do Sistema Penitenciário Federal, e tudo que for executado fora dele estará fora da lei e será passível de investigação/punição.

Conforme levantamento bibliográfico, o estudo realizado por Brito *et al.* (2017), sobre o cotidiano de trabalho dos profissionais assistenciais (em presídios federais) e a influência na saúde desses trabalhadores, é uma das raras produções sobre esse ambiente de trabalho tão peculiar. Conforme a visão dessas autoras, esse tipo de trabalho impõe bastante rigor em termos de segurança e visa evitar falhas e práticas de atos ilícitos. Assim sendo, para atender a essa rigidez, mecanismos tecnológicos de controle estão espalhados por todo ambiente: câmeras, detectores de metais e máquinas de raios X. Essas máquinas são reguladas no nível mais sensível, identificando qualquer espécie de metal presente no corpo de quem adentre as unidades prisionais federais.

[...] No Sistema Penitenciário Federal, o funcionário que transitar com metais, celulares ou qualquer material que possa, por ventura, ser utilizado por algum preso, poderá sofrer sanções disciplinares e até ser demitido, assim em seus discursos fica claro a necessidade de provar sua idoneidade. (BRITO *et al.*, 2017, p. 6).

Conforme as autoras supracitadas, a preocupação institucional excessiva com a correição ocasiona uma forte atmosfera de desconfiança nos sujeitos. Nesse âmbito, os trabalhadores, submetidos às mesmas contingências, são requisitados para cumprirem regras similares às impostas aos presos. O estudo concluiu que o cotidiano organizacional do trabalho de profissionais das assistências em uma penitenciária federal contribui para a baixa satisfação, o descontentamento e a desmotivação no trabalho. Nesse sentido, pode-se apontar, para que o leitor compreenda como esse controle funciona efetivamente, o que ocorreu, no ano de 2014, com o então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, quando, ao adentrar um dos presídios federais e acessar os pórticos de segurança, o equipamento de raios X acionou seguidas vezes até ser descoberto um minúsculo clipe no bolso do seu paletó. Esse é o cotidiano dos trabalhadores que, ao acessarem o ambiente de trabalho, são submetidos a esse rigor de forma recorrente; objetos simples, como moedas, anéis e relógios, são inspecionados.

Além disso, existe o receio de sofrer retaliações dos custodiados fora dos limites da prisão. Assim, os profissionais das assistências que trabalham em uma penitenciária federal percebem as atividades desenvolvidas como tensas, podendo acarretar o seu adoecimento pelo trabalho (BRITO *et al.*, 2017). No estudo de Brito *et al.* (2017), ficou diagnosticado que a escolha profissional daqueles que laboram em ambiente prisional federal se processa em razão do sustento e não da vocação ou desejo. No caso dessa carreira específica, os profissionais de saúde ganham salários acima da média do mercado privado e contam com a relativa estabilidade promovida pelo regime estatutário (Lei n. 8.112/1990). Assim, considerando o ideal do capitalismo e o cenário brasileiro com elevados índices de desemprego, os sujeitos estariam dispostos à submissão a um trabalho que poderá, inclusive, violar a sua integridade física.

Compreende-se que a necessidade humana se torna um conflito explícito entre sobrevivência e trabalho. Assim, a busca em relação à satisfação de suas necessidades torna o homem moderno dependente das forças capitalistas (ARENDDT, 2007). Conforme os pensadores da teoria crítica, o progresso técnico e industrial produz um sistema total de dominação e coordenação, bem como cria formas de vida (e de poder) que mantêm os sujeitos na condição de dominação (MARCUSE, 2015).

Os servidores especialistas e técnicos assistenciais são submetidos, antes do ingresso no órgão, a um longo período de treinamento técnico para lidar com as especificidades do ambiente. De forma geral, observa-se que, na oferta de cursos pela instituição, há uma prevalência dos cursos de tiro e de intervenção em crise penitenciária. Tais cursos apresentam significativo potencial bélico. Nas aulas, são utilizadas armas de grosso calibre, balas de fogo, balas de borracha, *spray* de gás de pimenta, dentre outros materiais. Cabe ressaltar que há pouco debruçamento sobre temas como a garantia dos direitos humanos e espaços para discussão das relações socioprofissionais.

Sobre isso, observamos que, na ementa do próximo curso de formação profissional, com previsão para ser realizado em 2022, predominam matérias de ordem prática e de cunho militarizado. Nesses cursos, as disciplinas, em sua maioria, são ministradas por servidores do quadro, desde que atendam aos critérios da seleção, formação acadêmica, tempo de experiência etc. Ao analisarmos o último edital de seleção de professores para curso de formação/2022, se comparado a editais de anos anteriores, observamos que as disciplinas de bases históricas e filosóficas possuíram um espaço menos relevante. Além disso, percebe-se uma tendência pela seleção de profissionais ligados a áreas de segurança em detrimento de profissionais da área de saúde. Como exemplo, a disciplina *Saúde e qualidade de vida*, no curso passado em 2017, foi ministrada por uma profissional da saúde, e, neste próximo curso de formação, a instituição optou por selecionar um profissional ocupante do cargo de Agente Penal, formado em educação física,

para exercer a função de responsável técnico e conteudista. Na época, surgiram muitas argumentações, via processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, contrárias ao resultado dessa seleção por parte dos especialistas e técnicos, reforçando a importância do aproveitamento dos profissionais da saúde para discussão do tema saúde e qualidade de vida. No entanto, por se tratar de um ato discricionário, a escolha pelo educador físico foi mantida. Em resposta, a instituição ressaltou que o objetivo da disciplina supracitada é ter uma base prática e com incentivo às atividades físicas, a qual, claramente, apresenta a proposta de produção de um corpo policial “forte” e “técnico”.

Vale lembrar que, após a mudança do cenário político a partir do ano 2018 e da promulgação da Lei n. 13.964 (BRASIL, 2019),⁷ houve mudanças significativas nas regras para os custodiados. Uma explicação para essa preocupação com o caráter militar dos treinamentos deve-se, em parte, à efetivação das propostas de campanha do governo, que prometeu um tratamento mais rígido aos custodiados no regime federal. Paralelo a isso, há a tramitação no Congresso Nacional da PEC 308, que transforma as carreiras penitenciárias em carreiras policiais.

Pelo exposto acima, questionamos: o que faz a instituição tornar suprema a prática de atividades físicas em uma disciplina que trata também da questão saúde mental? nota-se a preocupação com a formação de um corpo forte, pois a organização do curso não abriu espaço nessa disciplina para a inserção de profissionais das áreas das ciências humanas e não oportunizou reflexões e diálogos sobre saúde mental no trabalho. De acordo com Crochík (2005), o culto ao corpo forte contrapõe a fragilidade do pensamento. Logo, pode-se inferir que os servidores estão imbuídos dessa dicotomia que separa o corpo e a mente, e a racionalidade técnica domina a gestão dos presídios e está muito presente na regência dos corpos dos trabalhadores da segurança pública. Pela carência de espaços para reflexão filosófica, o agir desses trabalhadores encontra-se desconectado do ato de pensar e refletir sobre a atividade que exercem. O Estado constrói o ideal em torno do corpo que deve ser forte, saudável, útil e pronto para o combate contra os criminosos.

⁷ Sobre a Lei n. 13.964 que alteram a rotina nas Unidades Prisionais Federais, destaca-se: “Art. 3º Serão incluídos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima aqueles para quem a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio preso, condenado ou provisório. § 1º A inclusão em estabelecimento penal federal de segurança máxima, no atendimento do interesse da segurança pública, será em regime fechado de segurança máxima, com as seguintes características: I - recolhimento em cela individual; II - visita do cônjuge, do companheiro, de parentes e de amigos somente em dias determinados, por meio virtual ou no parlatório, com o máximo de 2 (duas) pessoas por vez, além de eventuais crianças, separados por vidro e comunicação por meio de interfone, com filmagem e gravações; III - banho de sol de até 2 (duas) horas diárias; e IV - monitoramento de todos os meios de comunicação, inclusive de correspondência escrita. § 2º Os estabelecimentos penais federais de segurança máxima deverão dispor de monitoramento de áudio e vídeo no parlatório e nas áreas comuns, para fins de preservação da ordem interna e da segurança pública, vedado seu uso nas celas e no atendimento advocatício, salvo expressa autorização judicial em contrário. § 3º As gravações das visitas não poderão ser utilizadas como meio de prova de infrações penais pretéritas ao ingresso do preso no estabelecimento. § 4º Os diretores dos estabelecimentos penais federais de segurança máxima ou o Diretor do Sistema Penitenciário Federal poderão suspender e restringir o direito de visitas previsto no inciso II do § 1º deste artigo por meio de ato fundamentado.”

O problema dessa ideologia militar sobre o corpo fica representado pelo excesso de controle e regras existentes. O fetiche da técnica, conforme Crochík (2005), faz o corpo adoecer, porque o torna incapaz de simbolizar suas questões. Por conseguinte, um corpo sobrecarregado de questões como submissão, fardas e distintivos reprime algo ou oculta uma falta.

Rememorando o treinamento dos soldados nazistas, de acordo com Capetato (1995), a proposta pedagógica nazista preparava jovens para a guerra e lhes oferecia estímulos para sacrificar a própria vida em prol do ideal. A educação física era rígida e voltada para a construção de uma raça vigorosa, havia culto ao corpo, à violência e à virilidade. Adorno (1995) chama atenção para a relação entre educação e esclarecimento, por considerar, a educação uma exigência política capaz de promover a emancipação dos homens. Através da educação, pode-se interromper a barbárie inscrita na história da civilização ocidental. A obra supracitada foi escrita em um período de grande efervescência do pós-guerra, e Adorno e outros estudiosos da Teoria Crítica da Sociedade enxergaram na educação uma forma de combater o totalitarismo e de promover a formação necessária rumo ao esclarecimento. Diante do saldo catastrófico deixado pelos nazistas, a educação podia deter o potencial necessário para fazer brotar uma nova época.

Adorno (1995), nos escritos *Educação após Auschwitz*, destaca que esse pretense ideal de educação baseada na severidade e rigidez é equivocada, revelando que, por trás da técnica, há um ideal de formar homens “adequados”, baseados na virilidade e na força física. O “projeto da dureza” muito observado na segurança pública brasileira produz a ocultação da dor alheia e, também, revela a repressão do medo na sociedade. O referido autor destaca que o enfrentamento do medo é fundamental para combater a indiferença e a insensibilidade em relação ao outro. Uma sociedade exacerbadamente corajosa não se preocupa com os seus e, conseqüentemente, não produz uma rede de apoio consolidada, enquanto, do outro lado, as relações humanas são preteridas, e a capacidade de empatia pelo outro é reduzida. No momento atual, seria possível visualizar como o acesso às tecnologias globais tem distanciado as pessoas do pensamento crítico, deixando os sujeitos tão conectados e ao mesmo tempo tão solitários.

Conforme Marcuse (1968), o trabalho carregado de técnica e razão tornou-se um empecilho à libido. O tempo de vida destinado ao trabalho na modernidade converte-se em tempo perdido, penoso. Quando o trabalho alienado nega o princípio do prazer sem promover uma mediação democrática entre o instinto e a realidade, ele introduz o sujeito na alienação, e, reduz a sua utilidade, pois o indivíduo não torna o trabalho uma atividade sua, particular e subjetiva, produz somente benefícios para o sistema. Ele empenha-se, na grande maioria dos casos, em atividades que não correspondem aos seus desejos e vontades. Contudo, precisa dela para garantia das subsistência. Cabe ponderar, não há um interesse das organizações prisionais em promover a

junção entre corpo e mente, porque pensar é contrário a obedecer.

Após o ano de 2017, essa obediência, no Sistema Penitenciário Federal assumiu uma “roupagem” ainda mais dura. Entre 2016 e 2017, atentados contra servidores das unidades federais foram orquestrados por facções criminosas. Os atos violentos seriam uma forma de contestar e intimidar o rígido tratamento carcerário da segurança. Dentre os atentados, um resultou na morte de uma servidora especialista (psicóloga). O caso repercutiu nacionalmente, motivando a publicação da Portaria nº 718 (BRASIL, 2017) e da Portaria nº 157 (BRASIL, 2019), atos que suspenderam as visitas íntimas e sociais no âmbito do Sistema Federal, permitindo apenas o contato via parlatório (o preso e o visitante são separados por um vidro e a comunicação é feita por interfone).

A experiência das tragédias desestabilizou a certeza de segurança replicada pelo Estado de que as unidades federais seriam completamente seguras, além do agravante de que a segurança promovida pelo Poder Público dentro das unidades prisionais não contempla a segurança dos servidores quando eles estão fora do horário de expediente, que, como representantes do Estado, acabam sendo vítimas vulneráveis. Com a atuação das facções criminosas, a preocupação com a disciplina e segurança interna aos presídios se fortaleceu e tornou os aspectos de segurança proeminentes em relação às funções assistenciais.

Após esses fatos, o regime de prisão federal passou a ser alvo de suspeitas e ceticismo dos seus trabalhadores: seria ele um mal tão grande quanto o próprio crime que ele desejava combater? seria possível naturalizar a morte de servidores no pleno exercício de suas funções? Desse modo, ficou notório que a lógica desumanizada presente no sistema não atinge apenas os custodiados, influenciando também, diretamente, a vida dos seus trabalhadores, pois, em vez do sistema demonstrar a eficácia pelos baixos índices de reincidência criminal, despertou ainda mais sentimento de vingança social, gerando mais violência, e, tragicamente, a morte de trabalhadores.

Os servidores assistenciais (área da educação e saúde) acabaram se desestabilizando em maior proporção, visto que, antes dos atentados, reproduziam a crença coletiva de que jamais seriam alvos de facções por trabalharem em prol da saúde e educação daqueles indivíduos. No período mencionado, os afastamentos por motivo de saúde entre os profissionais que lidam com as assistências aos custodiados, em algumas unidades, ultrapassaram os 60%, conforme demonstraram os dados apresentados em novembro de 2017, em Brasília, pelo Núcleo de Saúde e Qualidade de Vida (NSQV) do Departamento Penitenciário Nacional, durante encontro nacional.

Nessas circunstâncias, pode-se reconhecer que o compromisso teórico e legal com a atividade que o servidor se propôs a realizar, por meio da inscrição em concurso público, não é

totalmente seguro. Há sempre interpretações diversas que podem fazer com que alguns lidem de forma mais amena com as especificidades do cargo e outros acabem adoecendo.

O trabalho dos especialistas e técnicos prisionais luta contra a percepção negativa da sociedade a respeito do custodiado, de que sujeitos presos não são merecedores de cuidados, noção no ambiente prisional pelo grupo de agentes. Para esses trabalhadores da saúde as relações de trabalho se estabelecem de forma dicotômica, pois eles sofrem escárnio nos seus locais de trabalho pelo simples fato de exercerem suas atividades, a comunicação entre os grupos pode, inclusive, ocorrer de forma violenta. No contexto hostil das relações interpessoais, os profissionais das assistências são, frequentemente, abordados com o apelido: “babás de presos”.

As assistências surgem como alternativa para cumprimento obrigatório da Lei de Execução Penal. Uma questão complexa subjaz nesse ponto, posto que os sujeitos que ingressam no Sistema Penitenciário Federal carregam um estigma duplo: de criminosos e líderes de facções. Assim, carregados desses preconceitos, os custodiados passam pelo discurso de alguns servidores como sujeitos que não merecem cuidados assistenciais, pois a possibilidade de abandonarem as questões criminosas é vista como algo remoto. Assim sendo, a ideia do reingresso na sociedade torna-se um ideal quase impossível.⁸ Fica evidente que não há objetivamente preocupação em sistematizar políticas que visem acabar com a violência na sociedade, e, sua legitimação encontra-se por toda parte, inclusive, nos discursos de autoridades brasileiras importantes, cotidianamente, temos escutado “bandido bom é bandido morto”. Logo, as prisões acabam revelando as contradições existentes na sociedade e o que precisa ser rediscutido e repensado.

⁸ Na condição de psicóloga do sistema, por diversas vezes, escutei dos custodiados: “senhora, quando for embora pra rua, vou sair muito pior do que entrei” (*sic*), “senhora, esse lugar cria monstros” (*sic*). Assim, o resultado da aplicação de uma pena sem a inserção de recursos humanitários que favoreçam o mínimo de reflexão acaba produzindo o desejo de novas práticas violentas, conforme declarado pelos pacientes custodiados.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Destacamos, nesta etapa, o levantamento bibliográfico que promoveu insumos para compreensão do objeto dessa pesquisa. Primeiramente, frisa-se que as pesquisas no âmbito do sistema penitenciário federal brasileiro são recentes, pois, além de se tratar de instituição jovem, com, aproximadamente, 16 anos, é uma instituição total de segurança máxima, característica essa que torna as pesquisas mais burocráticas e, conseqüentemente, mais raras.

3.1 Saúde do trabalhador prisional em alguns estudos

O levantamento permitiu elucidar a forma como o tema da saúde dos servidores assistenciais prisionais vem sendo tratado no âmbito nacional. No decorrer desse levantamento, observamos grande volume de estudos com temas amplos e variados sobre a saúde das pessoas presas limitados ao contexto do sistemas penitenciários estaduais. Todavia, em relação aos trabalhadores que assistem as pessoas presas, os estudos localizados foram menos frequentes e mais escassos.

Esta revisão de literatura contém dados extraídos do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da plataforma *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), além de investigações gerais na página do Google, essas últimas com a finalidade de localizar teses ou dissertações no banco de dados das variadas instituições brasileiras. A pesquisa foi realizada em três (3) plataformas distintas em razão das plataformas Capes e Scielo apresentarem uma variedade de estudos gerais sobre o sistema penitenciário brasileiro e poucos estudos sobre as instituições prisionais federais.

Dada a especificidade do tema, a revisão foi sistematicamente subdividida em três etapas, duas (2) delas subdivididas em duas (2) fases, conforme resumo nos quadros abaixo.

Quadro 1 – Etapa 1

Plataforma Capes	
Assunto 1	Saúde do trabalhador prisional
Assunto 2	Sistema penitenciário federal

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2 – Etapa 2

Plataforma Scielo	
Assunto 1	Saúde do trabalhador prisional
Assunto 2	Sistema penitenciário federal

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 3 – Etapa 3

Pesquisas Google	
Assunto 1	Sistema penitenciário federal

Fonte: Elaborado pela autora.

Nas etapas 1 e 2, as buscas pelos assuntos acima especificados foram geradas no campo de busca avançada das plataformas Capes e Scielo entre janeiro e março de 2021, no item geral de correspondência que se refere à localização no título, resumo ou assunto. Desse modo, foram localizadas todas as publicações que continham os temas. Antes de realizar a busca dos trabalhos, foram inseridos, na busca avançada, os seguintes filtros: recorte temporal (**de 2010 a 2020**), idioma (português), tipos de documentos (apenas artigos, teses e dissertações) e publicações com texto completo disponível. Justificamos esse método em razão da revisão de literatura ter o objetivo de sistematizar a forma como o assunto tem sido discutido academicamente na sociedade brasileira em determinado espaço de tempo (nos últimos 10 anos). Na Etapa 3, a fim de ampliar o leque de pesquisas, foi feita a inclusão do assunto e, na sequência, a sua busca, conforme já especificado acima.

Na primeira etapa de busca, na plataforma Capes, foi inserido o assunto “saúde do trabalhador prisional”, com as delimitações já especificadas, e foram localizadas 27 publicações. Observamos o predomínio de pesquisas sobre saúde da população prisional e críticas sobre as condições do cárcere brasileiro de forma geral. Na apuração mais detalhada, localizamos apenas nove (**n=9**) publicações específicas sobre o trabalho do agente penitenciário, e, dessas, apenas uma (**n=1**) citava a atuação dos profissionais da saúde estaduais. Na pesquisa do segundo assunto, “sistema penitenciário federal”, ainda na plataforma Capes, com os mesmos critérios utilizados anteriormente, foram localizados 98 (**n=98**) trabalhos. Desses, apenas dois (**n=2**) foram exclusivamente escritos sobre o Sistema Penitenciário Federal, elaborados, inclusive, por servidores da carreira. O primeiro diz respeito à atuação do pedagogo no sistema, e o segundo faz uma crítica ao regime de hiperencarceramento na modalidade prisional federal. Além desses, surgiram mais oito (**n=8**) trabalhos (os quais não configuraram na busca anterior), que, embora não exclusivos sobre o tema, discorrem sobre a condição dos agentes prisionais estaduais e trazem dados importantes sobre a saúde física e mental desses trabalhadores.

Na Etapa 2, nas pesquisas realizadas na plataforma Scielo, também na busca de dados com as mesmas características anteriormente citadas, sobre o assunto “saúde mental do trabalhador prisional”, foram localizados seis (**n=6**) artigos, alguns já selecionados anteriormente no banco de dados da Capes. Na busca sobre o assunto “sistema penitenciário federal”, foram localizados 14 (**n=14**) artigos, porém, ao analisar os títulos e resumos, nenhum (**n=0**) deles tratava de maneira específica sobre o tema pesquisado. Novamente, como ocorreu na maior parte dos achados na plataforma Capes, os trabalhos diziam respeito ao sistema penitenciário brasileiro de forma geral, com destaques para estudos no âmbito estadual.

Dada a escassez de dados sobre os servidores assistenciais, objetos dessa pesquisa, realizamos, na etapa 03, uma pesquisa no Google com intuito de localizar teses ou dissertações no banco de dados das universidades brasileiras. Nessa empreitada, foram localizados dez (**n=10**) trabalhos produzidos entre **2010-2018**. Dentre esses, destacamos quatro (**n=4**) pesquisas voltadas para os servidores do Sistema Penitenciário Federal: um estudo sobre os servidores da saúde alocados no SPF localizado no banco de teses da Universidade de São Paulo; uma tese de mestrado sobre o trabalho do psicólogo nesse sistema e a produção de pareceres técnicos (Universidade Federal do Rio de Janeiro); um trabalho de mestrado que se refere aos servidores do SPF como um todo (Universidade de Brasília); e outra pesquisa de mestrado realizada no estado de Rondônia apenas com agentes penitenciários lotados na Penitenciária Federal de Porto Velho/RO. Para além desses, foram localizados quatro (**n=4**) estudos que realizaram críticas ao modelo de enclausuramento rígido (REISHOFFER; BICALHO, 2013) e outra (**n=1**) cujo conteúdo demonstrou expectativas positivas em relação ao modelo prisional federal.

Contabilizando de forma bruta os achados sobre os dois temas, “saúde do trabalhador prisional” e “Sistema Penitenciário Federal”, localizamos 125 (**n=125**) trabalhos. Após o refinamento e a seleção através da análise dos resumos, chegamos ao número de 11 (**n=13**) exclusivos sobre trabalhadores do sistema estadual e 06 (**n=4**) sobre trabalhadores do sistema federal e apenas um (**n=1**) diz respeito aos profissionais assistenciais do SPF. Do total (**n=18**) seleções refinadas. Na última etapa, para sistematizar as informações de cada produção, foi realizada análise das pesquisas por meio da leitura completa e tabulação dos seguintes dados: número de autores, ano de publicação, abordagem teórica, público-alvo e instituição de ensino dos pesquisadores. Outrossim, com o objetivo de articular os dados encontrados nesta revisão com os resultados da pesquisa, destaca-se que parte da produção consultada foi discutida no item “Análise dos resultados”.

3.2 Comentários sobre as produções consultadas

Após a tabulação e a análise de dados de cada um dos 18 estudos selecionados anteriormente, sistematizamos as informações conforme discussão apresentada a seguir.

Dentre as produções analisadas neste estudo 66% correspondiam a artigos publicados em revistas científicas e 34% correspondiam a teses. Em relação ao número de autores constatou-se que enquanto as dissertações foram escritas individualmente, os artigos tiveram entre um e cinco autores, sendo um descritivo mais específico: 07 dessas publicações contaram com um autor; 07 foram escritas por dois pesquisadores; 01 por três; 01 por quatro e 02 por cinco. Houve predominância de publicações realizadas por pesquisadores vinculados a instituições públicas de nível superior (83,3%), o que demonstra que é possível que nessas instituições ocorra maior incentivo para o desenvolvimento de pesquisas e sua divulgação..A maior parte da produção ocorreu no ano de 2017 (22,2%), sendo que os anos de 2019, 2018, 2015, 2013 e 2010 tiveram um percentual igualitário (11,1%) e o ano de 2011 contribuiu com o menor índice (0,05%).

Em relação ao público-alvo, 61,1% eram agentes penitenciários; 16% servidores do sistema prisional (contudo, não fica claro quais profissionais, além dos da segurança, teriam participado do estudo); 11,1% relacionados a críticas do SPF; 11,1% voltados para discussão do trabalho no SPF; e **apenas 0,5%** especificamente sobre o cotidiano dos profissionais da saúde do SPF. Esse último dado é bastante relevante para justificativa desta pesquisa, pois demonstra o quanto os sujeitos que laboram nas assistências aos presos no contexto do sistema penitenciário federal são invisibilizados. Embora o presente levantamento contenha poucas informações sobre o objeto de estudo deste trabalho, não deixa de fornecer estudos importantes sobre sistema prisional e saúde mental. É considerável, dadas as condições do sistema penal brasileiro como um todo, que os trabalhadores atuantes nas áreas assistenciais, assim como os da segurança, também estão sujeitos a situações arriscadas como algumas descritas nos trabalhos analisados.

A partir do breve panorama exposto acima, é possível concluir que os estudos não tendem a problematizar as condições objetivas da sociedade e suas influências nessa modalidade de trabalho. Há críticas muito relevantes sobre a não legitimação dos direitos das pessoas presas, porém a maioria dos estudos não cita os servidores desse ambiente, sobretudo os voltados à assistência à saúde do preso.

Sobre a abordagem teórica, prevaleceram estudos relacionados a análise dos aspectos psicossociais do trabalho prisional 45% ; em seguida, estudos da psicodinâmica do trabalho representam a maioria (35,42%); e em 20,42% dos estudos encontrados não havia clareza em relação à escolha da abordagem. Ademais, localizamos temas como “processos de subjetivação”, “sentidos do trabalho” e “relações de poder” e “síndrome de Burnout”.

Após a síntese geral, os trabalhos analisados serão discutidos a seguir a partir das categorias mais presentes e mais condizentes com o objetivo desta pesquisa, são elas: **saúde mental e prisão; e contexto de trabalho.**

Quanto à saúde mental e prisão, de forma geral, os estudos selecionados no intervalo temporal de 10 anos e realizados no Brasil demonstraram o quanto as atividades relacionadas ao cárcere podem desfavorecer a saúde do servidor, conforme afirmam Lima *et al.* (2019). No estudo sobre a prevalência dos transtornos mentais em agentes prisionais, as autoras identificaram que 68,5% dos entrevistados faziam uso de álcool e 15,6% apresentavam suspeita de alcoolismo. Nesse estudo, há citação sobre os agentes penitenciários federais lotados no nordeste do país, porém sem fazer referência à carreira assistencial do órgão. Sobre os agentes, as autoras declararam que as características principais do trabalho são o “ócio intelectual” diante da falta de controle sobre sua rotina no trabalho, o pouco contato com o preso (com a automatização não precisa entrar no pavilhão para abrir as celas), e a rigidez dos procedimentos estabelecidos pelo Governo Federal na organização das condições do trabalho. A rotina monótona e o ócio parecem deflagrar sentimentos de vazio, ineficiência, tristeza e frustração, que geram ideação suicida (LIMA *et al.*, 2019). De acordo com Scartazzini (2018), um problema constante nos estudos analisados é a necessidade de atenção e cuidado para com esses profissionais, seja por problemas relacionados à saúde e detecção de distúrbios laborais ou predisposição ao seu aparecimento, seja por questões que vão além dos mentais diagnósticos relacionados à saúde como necessidade de apoio institucional, recursos pessoais e sociais.

O estudo de Schiedel *et al.* (2013) apresenta como as vivências de sofrimento no trabalho prisional relacionam-se ao contexto (organização, condições e relações de trabalho) no qual as atividades são realizadas. Os autores afirmam que, em função das restrições impostas pelo rígido ambiente de trabalho, os espaços de discussão e a colaboração entre os pares são reduzidos. Baseados na teoria da psicodinâmica do trabalho, de Dejours, as autoras concluíram que esses ambientes dificultam as mobilizações coletivas.

Conforme Correa *et al.* (2019), profissionais da área da segurança pública desempenham suas atividades em níveis elevados de tensão. No mesmo entendimento, Moreira (2018), de acordo com os relatos dos agentes penitenciários, constatou a dor, o sofrimento e a morte simbólica que o trabalho penitenciário produz, além da necessidade urgente de intervenção estatal por meio de políticas públicas.

Como explicação para a interferência no processo saúde/doença dessa modalidade de trabalho, Bagalho e Moraes (2017) afirmam que a característica precarizada do trabalho, sobrecarga física e mental, convívio com situações de violência e estigmatização social são

responsáveis pela produção dos efeitos negativos. As autoras também utilizam a abordagem da psicodinâmica do trabalho com a intenção de discutir sobre as estratégias defensivas individuais.

Figueiró e Dimenstein (2018) admitem que o agente prisional precisa do “estado de vigilância” constante para preservar sua própria vida, para além dos muros dos presídios. Essa escolha profissional determina novos modos de vida, e rede de relacionamentos mais restritos. Conforme o autores, essa rotina produz nos sujeitos sensações geralmente presentes nos campos de batalha. E, assim como nesses locais, a vida dessas pessoas fica marcada pela violência e experiência da morte. Os autores explicam que a aquisição de hábitos e comportamentos, oriundos da relação trabalhador e objeto de trabalho, é determinante nas concepções de subjetividade. Lourenço (2010) afirma que o agente sofre um duplo estigma: extramuros e intramuros. O primeiro ocorre quando a sociedade descobre o seu ofício; o segundo refere-se à sua relação com o preso, que o percebe como um inimigo, “um indivíduo digno de inimizade”. O servidor acaba se materializando no próprio Estado e torna-se o interlocutor mais próximo ao preso, representando tudo o que lhe oprime.

Assim, conforme concluíram Figueiró e Dimenstein (2018), o trabalho em prisões envolve questões muito particularizadas e arriscadas, há necessidade de permanente e intenso controle emocional; elevada responsabilidade com vidas humanas; realização de tarefas em situação de confinamento; relações grupais tensas; controle e disciplina rigidamente hierarquizados; e situações de ambiguidade (cuidar e tratar em oposição a vigiar e punir). Outro dado importante e presente em boa parte das produções consultadas refere-se à estabilidade financeira. Brito (2017) identificou a remuneração e a estabilidade do serviço público como principal sentido dado ao trabalho para dos servidores que optam pela carreira do sistema prisional.

Quanto ao **contexto de trabalho**, no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, conforme estudo realizado na Penitenciária Federal em Porto Velho por Cavalcante (2015), foi destacado que a sobrecarga psíquica advém da baixa realização profissional e do esgotamento profissional, pois os profissionais não se sentem reconhecidos, resultando em desmotivação. O estudo supracitado, após analisar 60% do efetivo, concluiu aspectos importantes que fazem referências à organização do trabalho, ao contexto de trabalho e às relações socioprofissionais. Foi observada pela autora uma organização de trabalho deficitária, com condições de trabalho precárias, relações frágeis e estratégias de defesa unicamente individuais, ou seja, poucas ações voltadas para fortalecimento do grupo e incentivo da solidariedade entre os pares. Os malefícios relacionados ao trabalho apontam que a equipe está exposta a riscos físicos, psicológicos e sociais, os quais sugerem a presença de sentimentos característicos de depressão relacionada ao trabalho, culminando em tendência ao suicídio.

A respeito da incidência do suicídio no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, ainda não há dados sobre os servidores que laboram nas assistências, todavia, desde a inauguração do sistema em 2006, foram divulgados na mídia oito (8) casos de suicídios de servidores, agentes, sendo os três últimos ocorridos em 2020 no intervalo de apenas 15 dias. Esses dados expressam muita gravidade, devido às condições do trabalho, por essa ser uma instituição jovem, com, aproximadamente, 16 anos de existência. No entanto, ainda não há estudos que explicitem as possíveis razões desencadeadoras do ato, e não foram localizados dados oficiais ou estudos sobre os casos, apenas veiculação em noticiários locais. Todavia, há mensagens “simbólicas” que transmitem informações importantes sobre os atos: o 2º caso (ocorrido em Catanduvas/PR)⁹ foi no local de serviço, utilizando uma arma do trabalho; e no 3º caso (Mossoró/RN)¹⁰, antes de executar o ato, o servidor escreveu um texto em uma rede social (divulgado pela mídia local)¹¹, no qual reportou questões sensíveis relacionadas ao trabalho que exercia. Como estratégia de prevenção, o Depen criou, em 2014, o Grupo de Prevenção ao Suicídio para elaborar propostas e definir diretrizes e ações estratégicas para ações de saúde do trabalhador do Sistema Penitenciário Federal, conforme Portaria nº 292, de 31 de julho de 2014. Em 2018, o órgão publicou o primeiro *Manual de prevenção ao suicídio de servidores do Depen*, todavia, não foram encontradas ações atualizadas. No decorrer da execução desta revisão, no segundo semestre de 2020, foram noticiados mais dois suicídios de servidores pertencentes à carreira dos agentes¹².

Dimenstein (2017) verificou que, dadas as condições do regime de confinamento solitário que impactam presos e servidores, há indícios de prevalência de doenças mentais. Reishofferr (2015), ao tratar sobre a atuação dos psicólogos no regime do SPF, relata os enfrentamentos entre as áreas de assistência e segurança. Os critérios de segurança são tomados como mais importantes, e as atividades promovidas pelos profissionais de outras áreas não são consideradas com tanta relevância. “Os agentes penitenciários não têm por horizonte que a garantia de direitos e o cumprimento das assistências ao preso também podem ser elementos produtores da própria segurança institucional” (REISHOFFER, 2015, p. 64). Ou seja, não há percepção de que um atendimento psicológico, por exemplo, poderia atenuar os ânimos do ambiente e, conseqüentemente, promover uma dinâmica institucional mais pacífica. Ainda segundo o autor, “os estigmas que circulam no ambiente prisional atingem também os servidores, estabelecendo

⁹Disponível em: <https://catve.com/noticia/6/74351/agente-penitenciario-e-encontrado-morto-na-penitenciaria-de-catanduvas.html>.

¹⁰Disponível em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2014/03/agente-penitenciario-federal-e-encontrado-morto-em-mossoro-rn.html>.

¹¹Disponível em: <https://1jardimlindo.blogspot.com/2014/03/perseguido-pelos-superiores-traido-pela.html>.

¹²Disponível em: <https://cgn.inf.br/noticia/276718/homicidio-seguido-de-suicidio-e-registrado-no-aclimacao>
<https://www.jtnews.com.br/noticias/policial-penal-federal-do-depen-lotado-em-campo-grande-ms-e-vitima-de-disparo-de-arma-de-fogo-7110.html>.

uma separação nítida entre atividades de custódia e segurança e as assistenciais” (REISHOFFER, 2015, p. 64). Os servidores fora da segurança acabam sofrendo escárnio por desenvolverem o próprio trabalho e são classificados como “inocentes”, “bobos” e incapazes de identificar o grau de periculosidade do público que assistem. O fato de o profissional se comportar eticamente, sem emitir julgamentos acerca dos pacientes assistidos, pode gerar uma ideia de demasiada proteção em relação a eles.

[...] Essa é uma ideia permanente na lógica de funcionamento das Unidades, havendo inclusive a defesa de que as prisões federais não deveriam ofertar nenhum tipo de assistência médica, psicológica e outras “servidores ainda cultivam o sonho mais conservador de tornarem o SPF uma prisão apenas para **se prender e jogar a chave fora**”. (REISHOFFER, 2015, p. 64, grifo nosso).

Chiarello (2010) destaca que as relações de poder provocam reflexos na saúde mental dos servidores prisionais. O sistema confere aos servidores, contraditoriamente, a função regenerativa e punitiva e, historicamente, associa o uso de força física à forma de imposição de valores no sujeito transgressor. O desgaste a que os profissionais são submetidos no sistema penitenciário e as relações de trabalho estabelecidas são fatores desencadeadores de doenças, entre as quais destacam-se os transtornos relacionados ao estresse.

Conforme Moraes (2013), às dificuldades impostas à entrada do pesquisador em instituições prisionais, dizem respeito aos segredos que as rotinas institucionais encerram e que não podem ou não devem ser observados. Instituições que agregam o modelo de segurança máxima são ainda mais complexas e fechadas. Dessa maneira, a realização da presente pesquisa é contribuição essencial para a reflexão dos fatores institucionais e estigmas sociais que promovem adoecimento em seus operadores.

A realização de tal pesquisa dentro de uma prisão de segurança máxima torna-se importante na medida em que os profissionais devem estar sempre atentos às armadilhas criadas para manutenção do poder nas instituições. Assim, conhecer a organização histórica e social dessa modalidade institucional cria condições críticas para produção de práticas libertárias e, conseqüentemente, menos índice de adoecimento. Outrossim, é preciso refletir sobre as contradições envolvidas, pois, assim como outras instituições totais, as prisões propiciam a prevalência da razão e da técnica, gerando a manutenção da barbárie.

4 MÉTODO

A pesquisa é do tipo exploratória, com abordagem quantitativa. Contudo, considerando que a teoria crítica denuncia o caráter puramente descritivo da realidade, pois compreende a emancipação humana como dependente da superação da exploração (CARNAÚBA, 2010), estudar sujeitos e sua relação como objeto de trabalho torna-se uma tarefa que vai além do uso de instrumentos estatísticos e fórmulas.

Desse modo, fazer o diagnóstico de uma realidade social é comprometer-se com um posicionamento crítico, inclusive contrário à neutralidade imposta pelas ciências naturais e pela teoria tradicional. Sendo assim, é necessário o olhar dialético do pesquisador, ou seja: apreender da realidade as contradições que ela impõe aos sujeitos. Sem esse propósito crítico, ser neutro diante do objeto é, de certa forma, naturalizar a realidade posta, petrificando-a e aceitando-a. Conforme Carnaúba (2010), a cisão entre indivíduo e sociedade proposta pela teoria tradicional, para a teoria crítica, é suspeita, posto que o aparelho social não faz parte de um processo natural, sendo fruto das ações humanas. Nesse processo, estando os sujeitos em contínua transformação, esse mesmo princípio se aplicará ao conhecimento produzido por eles. Por fim, na proposta da teoria crítica, uma investigação científica é um processo contínuo que não pode ser apartado da história. Assim, para investigar um modelo brasileiro de “prisão ideal” e suas repercussões em seus trabalhadores, será necessário reconhecer em quais estruturas ideológicas a prisão foi pensada e edificada.

4.1 Objetivo geral

Analisar os fatores de riscos à saúde dos Especialista Federal em Execução Penal e Técnico Federal de Apoio à Execução Penal atuantes no Sistema Penitenciário Federal.

4.1.1 Objetivos específicos

1. Analisar os índices de afastamento por motivo de saúde no trabalho;
2. Identificar como os trabalhadores avaliam a organização do trabalho e sua relação com o adoecimento;
3. Verificar os riscos à saúde do trabalhador associados às condições de trabalho.

4.1.2 Local

O Sistema Penitenciário Federal, atualmente, corresponde ao conjunto de cinco unidades federais prisionais, que são subordinadas ao Depen, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com previsão no artigo 72, parágrafo único, da Lei de Execução Penal, nº 7.210/1984; e no artigo 3º da Lei dos Crimes Hediondos, nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Conforme já explicitado no decorrer deste trabalho, essa modalidade prisional foi idealizada pelo poder político como um local para custodiar líderes de facções criminosas e outros envolvidos em motins graves em prisões estaduais. No momento, distribuídas entre as unidades federais (conforme localização e data de inauguração: Mossoró/RN (03/07/2009), Catanduvas/PR (23/06/2006), Porto Velho/RO (19/06/2009), Brasília/DF (16/10/2018) e Campo Grande/MS (21/12/2006), encontram-se as julgadas principais “lideranças” das facções criminosas mais atuantes no Brasil. Assim, participaram da pesquisa servidores lotados no Serviço de Saúde e na Divisão de reabilitação dos presídios federais brasileiros. Os setores supracitados estão subordinados à coordenação de tratamento penitenciário cuja sede fica localizada em Brasília/DF. Conforme Portaria nº 199, art. 60, compete ao serviço de saúde:

Prestar às pessoas privadas de liberdade nas penitenciárias federais com o apoio da Coordenação Geral de Assistências nas Penitenciárias os serviços de atendimento médico, odontológico, psicológico, farmacêutico e de enfermagem, incluindo os primeiros atendimentos de urgência e emergência, além de ações preventivas, em conformidade com os programas e normativos aprovados pelo Ministério da Saúde, Departamento Penitenciário Nacional e Sistema Penitenciário Federal. (BRASIL, 2018, n.p.).

A unidade de saúde é o local onde ficam os profissionais das áreas de enfermagem, técnico em enfermagem, odontologia, auxiliar de consultório dentário, medicina, psicologia e farmácia. Sua estrutura é composta por consultório médico, sala de enfermagem, consultório de dentista, farmácia, depósito, depósito de material de limpeza (DML), sala de esterilização, recepção e outros. É nesse espaço que ocorrem as assistências voltadas à saúde dos custodiados e os atendimentos de emergência e eletivos. Quando necessário, os pacientes são conduzidos por dois agentes de segurança até o setor para realização dos procedimentos de saúde necessários. De forma geral, o serviço dispõe de equipamentos necessários para que os procedimentos sejam realizados conforme protocolos estabelecidos por cada área.

Na Divisão de Reabilitação (DIREB), encontram-se os profissionais das áreas de serviço social, terapia ocupacional e pedagogia. A respeito das competências da Divisão de reabilitação dos presídios federais, destacam-se, em alguns dos incisos do art. 59:

Orientar, acompanhar e documentar a aplicação das medidas de reabilitação e

classificação da conduta das pessoas privadas de liberdade; II - organizar e executar as ações e projetos, conjuntamente, com a Coordenação-Geral de Assistências nas Penitenciárias, voltados à assistência material, educacional, social, cultural, esportiva, religiosa e laboral das pessoas privadas de liberdade do Sistema Penitenciário Federal; III - proporcionar o desenvolvimento social e humano das pessoas privadas de liberdade, visando à reinserção na sociedade; IV -efetuar a avaliação psicossocial dos presos nas áreas de desenvolvimento geral, intelectual e emocional. (BRASIL, 2018, n.p.).

É responsabilidade também dessa divisão ofertar cursos profissionalizantes e técnicos, com apoio de instituições como os Institutos Federais; proceder a avaliação inicial dos presos quanto ao grau de alfabetização; e selecionar livros e filmes destinados aos presos.

Com intenção de situar o leitor geograficamente, abaixo, segue ilustração com a distribuição das unidades prisionais federais brasileiras.

Figura 1 – Unidades prisionais federais brasileiras



Fonte: Site do Departamento Penitenciário Nacional.

4.1.3 Sujeitos

Os profissionais que formam o quadro das assistências no Sistema Penitenciário Federal fazem parte de dez áreas, ou cargos, distintas. São elas:

- enfermagem;
- técnicos em enfermagem;
- dentistas;
- auxiliar de consultório bucal;
- médico;
- farmacêutico;

- g) terapeuta ocupacional;
- h) serviço social;
- i) pedagogia;
- j) psicologia.

O total geral de servidores dos cargos de Especialista em Assistência à Execução Penal e Técnico Federal de Apoio à Execução Penal¹³ que formam o quadro das assistências, no momento da coleta de dados, era de 81 servidores ativos no contexto das unidades prisionais.

Tabela 1 – Dados gerais dos servidores participantes da pesquisa

(continua)

Bloco	Especificação	Percentual
Gênero	Feminino	82%
	Masculino	18%
Cargo que ocupa	Técnico em enfermagem	24%
	Enfermeiro	16%
	Assistente social	12%
	Pedagogo	10%
	Psicólogo	10%
	Dentista	10%
	Terapeuta ocupacional	6%
	Farmacêutico	6%
	Auxiliar de consultório bucal	6%
	Unidade de atuação	Mossoró/RN
Catanduvas/PR		20%
Campo Grande/MS		20%
Brasília/DF		20%
Porto Velho/RO		12%

¹³ Os cargos de especialistas e técnicos são regidos pela Lei n. 13.327/2019, conforme: “Art. 11. O cargo de Especialista em Assistência Penitenciária, integrante da carreira de Especialista em Assistência Penitenciária, e o cargo de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária, integrante da carreira de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária, de que tratam os Incisos I e II do caput do art. 117 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passam a denominar-se, respectivamente, Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, integrante da carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, e Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, integrante da carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal.”

Faixa etária	De 25 a 30 anos	8%
	De 31 a 35 anos	26%
	De 36 a 40 anos	34%
	De 41 a 45 anos	16%
	De 46 a 50 anos	12%
	Acima de 50 anos	4%
Estado civil	Casado	72%
	Solteiro	24%
	Separado	4%

Tabela 1 – Dados gerais dos servidores participantes da pesquisa

(conclusão)		
Bloco	Especificação	Percentual
Grau de escolaridade	Especialização completa	50%
	Nível superior completo	14%
	Superior incompleto	10%
	Mestrado completo	8%
	Mestrado incompleto	6%
	Especialização incompleta	6%
	Doutorado completo	2%
	Tempo na instituição	1 a 05 anos
	6 a 12 anos	52%
Renda bruta	3 a 6 salários-mínimos	40%
	6 a 9 salários-mínimos	44%
	9 a 12 salários-mínimos	14%
	12 a 15 salários	2%

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre os servidores com a renda mensal mais baixa (entre 3 e 6 salários), 70% correspondem, em maior proporção, aos que ocupam os cargos de técnicos.

4.1.4 Instrumentos

O instrumento utilizado na pesquisa é denominado *Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho* (PROART), elaborado e validado por Facas (2013). O Proart é uma versão mais recente do inventário de trabalho e riscos de adoecimento (ITRA)¹⁴, validado por Mendes e Ferreira (2007). O referido instrumento é voltado para a análise dos riscos psicossociais na relação sujeito-organização, é composto por quatro dimensões afetas a relações de trabalho, a saber: (i) Escala Organização Prescrita do Trabalho, Fatores: Análise de forma unitária; (ii) Escala Estilos de Gestão, Fatores: Individualista-Normativo e Coletivista-Realizador; (iii) Escala Sofrimento Patogênico no Trabalho, Fatores: Falta de Sentido no Trabalho, Esgotamento Mental e Falta de Reconhecimento; e (iv) Escala de Danos Relacionados ao Trabalho, Fatores: Danos Psicológicos, Danos Sociais e Danos Físicos.

A elaboração do PROART valeu-se dos referenciais da teoria psicodinâmica do trabalho, e, embora não possua como base teórica a bibliografia utilizada na elaboração dessa pesquisa (a teoria crítica da sociedade), ele foi selecionado por abordar de forma relevante implicações da relação organização do trabalho, gestão e trabalhador. Através desse instrumento, foi possível uma investigação dos elementos que compõem a relação subjetiva dos indivíduos e a modalidade de trabalho prisional. A escala é composta por itens do tipo Likert de frequência, composta por cinco pontos: 1 (nunca), 2 (raramente), 3 (às vezes), 4 (frequentemente) e 5 (sempre).

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.2.1 Etapas da pesquisa

A primeira etapa consistiu na elaboração de um requerimento formal enviado à Direção-Geral do Sistema Penitenciário e à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas. No documento, foram expostos o objetivo e a importância da pesquisa para futuras ações em prol da saúde dos servidores. No requerimento, foram solicitados os dados dos afastamentos das categorias analisadas (profissionais especialistas e técnicos) no recorte dos três últimos anos anteriores ao início da pesquisa (2017, 2018 e 2019). Em posse desses dados, foi realizada análise dos afastamentos do trabalho por motivo de saúde no intervalo supracitado. Essa etapa forneceu elementos para o conhecimento geral da situação dos afastamentos de saúde dos servidores,

¹⁴ Em contato via e-mail com a pesquisadora Ana Magnólia, autora do ITRA, ela orientou que a aplicação fosse substituída pela versão mais recente o PROART.

auxiliando no esclarecimento dos dados revelados no instrumento utilizado.

A **segunda etapa**, com as aprovações pelo órgão concluídas, o projeto foi encaminhado ao Comitê de ética da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). No processo, foram anexados e assinados, pela orientadora e pesquisadoras, os termos de responsabilidades, os quais continham exigências da organização, tais como; resguardar os sigilos sobre os dados pessoais com o cuidado de não identificar os participantes, além do compromisso de utilização das pesquisas para fins estritamente acadêmicos. Após a fase de autorizações, assim que se obteve o aval favorável do setor de recursos humanos, os servidores foram comunicados sobre a pesquisa via *WhatsApp*, em um texto sucinto, mediante o qual se esclareceram os objetivos e a importância do tema pesquisado.

Por fim, foi realizada uma sensibilização sobre a pesquisa, por meio eletrônico (*WhatsApp*), dois dias antes de encaminhar o formulário com as escalas via *Google Forms*. A pesquisa foi divulgada reforçando a participação do maior número de servidores. Logo após, o formulário elaborado via *Google Forms* foi endereçado via *link* para alguns servidores de forma individual, enquanto outros tiveram acesso via grupo. A aproximação realizada por via eletrônica (*WhatsApp*) foi relevante, pois alguns servidores puderam esclarecer dúvidas diretamente com a pesquisadora. Em determinada situação, servidores demonstraram receio em fazer parte da pesquisa, pois acreditavam que poderiam sofrer retaliações superiores. Sobre isso, foi explicado que, pela própria configuração da plataforma utilizada (*Google Forms*), o processo de identificação não era possível, pois os dados são compactados anonimamente e nem mesmo o pesquisador saberia identificar a origem das respostas. Por fim, o protocolo permaneceu aberto para respostas dos servidores por 4 semanas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Este tópico encontra-se subdividido em duas partes que contemplam as duas etapas de análise. Primeiro, analisamos os dados brutos, fornecidos pelo setor de recursos humanos, com o objetivo de estipular o índice de afastamento por motivo de saúde em cada unidade prisional federal. Nessa primeira etapa foram analisados os índices de atestados dos servidores em atividade, subdivididos da seguinte forma: 11 (PFCAT), 11 (PFCG), 10 (PVPV), 09 (PFBRA), 21 (PVMOS). Para a segunda etapa, aplicamos o protocolo de riscos psicossociais no trabalho

(PROARTt) em 50 servidores do total de 81 ativos. Ambas as etapas foram realizadas de maneira independente, mas mantiveram uma relação de complementariedade. A aplicação do PROART, por exemplo, trouxe dados relevantes para a compreensão dos condicionantes que levam os servidores a buscarem o afastamento médico. Assim, com o objetivo de tornar o estudo mais significativo, buscamos alcançar o número máximo de servidores ativos por unidade, alcançando, então, 50 respondentes. Ou seja, 61,7% do total. Um fator que merece menção é a situação de que o único cargo não contemplado nas respostas foi o de médico, devido à ausência de participantes com este perfil.

Como critério de exclusão no PROART, não foram contabilizados os servidores afastados em gozo de licenças para tratar assuntos particulares, em licença capacitação, em exercício provisório em outros órgãos, em gozo de férias e aqueles lotados na área administrativa do Departamento (Sede/Brasília) sem atuação nas unidades prisionais. Dessa forma, concluiu-se a aplicação do questionário com as características detalhadas conforme tabelas a seguir.

4.2.2 RESULTADOS: Dados sobre os afastamentos dos trabalhadores dos presídios federais brasileiros

Nesta seção, apresentamos os dados a respeito dos afastamentos do trabalho por motivo de saúde dos anos de 2017, 2018 e 2019 dos servidores assistenciais que laboram nas cinco unidades federais prisionais brasileiras. Nessa fase, não foi possível acessar o Código Internacional de Doenças (CID) pelo qual se deu cada afastamento, pois o órgão não dispõe de um serviço de saúde exclusivo para atender os servidores. Os atestados são homologados por meio de parcerias com unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) instaladas pelo Brasil. Assim, ocorre a dispersão de relevantes dados de saúde. No entanto, independente do motivo do adoecimento, chama-nos atenção o elevado índice de dias de afastamento por servidor no recorte de três anos. De forma resumida, encontramos os dados apresentados a seguir. Foram contabilizados, no total, 8.074 dias de afastamento, considerando 568 atestados médicos e total de 81 servidores ativos, conforme os dados coletados no período.

Tabela 2 – Afastamentos por unidade prisional federal (2017, 2018 e 2019)

Unidade de trabalho	Percentual de servidores com mais de 30 dias de afastamento nos três anos
Penitenciária Federal – Catanduvas/PR	91%
Penitenciária Federal – Campo Grande/MS	75%
Penitenciária Federal – Mossoró/RN	68%

Penitenciária Federal – Porto Velho/RO	40%
Penitenciária Federal – Brasília/DF	25%

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NSQV/DEPEN/MJSP.

Conforme tabela anterior, de forma mais expressiva, os servidores que laboram nas assistências na Penitenciária de Catanduvas/PR apresentaram 91% de afastamentos com mais de 30 dias de ausência por motivo de saúde no trabalho. Os dados numéricos a seguir estão subdivididos por unidade. Houve o cuidado com a privacidade dos dados, de forma que os servidores foram nomeados por indicação numérica em ordem sequencial. Foram construídas duas tabelas por unidade prisional que, respectivamente, apresentam os seguintes comparativos: 1) Somatório de dias de afastamento por servidor nos anos de 2017, 2018 e 2019, que foram comparados aos anos em atividade; 2) Médias de dias de afastamentos por tempo de serviço.

4.2.3 Afastamento dos servidores lotados em Catanduvas/PR

Nas tabelas abaixo, realizamos o somatório do número de dias de afastamento, entre 2017, 2018 e 2019, por servidor lotado na unidade de Catanduvas/PR.

Tabela 3 – Afastamento por servidor (2017, 2018 e 2019) comparado ao tempo de serviço – Catanduvas/PR

Servidor (identificado por número)	Volume de dias afastados entre 2017, 2018 e 2019 (ordem decrescente)	Tempo em serviço
Servidor 1	804	5 anos
Servidor 2	596	10 anos
Servidor 3	547	10 anos
Servidor 4	365	10 anos
Servidor 5	319	6 anos
Servidor 6	210	10 anos
Servidor 7	166	10 anos
Servidor 8	137	10 anos
Servidor 9	81	6 anos
Servidor 10	51	10 anos
Servidor 11	12	3 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NSQV/DEPEN/MJSP.

Encontramos, por exemplo, conforme Tabela 3, que o Servidor 1, com cinco anos de atividade, totalizou 804 dias de licença médica, ou seja, em três anos, o servidor permaneceu, aproximadamente, dois anos e meio fora das atividades. Conforme é possível observar, além do exemplo descrito, constam outros dados relevantes de servidores que apresentaram acima de 200, 300 e 500 dias de afastamento nos três anos pesquisados.

Há uma peculiaridade na unidade de Catanduvas/PR: foram praticados atentados contra servidores entre 2016 e 2017 por facções criminosas cujos líderes encontram-se custodiados pelo

sistema. Tal feito resultou na morte de um servidor que ocupava o cargo de agente federal e de uma servidora ocupante do cargo de psicóloga e que desenvolvia suas atividades no serviço de saúde de Catanduvas/PR¹⁵. Conforme dados divulgados pela investigação e amplamente noticiados nas principais mídias nacionais, os servidores vitimados tiveram suas rotinas monitoradas pelos criminosos por aproximadamente 24 horas, e a finalidade dos atentados foi de intimidação ao sistema federal devido à imposição de regras mais rígidas e diferenciadas se comparadas às do sistema estadual. Assim, com essas mortes ocorridas, uma hipótese levantada, dado o aumento de atestados em Catanduvas/PR no ano de 2017, é que os afastamentos estariam relacionados com o medo de exercer as atividades laborais e até mesmo de realizar o traslado de casa-trabalho, pois os atentados ocorreram justamente durante esses deslocamentos.

Tabela 4 – Média de dias em afastamento por tempo em atividade – Catanduvas/PR Média de dias em afastamento por tempo em atividade – Catanduvas/PR

Média de afastamento	Tempo de atividade
804,0 dias	5 anos
400,0 dias	6 anos
296,0 dias	10 anos
12,0 dias	3 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NSQV/DEPEN/MJSP.

Os dados estatísticos referentes à unidade de Catanduvas apresentam uma similaridade com os que foram apresentados na amostragem relacionada à unidade de Mossoró no que diz respeito ao menor tempo de serviço e maior volume de atestados. Dessa forma, por exemplo, o servidor com cinco anos apresentou uma média de 804 dias de afastamento, número superior à média apresentada pelos servidores mais antigos (10 anos): 296,0 dias.

4.2.4 Afastamento dos servidores lotados em Campo Grande/MS

Nas tabelas a seguir, realizamos o somatório do número de dias de afastamento, entre 2017, 2018 e 2019, por servidor lotado na unidade de Campo Grande/MS.

Tabela 5 – Afastamento por servidor (2017, 2018 e 2019) comparado ao tempo de serviço – Campo Grande/MS

Servidor (identificado por número)	Volume de dias afastados entre 2017, 2018 e 2019 (ordem decrescente)	Tempo em serviço
Servidor 1	268	10 anos
Servidor 2	238	10 anos
Servidor 3	191	6 anos

¹⁵ Para maiores informações, acesse: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/24/monitoramento-emboscada-e-tiros-no-rostro-como-o-pcc-matou-psicologa-de-prisao-federal.html>.

Servidor 4	158	10 anos
Servidor 5	73	6 anos
Servidor 6	62	6 anos
Servidor 7	60	6 anos
Servidor 8	44	10 anos
Servidor 9	13	10 anos
Servidor 10	4	1 ano
Servidor 11	1	10 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NSQV/DEPEN/MJSP.

Os dados correspondentes à Penitenciária Federal de Campo Grande (PFCG), conforme Tabela 4, demonstram o caso do Servidor 1 com 10 anos de serviço e somatório superior a 200 dias de afastamento. Dessa forma, no intervalo de três anos, o servidor permaneceu ausente de suas atividades por mais de 6 meses.

Um ponto a ser destacado a respeito da PFCG é o alto número de procedimentos e atendimentos realizados pelos servidores assistenciais. No que tange aos procedimentos de saúde, entre janeiro e novembro do ano 2020, mesmo com equipe reduzida, foram realizados mais de 16 mil atendimentos, conforme dados do sistema interno, Sistema de Administração Penitenciária (SIAPEN). É preciso questionar como lidam os servidores com essa sobrecarga de trabalho. Desse montante, mais de 12 mil foram atendimentos de enfermagem. Além disso, a forte hierarquia, a vulnerabilidade de servidores em estágio probatório e o medo de sofrer retaliações administrativas, em alguns casos, podem levar à inibição do afastamento médico.

Tabela 6 – Média de dias em afastamento por tempo em atividade – Campo Grande/MS

Média de afastamento	Tempo de atividade
113,57 dias	10 anos
83,4 dias	6 anos
4,0 dias	1 ano

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NSQV/DEPEN/MJSP.

No caso gráfico acima, o número de dias de afastamento aumentou com o tempo de serviço. Servidores com 10 anos de serviço apresentaram uma média de 113,57 dias de afastamento.

4.2.5 Afastamento dos servidores lotados em Mossoró/RN

Nas tabelas abaixo, realizamos o somatório do número de dias de afastamento, entre 2017, 2018 e 2019, por servidor lotado na unidade de Mossoró/RN.

Tabela 7 – Afastamento por servidor (2017, 2018 e 2019) comparado ao tempo de serviço –

Mossoró/RN

Servidor (identificados por números)	Volume de dias afastados entre 2017, 2018 e 2019 (ordem decrescente)	Tempo em serviço
Servidor 1	360	3 anos
Servidor 2	310	10 anos
Servidor 3	213	6 anos
Servidor 4	169	10 anos
Servidor 5	167	3 anos
Servidor 6	158	6 anos
Servidor 7	140	10 anos
Servidor 8	134	10 anos
Servidor 9	103	6 anos
Servidor 10	97	6 anos
Servidor 11	70	3 anos
Servidor 12	66	3 anos
Servidor 13	51	10 anos
Servidor 14	36	6 anos
Servidor 15	29	6 anos
Servidor 16	22	3 anos
Servidor 17	19	3 anos
Servidor 18	15	6 anos
Servidor 19	13	6 anos
Servidor 20	11	6 anos
Servidor 21	7	6 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NSQV/DEPEN/MJSP.

Encontramos, na Tabela 7, por exemplo, o Servidor 1, com três anos de atividade e 360 dias de afastamento médico; ou seja, em três anos, o servidor permaneceu, aproximadamente, um ano afastado. Conforme é possível observar, além do exemplo descrito, outros servidores apresentam números expressivos de afastamentos.

Tabela 8 – Média de dias em afastamento por tempo em atividade – Mossoró/RN

Média de afastamento	Tempo de atividade
157,0 dias	10 anos
114,0 dias	3 anos
68,0 dias	6 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NSQV/DEPEN/MJSP.

Na Tabela 8, os servidores que possuem 10 dez anos de serviço apresentaram uma média de afastamento, nos três anos pesquisados, de 157 dias. Os servidores com seis anos de serviço apresentam uma média de 68 dias de afastamento nesse mesmo período; e os servidores em exercício há três anos, uma média de 114 dias. Chama atenção o fato de os servidores mais recentes no órgão apresentarem uma média de atestados superior aos que possuem seis anos de atividade. O dado estatístico acima, que nos apresenta mudança em uma faixa de tempo, transmite uma mensagem importante: os recém-chegados no órgão também estão passíveis ao desenvolvimento de patologias. É necessário, então, compreender que fatores contribuíram para os índices de afastamentos apresentados.

4.2.6 Afastamento dos servidores lotados em Porto Velho/RO

Nas tabelas abaixo, realizamos o somatório do número de dias de afastamento, entre 2017, 2018 e 2019, por servidor lotado na unidade de Porto Velho/RO.

Tabela 9 – Afastamento por servidor (2017, 2018 e 2019) comparado ao tempo de serviço – Porto Velho/RO

Servidor (identificado por número)	Volume de dias afastados entre 2017, 2018 e 2019 (ordem decrescente)	Tempo em serviço
Servidor 01	307	10 anos
Servidor 02	190	10 anos
Servidor 03	156	10 anos
Servidor 04	87	03 anos
Servidor 05	67	06 anos
Servidor 06	06	03 anos
Servidor 07	04	10 anos
Servidor 08	02	01 ano
Servidor 09	01	01 ano
Servidor 10	00	03 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NSQV/DEPEN/MJSP.

Os dados correspondentes à Penitenciária Federal em Porto Velho/RO apresentam diferença em relação às duas anteriores a respeito do tempo de serviço e da média de atestados. Nesse caso, o Servidor 1, com 10 anos de atividade, apresentou o maior volume de dias afastados, totalizando 307 em três anos. Diferente das outras unidades, os servidores de Porto Velho não foram acometidos diretamente pelos atentados supracitados. Todavia, ainda assim, notou-se também nessa unidade um aumento significativo de atestados no ano de 2017, comparado a 2018 e 2019.

Tabela 10 – Média de dias em afastamento por tempo em atividade – Porto Velho/RO

Média de afastamento	Tempo de atividade
138,6 dias	10 anos
67,0 dias	06 anos
30,0 dias	03 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NSQV/DEPEN/MJSP.

Ao se observar os dados acima correspondentes à unidade de Porto Velho, nota-se que a média é inferior à das unidades de Mossoró e Catanduvas. Uma questão a ser discutida nesse caso é que a remuneração de Porto Velho é diferenciada pelo pagamento significativo do auxílio transporte. Esse dado financeiro aumenta a remuneração líquida em média, em quase R\$ 3.000 mensais. Todavia, essa verba só é paga aos servidores ativos. O trabalhador que falta ao trabalho tem o benefício suspenso. Assim, uma hipótese aventada é que o fator financeiro influencie o índice de atestados, o que é outro ponto delicado e merecedor de uma investigação. É possível

que, mesmo adoecidos, os servidores continuem ativos para evitar os descontos remuneratórios.

Nas tabelas abaixo, realizamos o somatório do número de dias de afastamento, entre 2017, 2018 e 2019, por servidor lotado na unidade de Brasília/DF.

Tabela 11 – Afastamento por servidor (2017, 2018 e 2019) comparado ao tempo de serviço – Brasília/DF

Servidor (identificado por número)	Volume de dias afastados entre 2017, 2018 e 2019 (ordem decrescente)	Tempo em serviço
Servidor 1	72	3 anos
Servidor 2	71	3 anos
Servidor 3	50	3 anos
Servidor 4	36	3 anos
Servidor 5	24	3 anos
Servidor 6	23	3 anos
Servidor 7	00	3 anos
Servidor 8	00	3 anos
Servidor 9	00	3 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NSQV/DEPEN/MJSP.

A Penitenciária Federal em Brasília apresenta um cenário bem divergente das outras. Atualmente, essa unidade conta com um ínfimo número de internos, pouco mais de 30 custodiados. A média de assistidos em outras unidades gira em torno de 160 e 180. Assim, as demandas endereçadas ao serviço de saúde são mais baixas comparadas às de outras unidades, por conseguinte, o volume de trabalho é reduzido e diluído entre a equipe, fatores esses que podem apaziguar os efeitos do cárcere.

Tabela 12 – Média de dias em afastamento por tempo em atividade – Brasília/DF

Média de afastamento	Tempo de atividade
46,0 dias	03 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NSQV/DEPEN/MJSP.

Pelos dados expostos anteriormente, por ser essa a unidade mais recente, consequentemente, é a que apresenta a menor média. Todos os servidores lotados nesta unidade apresentaram apenas três anos em atividade, com média de atestado de 46,0 dias. Outrossim, antes da inauguração da Unidade Prisional do Distrito Federal em 2018, todos os servidores técnicos e especialistas estiveram lotados na Unidade Administrativa do Orgão (SEDE), exercendo atividades fora do ambiente prisional durante todo o ano de 2017.

Por fim, pelos dados numéricos apresentados, é preciso investigar as razões que levam a índices de afastamento tão alarmantes, compreendendo em que pontos esses dados convergem com as condições de trabalho impostas por esse modelo específico de atividade trabalhista. Assim, questionamos, por que esses profissionais adoecem tanto?

4.3 Análise dos resultados no “PROART”

Este tópico refere-se à análise do protocolo de riscos psicossociais no trabalho (Proart). Foram realizadas análises dos dados das escalas, explanação dos parâmetros para análise, e exposição dos resultados, através de técnicas de estatística simples, em médias gerais, médias por itens destaques e médias por tempo de serviço.

4.3.1 Escala 1: Organização prescrita do trabalho

A Escala da Organização Prescrita do Trabalho (EOPT) surgiu a partir de modificações realizadas na Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT), do ITRA, desenvolvido por Mendes e Ferreira (2007). Com a intenção de alinhar os itens ao escopo teórico da psicodinâmica do trabalho, Facas (2013), o autor da EOPT, optou por nomeá-la dessa forma.

Seus itens dizem respeito ao modelo como o trabalho, “a partir das normas, regras, demandas e expectativas impostas pela organização, está organizado para o trabalhador” (FACAS, 2013, p. 120). O autor optou por analisar a escala de forma unifatorial. Facas (2013) destaca que, embora do ponto de vista teórico seja realizada a divisão por fatores da organização do trabalho, tais como hierarquia, normas, ritmos e autonomia, essa estratificação não é percebida pelo sujeito, que as percebe conjuntamente.

A escala é composta por 19 itens distribuídos em frequência do tipo Likert: 1 (Nunca), 2 (Raramente), 3 (Às vezes), 4 (Frequentemente) e 5 (Sempre). Para análise da EOPT, os itens seguem os parâmetros: quanto menor a média, maior o risco, conforme abaixo:

- **De 1,0 a 2,30** (Risco alto – demonstra resultado negativo, representa altos riscos psicossociais. Demanda intervenções imediatas nas causas, visando eliminá-las e/ou atenuá-las).
- **De 2,30 a 3,70** (Risco médio – resultado mediano, representa um estado de alerta/situação-limite para os riscos psicossociais no trabalho. Demanda intervenções a curto e médio prazo).
- **De 3,70 a 5,00** (Risco baixo – resultado positivo, representa baixos riscos psicossociais. Aspectos a serem mantidos, consolidados e potencializados na organização do trabalho).

Na análise da Escala da Organização Prescrita do Trabalho, com os resultados gerais da amostra, sem considerar outras variáveis, obteve-se resultados com as seguintes médias e desvio

padrão:

Tabela 13 – Resultados gerais EOPT

Nome da escala	Média geral	Desvio padrão
Escala de Organização Prescrita do trabalho	3,19	0,95

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise das médias pormenorizadas por itens, destacam-se:

Tabela 14 _ Médias por itens EOPT

Itens – Organização prescrita do trabalho	Média	Desvio padrão
Há flexibilidade nas normas para a execução das tarefas	2,64	0,90
O número de trabalhadores é suficiente para a execução das tarefas	2,66	1,10
Possuo condições adequadas para alcançar os resultados esperados do meu trabalho	2,86	0,99
Tenho liberdade para opinar sobre o meu trabalho	3,22	1,04
O espaço físico disponível para a realização do trabalho é adequado	3,46	1,05

Fonte: Elaborado pela autora.

Na comparação das médias dos resultados nos itens “Organização prescrita do trabalho” por tempo em serviço, obteve-se o seguinte resultado:

Tabela 15 – Análise comparativa das médias dos resultados nos itens “Organização prescrita do trabalho” por tempo em serviço

Escala	Tempo em serviço	Média	Desvio padrão
Organização prescrita do trabalho	1 a 5 anos em serviço	3,66	0,95
	6 a 12 anos em serviço	2,61	0,95

Fonte: Elaborado pela autora.

A média geral de 3,19 resultante da Escala Organização Prescrita do Trabalho indica alerta, conforme a validação feita por Facas (2013). Nesse sentido, faz-se necessária uma intervenção a médio ou curto prazo. As respostas aos itens, analisadas pelas médias acima, indicam que os trabalhadores estão passíveis ao adoecimento. Em relação ao item “*Há flexibilidade nas normas para execução da tarefa*”, teve como resultado o menor valor (2,64), demonstrando o quanto as ações realizadas, na percepção dos respondentes, são mais rígidas que flexíveis. Nesse resultado foi indicado: os trabalhadores, em sua maioria, acreditam que o número de funcionários é insuficiente para realização das tarefas; revelaram também não haver condições adequadas para realização das tarefas; falta de liberdade para opinar sobre as atividades que realizam. A resposta referente ao espaço físico indicou que ele não é totalmente adequado para realização das tarefas.

4.3.2 Escala 2: Estilo de gestão

A Escala Estilo de Gestão (EEG) está subdividida em 4 fatores e composta por 22 itens. A EEG é uma escala de frequência do tipo Likert: 1 (Nunca), 2 (Raramente), 3 (Às vezes), 4 (Frequentemente) e 5 (Sempre). O ponto médio a ser considerado é 3,00. Médias próximas ao ponto médio significam uma presença moderada de determinado estilo, enquanto, acima de 3,50, o padrão é predominante e, abaixo de 2,50, pouco característico.

No primeiro fator, “Estilo de gestão individualista” (FACAS, 2013), os itens referem-se à predominância de relações socioprofissionais voltadas à figura do próprio chefe. A predominância do estilo individualista indica que o comportamento dos gestores está mais voltado para o próprio ego do que para o bem-estar dos trabalhadores.

O segundo fator, “Estilo de gestão normativo” (FACAS, 2013), é baseado no controle de normas e regras. Nesse tipo de gestão, a cultura organizacional é baseada em normas e manutenção da ordem. Os métodos com estilo normativo são capazes de promover eficácia, contudo, são empregados de forma pouco racional e mais desumano. “A predominância desse estilo é o reflexo de uma gestão com forte sistema de regras, com um sistema disciplinar mais rígido no local de trabalho e que valoriza o planejamento” (FACAS, 2013, p. 125). Esse fator representa uma organização com uma estrutura hierárquica rígida e pouco flexível, envolvendo necessidade de controle e segurança.

No terceiro fator, “Estilo de gestão coletivista” (FACAS, 2013), a organização é vista como um grupo que se caracteriza por sentimentos de pertencimento, confiança e autoestima organizacional, e os membros movem-se pelos interesses organizacionais, são estimulados os sacrifícios pessoais em prol da organização.

O quarto fator, “Estilo de gestão realizador” (FACAS, 2013), se caracteriza por líderes focados na produtividade e competição. “É voltado para empreendimentos, sem descanso dos membros que estão sempre buscando novos desafios e o apogeu” (p. 127).

Sobre a EEG, na análise dos resultados gerais da amostra, sem considerar outras variáveis, obteve-se resultados com as seguintes médias e desvio padrão:

Tabela 16 – Resultados gerais EEG

Escala EEG – Fatores	Médias	Desvio Padrão
Estilo de gestão individualista	3,068	1,13
Estilo de gestão normativo	3,45	0,90
Estilo de gestão coletivista	2,60	0,92
Estilo de gestão realizador	2,27	0,90

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre a análise individual das respostas aos itens, seguem, abaixo, os que tiveram a

pontuação destacada:

Tabela 17 – Itens com pontuação destacada EEG

Individualista	Médias	Desvio padrão
Os gestores se consideram insubstituíveis	3,4	1,23
Normativo		
A hierarquia é valorizada nesta organização	4	0,81

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise dos estilos de gestão, prevaleceu o estilo individualista-normativo, com escores: 3,068 e 3,45, respectivamente, com maior destaque para o estilo normativo (média 3,45). O item “*A hierarquia é valorizada nesta organização*” atingiu a maior média (4,0), corroborando os resultados obtidos em relação à qualidade rígida do trabalho na primeira escala. A escala em questão reafirma a percepção de rigidez das regras e forte hierarquia. Em contrapartida, os estilos coletivistas e realizadores atingiram médias menores que 3,0, demonstrando que tais características não prevalecem entre os líderes dessa organização.

Na comparação das médias dos resultados nos itens “Estilo de gestão” por tempo de serviço, obteve-se:

Tabela 18 – Análise comparativa das médias dos resultados nos itens “Estilo de gestão” por tempo de serviço dos servidores

Escala	Tempo em serviço	Fator - item	Média	Desvio padrão
Estilo de gestão	1 a 5 anos	Estilo de gestão individualista	2,9	1,13
		Estilo de gestão normativo	3,46	0,87
		Estilo de gestão coletivista	2,75	0,92
		Estilo de gestão realizador	2,47	0,90
	6 a 12 anos	Estilo de gestão individualista	3,14	1,14
		Estilo de gestão normativo	3,5	0,87
		Estilo de gestão coletivista	2,65	0,91
		Estilo de gestão realizador	2,08	0,9

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3.3 Escala 3: Sofrimento patogênico no trabalho

A Escala de Sofrimento Patogênico no Trabalho (ESPT) surgiu a partir de modificações realizadas no Inventário de Riscos de Sofrimento Patogênico no Trabalho, validado por Mendes e Araújo (2012). Conforme Facas (2013), seus itens referem-se às formas de sentir, pensar e agir compartilhadas na organização, compreendendo-as como reflexo do estilo de gestão priorizado pela organização. É formada por três fatores: Inutilidade, Indignidade e Desqualificação. A ESPT é uma escala de frequência do tipo Likert: 1 (Nunca), 2 (Raramente), 3 (Às vezes), 4

(Frequentemente) e 5 (Sempre). Os itens dessa escala são analisados da seguinte forma: quanto maior o escore, maiores os riscos psicossociais, conforme abaixo:

- De 1,00 a 2,30 (interpretado de forma positiva, representando baixos riscos psicossociais);
- De 2,30 a 3,70 (o risco é médio e representa alerta com situação-limite para os riscos psicossociais, o que demandaria intervenções na organização de curto a médio prazo);
- De 3,70 a 5,00 (o resultado é negativo com risco alto, que demandaria intervenções imediatas nas causas com o objetivo de eliminar o risco ou atenuá-lo).

Na Escala Sofrimento Patogênico no Trabalho, conforme análise dos resultados gerais da amostra, sem considerar outras variáveis, obteve-se resultados com as seguintes médias e desvio padrão:

Tabela 19 – Resultados gerais ESPT

Escala	Fator	Média Dos Itens	Desvio Padrão
Sofrimento Patogênico No Trabalho	Fator Inutilidade	2,42	0,95
	Fator Indignidade	3,02	1,10
	Fator Desqualificação	2,40	0,97

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise das médias pormenorizadas por itens, destacam-se:

Tabela 20 – Médias por itens ESPT

Fator	Itens	Média	Desvio padrão
Inutilidade	Meu trabalho é desvalorizado pela organização	3,16	0,98
	Meu trabalho é desgastante	3,58	1,01
Indignidade	Submeter meu trabalho a decisões políticas é fonte de revolta	3,35	0,98
	Falta-me liberdade para dizer o que penso sobre o meu trabalho	2,86	1,01

Fonte: Elaborado pela autora.

Na comparação das médias dos resultados nos itens “Sofrimento patogênico no trabalho” por tempo de serviço, obteve-se o seguinte:

Tabela 21 – Análise comparativa das médias dos resultados nos itens “Sofrimento patogênico no trabalho” por tempo de serviço dos servidores

Escala	Tempo em serviço	Fator	Média	Desvio padrão
Sofrimento patogênico no trabalho	1 a 5 anos em serviço	Inutilidade	2,26	0,96
		Indignidade	2,79	1,01
		Desqualificação	2,27	0,97
	6 a 12 anos em serviço	Inutilidade	2,54	0,95
		Indignidade	3,24	1,09
		Desqualificação	2,52	0,97

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise geral dos resultados, sem considerar a variável “tempo em serviço”, o resultado em relação aos três fatores indicou um alerta com situação-limite para os riscos psicossociais, o que demandaria intervenções na organização de curto a médio prazo. Os destaques feitos apontam pontos sensíveis em relação ao sofrimento patogênico no trabalho: o que foi indicado com os maiores índices nas respostas em relação à inutilidade correspondeu à percepção de que os servidores acreditam que o trabalho seja desvalorizado pela organização, com pontuação 3,16 (em relação à média). A respeito do fator indignidade, o maior índice ocorreu na pergunta “*meu trabalho é desgastante*”, com média 3,58, seguida de “*submeter meu trabalho a decisões políticas causa revolta*”, com média 3,35. No que diz respeito à variação dos resultados em relação ao tempo em serviço, o fator indignidade apontou, nos dois grupos, maior pontuação para situação de alerta. Em relação aos servidores com 1 a 5 anos em serviço, o resultado ao fator inutilidade correspondeu a 2,26 e foi interpretado de forma positiva, representando baixos riscos psicossociais.

4.3.4 Escala 4: Danos psicossociais relacionados ao trabalho

A Escala Danos Psicossociais Relacionados ao Trabalho (EADRT) é a quarta escala do Proart, também adaptada a partir da versão validada por Mendes e Ferreira (2007). Conforme, Facas (2013), as adaptações foram feitas com o objetivo de alinhar os itens e a estrutura da escala aos conceitos teóricos pertinentes, nesse caso, os danos relacionados ao trabalho. Seus itens referem-se às problemáticas físicas, psicológicas e sociais provocadas pelo confronto com a organização do trabalho. De acordo com Facas (2013), os resultados dessa escala são decorrentes do estilo de gestão e experiência do sofrimento no trabalho. Ela é constituída por três fatores: danos físicos, psicológicos e sociais. Para Facas (2013), a relação da EADRT será inversamente proporcional à Escala da Organização Prescrita do Trabalho, ou seja, quanto melhor avaliada a organização do trabalho, menores serão os danos em relação ao trabalho. Os itens também estão distribuídos em uma escala tipo Likert e totalizam 23. Conforme a validação da escala, para avaliação da média e frequência dos fatores, deve ser usada a seguinte padronização: quanto maior o escore, menor o risco, conforme abaixo:

- **De 1,00 a 2,30** (interpretado de forma positiva representando baixos riscos psicossociais);
- **De 2,30 a 3,70** (o risco é médio e representa alerta com situação-limite para os riscos psicossociais, o que demandaria intervenções na organização de curto a médio prazo);
- **De 3,70 a 5,00** (o resultado é negativo com risco alto, que demandaria intervenções

imediatas nas causas com o objetivo de eliminar o risco ou atenuá-lo).

Na EADRT, conforme análise dos resultados gerais da amostra, sem considerar outras variáveis, obteve-se resultados com as seguintes médias e desvio padrão, conforme resumo das médias por fatores (análise geral) abaixo.

Tabela 22 – Análise comparativa das médias dos resultados nos itens “Dados psicossociais”

Fator	Média	Desvio padrão
Danos psicológicos	2,58	1,38
Danos sociais	2,37	1,31
Danos físicos	2,66	1,32

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 23 – Itens destacados EADRT

Fator	Item	Média	Desvio padrão
Danos psicológicos	Tristeza	2,84	1,36
	Mau-humor	2,86	1,37
Danos sociais	Insensibilidade na relação com os outros	2,46	1,30
	Dificuldades nas relações fora do trabalho	2,44	1,27
Danos físicos	Alterações do sono	3,52	1,42

Fonte: Elaborado pela autora.

Na comparação das médias dos resultados nos itens da escala “danos psicossociais relacionados ao trabalho” por tempo de serviço, obteve-se o seguinte:

Tabela 24 – Análise comparativa das médias dos resultados nos itens “Danos psicossociais relacionados ao trabalho” por tempo de serviço dos servidores

Escala	Tempo em serviço	Fator	Média	Desvio padrão
Danos psicossociais	1 a 5 anos em serviço	Danos psicológicos	2,40	1,38
		Danos sociais	2,41	1,31
		Danos físicos	2,40	1,31
	6 a 12 anos em serviço	Danos psicológicos	2,74	1,38
		Danos sociais	2,46	1,29
		Danos físicos	3	1,30

Fonte: Elaborado pela autora.

Nos resultados obtidos através dos itens relacionados aos danos psicossociais, obteve-se maior destaque para os danos físicos, com média 2,66; seguidos dos danos psicológicos, com média 2,58. Na análise considerando a variável tempo de serviço, em relação aos servidores com menor tempo em serviço, houve empate para os resultados dos danos físicos e psicológicos, com médias 2,40. Contudo, em relação aos servidores mais antigos, entre 6 e 12 anos de tempo de serviço, os danos físicos se destacaram com a média 3,0. Interessante observar que, na análise pormenorizada dos itens, análise geral, o item “*alteração do sono*” (escala dano físico) obteve a maior média 3,52, o que representa uma situação de alerta. Importante frisar que a maior parte

dos servidores atuam em regime de plantão, durante o expediente permanecem por até 24 horas seguidas no ambiente carcerário. Infere-se, então, que tal fator pode dificultar a qualidade do sono, além da própria situação de tensão que carregam para fora do ambiente de trabalho. Cabe destacar que, quanto à relação entre os danos físicos e psicológicos, a proximidade entre tais médias pode representar o processo de somatização, quando as questões psicológicas afetam o corpo físico desses trabalhadores.

Tabela 25 – Resumo dos resultados por unidade prisional – escala I: organização prescrita do trabalho

Organização prescrita do trabalho	PFBRA	PFCG	PFCAT	PFMOS	PFPV
	3,63	2,90	3,23	3,0	3,44
Resultado de alerta para situação limite em todas as unidades	Alerta	Alerta	Alerta	Alerta	Alerta

Fonte: Elaborado pela autora.

A organização prescrita do trabalho, na análise geral, apresentou resultados alerta para todas as cinco unidades de trabalho, com destaque para 1º – PFBRA (3,63) e 2º – PFPV (3,44). O menor resultado, **2,90**, corresponde a **PFCG**.

Tabela 26 – Resumo dos resultados por unidade prisional – escala II: estilos de gestão.

Unidade	PFBRA	PFCG	PFCAT	PFMOS	PFPV
Individualista	2,42	3,58	2,69	3,58	2,45
		Maior prevalência do estilo		Maior prevalência do estilo	
Normativo	3,2	3,68	3,26	3,72	3,13

Normativo: Prevalece o estilo normativo em todas

Coletivista	3,11	2,58	2,53	2,44	3,13
	Maior prevalência				Maior prevalência
Realizador	2,86	1,96	2,24	1,80	2,94

Realizador: Não prevalece em nenhuma unidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar de todos os locais estudados concentrarem estilos normativos de gestão, a média da PFCG em relação a PFBRA diferencia-se em 48%, o que torna a gestão na PFCG mais rígida se comparada às da PFCAT, PFBRA e PFPV. Assim, pode-se inferir que a relação com o fator da desqualificação no trabalho, também, parte do menor reconhecimento das chefias pelos trabalhos dos subordinados e suprema preocupação em relação às normas e regras.

Tabela 27 – Resumo dos resultados por unidade prisional – escala III: sofrimento patogênico no trabalho (ESPT).

UNIDADE	PFBRA	PFCG	PFCAT	PFMOS	PFPV
Inutilidade	2,46	2,47	2,33	2,65	2,5
	Resultado alerta em todas as unidades.				
Indignidade	2,5	3,61	3,08	3,03	2,76
	Resultado alerta em todas as unidades.				
Desqualificação	1,95	2,66	2,4	2,96	2,05
	Baixo risco	Alerta	Alerta	Alerta	Baixo risco

Fonte: Elaborado pela autora.

Nos resultados da escala III, os fatores inutilidade e indignidade representaram sinais de alerta em todas as unidades de trabalho. A exceção foi o fator desqualificação, que representou baixo risco nas unidades de trabalho PFBRA E PFPV.

Tabela 28 – Resumo dos resultados por unidade prisional – escala IV: danos psicossociais relacionados ao trabalho (EADRT)

UNIDADE	PFBRA	PFCG	PFCAT	PFMOS	PFPV
Danos psicológicos	2,14	2,61	2,41	3,09	2,40
	Baixo risco	Alerta	Alerta	Alerta	Alerta
Danos sociais	1,91	2,71	2,3	2,82	2,02

	Baixo risco	Baixo risco	Alerta	Alerta	Baixo risco
Danos físicos	2,06	3,2	2,4	2,96	2,74
	Baixo risco	Alerta	Alerta	Alerta	Alerta

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos danos psicossociais, nos resultados gerais, houve destaque para os danos psíquicos, predominando resultados de alerta em quatro das cinco unidades de trabalho analisadas. A PFMOS obteve o resultado mais elevado, com média 3,09, e a PFBRA obteve o menor, 2,14. O mesmo ocorreu em relação aos danos físicos: resultado alerta nas Unidades PFCG, PFMOS, PFCAT, PFPV e média com baixo risco apenas na PFBRA, com 2,06. Por fim, em relação aos danos sociais, três das cinco unidades analisadas apresentaram baixo risco; o resultado alerta foi identificado na PFCAT e PFMOS. E, conforme relatado no decorrer do trabalho, na PFCAT, dois servidores foram vítimas de atentados, após terem suas rotinas pessoais e de trabalho monitoradas; tal fato, conseqüentemente, altera a experiência social dos trabalhadores, impondo-lhes limitações.

4.3.5 Análise do questionário complementar

A seguir, estão apresentados os resultados destacados no questionário complementar, no qual foram realizados três questionamentos:

- a) Você se afastou do trabalho por motivo de saúde? (sim) ou (não).

Dos 50 respondentes, extraiu-se os seguintes resultados:

Tabela 29 – Resultado do questionamento: Você se afastou do trabalho por motivo de saúde?

Tempo em serviço	Afastamento por motivo de saúde
1 a 5 anos	66%
6 a 12 anos	92,3%

Fonte: Elaborado pela autora.

- b) O seu afastamento foi relacionado com o contexto de trabalho? (sim) ou (não).

Dos 50 respondentes, extraiu-se os seguintes resultados:

Tabela 30 – Resultado do questionamento: O seu afastamento foi relacionado com o contexto de trabalho?

Tempo em serviço	Afastamento relacionado
1 a 5 anos	31,25 %
6 a 12 anos	83,3%

Fonte: Elaborado pela autora.

c) Fale um pouco mais sobre as razões do seu afastamento.

Para a devida análise, as respostas foram analisadas divididas pelas categorias mais recorrentes. Na análise geral das respostas, sem divisão por tempo de serviço, houve maior ocorrência de relatos em torno da preocupação excessiva com as características perigosas do trabalho. Em segundo lugar, ocorreram relatos a respeito da cultura coercitiva da organização, alguns servidores referiram-se ao medo de sofrer punições através de processos administrativos.

Quadro 4 – Resultados do questionário complementar: Fale um pouco mais sobre as razões do seu afastamento do trabalho

CATEGORIA	RESPOSTAS
MEDO DA MORTE	Assassinato de colega de trabalho.
	Diversos fatores, entre eles: Estresse, ambiente de trabalho extremamente nocivo, impossibilidade de mudar de função dentro da própria unidade.
	Hiper vigilância, preocupações excessivas com perigos relacionados ao cargo.
	Morte de psicóloga da PFCAT, ela foi assassinada a mando de facção criminosa por ser servidora do Depen
	Medo em decorrência da função
	Alguns motivos, como: a morte de uma colega de trabalho e a insegurança que isso causou, falta de cuidado da gestão (direção e chefia) com a situação de insegurança, ansiedade e desmotivação.
	O falecimento, por assassinato, de uma colega do sistema, pelo simples fato dela ser servidora do Depen
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	Procedimentos administrativos internos sem fundamentação. Acusações falsas. Desrespeito às normas de antiguidade. Favorecimento de uns em detrimento de outros. Impessoalidade nas decisões pelos superiores. Falta de sensibilidade e senso em relação ao servidor e suas relações interfamiliares.
	Sofri um abalo emocional, depressão atípica acompanhada de raiva e frustração por ter sido alvo de perseguição no trabalho e por ter sido indiciada na condição de sindicada em uma sindicância acusatória.
	Há alguns anos, houve uma mudança brusca na forma de cumprir a carga-horária e tive transtorno de adaptação, diagnosticado pelo psiquiatra.
	Perseguição no ambiente de trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da análise dos dados extraídos do questionário complementar, obteve-se resultados muito relevantes, principalmente no que diz respeito ao volume de adoecimento relacionado ao trabalho. Tal questionário traz um exame complementar ao levantamento de dados dos afastamentos por motivo de saúde, apresentados no **item 4.2.2**. Na coletânea de dados, foi indicado o alto índice de afastamento após ocorrência dos atentados contra os servidores do sistema, entre 2016 e 2017. Outrossim, nas respostas abertas, os servidores indicam o medo da

morte como fator recorrente e motivador para as licenças médicas. Dentre os servidores entre 6 e 12 anos em serviço, 92,3% já se afastaram por motivo de saúde. A imensa maioria, 83,3%, informou que os afastamentos estavam relacionados aos aspectos da sua atividade laboral.

Análise geral dos resultados obtidos

Realizar discussões sobre o adoecimento de sujeitos que trabalham nas instituições prisionais federais brasileiras requer refletir a: organização rígida do trabalho, pouca liberdade para expor o pensamento, danos físicos, psicológicos etc. Ao mesmo tempo, devemos olhar para os fatores sociais que atravessam o cotidiano da categoria e reconhecer os estigmas enfrentados eles na execução de suas tarefas. Considera-se que os problemas cotidianos enfrentados pelos trabalhadores prisionais são complexos e de difícil solução. A análise voltada para as condições objetivas de trabalho possibilita pensar como a sociedade produz e influencia o sofrimento desses indivíduos.

Conforme Benelli (2014) a principal função das instituições totais na sociedade disciplinar é a de normalização, implementando práticas classificatórias e hierarquizantes. Nesse sentido, as prisões buscam enquadrar os desvios dos sujeitos e efetuar sobre eles uma vigilância sem pausa. Para cumprir tais objetivos, essas instituições contam com os técnicos prisionais, atores institucionais que, muitas vezes, não compreendem a dimensão nem o significado de suas práticas, além de não refletirem sobre a estrutura social a partir da qual suas ações se alicerçam, atuando como meros executores ao invés de sujeitos críticos.(BENELLI,2014).

Benelli (2014, p.18) também observa o projeto contraditório que subjaz aos objetivos prisionais, mencionando que “é verdade que se uma instituição cumprisse o que se propõe a realizar, por meio das organizações, estabelecimentos e dispositivos nos quais se encarna, ela se dissolveria”. E, assim, para resistir ao seu extermínio, as prisões utilizam-se de um processo de automanutenção, desempenhando esforços reproduzidos pelas práticas de controle, ausência de crítica, exercício de poder e forte hierarquia,

Esse contexto de institucionalização dos indivíduos nas entidades totais produz um tipo de subjetividade específica, trabalhada, inclusive, conforme discutido no decorrer desse trabalho, durante o processo de formação para carreira. Nesse primeiro contato dos servidores recém empossados com o ambiente laboral, a orientação é realizada mediante práticas disciplinarmente rígidas, que incidem diretamente em sua constituição subjetiva, e, por conseguinte, promovem

condições que favorecem alguns processos de saúde, adoecimento e, conseqüente, absenteísmo de seus servidores

Na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade, é preciso observar as contradições sociais presentes no contexto dos trabalhadores das prisões totalitárias que os levam ao processo de adoecimento. E, para isto, se faz necessário reconhecer a existência de tendências estruturantes no mundo as quais acomodam o sujeito na condição de dominação.

O caráter repressivo e dominador da sociedade tem predominado nas relações de trabalho. A racionalidade técnica é reforçada pelos processos de gestão, progressivamente verticalizados, metódicos e hierarquizados. Para Marcuse (2015), o capitalismo reforçado pelos meios de comunicação em massa reproduz, cada vez mais, o consumismo, mais controle social e apreensão da classe trabalhadora, de modo que os processos sociais estão manipulados sob a ótica dessa racionalidade existente.

O sistema prisional, ao repetir a lógica da sociedade administrada, é um espaço de trabalho que tem sua administração pautada no cumprimento das regras rígidas; em decorrência disso, a prestação dos serviços de saúde e o atendimento aos pacientes passam ao segundo plano, enquanto o cumprimento das ordens ganha prioridade. Com isso, os profissionais especializados, além de lidarem com as especificidades de suas profissões, precisam se ajustar, cada vez mais, às demandas da irracionalidade do sistema administrado e imposto à sociedade. As discussões elaboradas pelos estudiosos da Teoria Crítica da Sociedade contribuem para pensar sobre o objeto de pesquisa, ao possibilitar análises a respeito da lógica de organização da sociedade, e, conseqüentemente, a lógica do sistema prisional e sua influência na saúde dos trabalhadores.

Assim, a partir dos dados coletados com o levantamento dos afastamentos dos servidores no período entre 2017 e 2019, além dos dados coletados no protocolo (PROART), infere-se que a grande incidência do volume de faltas no trabalho estariam relacionados, justamente, a problemas oriundos dessa perspectiva de institucionalização das subjetividades, refletida nas próprias relações e gestões do trabalho.

No escopo dos resultados obtidos duas constatações apresentam-se de maneira clara: o risco de adoecimento em consequência do trabalho nas instituições federais prisionais brasileiras é real e se acentua de maneira grave quando relacionado aos servidores com maior tempo de serviço. Além disso, o instrumento utilizado revelou uma situação de risco médio na maioria das respostas dos servidores, independentemente do tempo de serviço, o que deve ser visto como um alerta limiar, que demanda intervenções mais imediatas e constantes (curto/médio prazo).

A respeito desses resultados, conforme dados localizados na revisão literária presente no terceiro capítulo desse estudo, identificamos no trabalho de Lourenço (2010) dados relacionados aos anseios dos trabalhadores prisionais antes de ingressarem no ambiente laboral. Aspirações como a ascensão dentro da própria carreira, ou a aprovação em concurso público em área menos estressante, faziam parte do imaginário dos servidores quando do ingresso na função. Contudo, o autor observou que com o passar dos anos, o que se vê, na maioria dos casos, é que aqueles sonhos, fantasias e aspirações desapareceram gradualmente. Dessa forma, para esses funcionários, somada à tensão e ao medo decorrentes da atividade profissional na prisão, a frustração da carreira e fantasias que não se cumpriram favoreceriam ainda mais o mal estar no trabalho.

Além disso, os servidores prisionais mais antigos, de maneira geral, não acreditam em mudanças de comportamento dos presos, até porque, convivem diretamente com o empobrecimento e a precariedade da instituição prisional. (LOURENÇO, 2010). No estudo de Lima *et al* (2019) sobre a incidência do Transtorno Mental Comum nessa categoria constata-se que 48,42% do grupo mais afetado representa parte do classe mais antiga, que trabalha no sistema entre 10 a 15 anos.

Da análise dos resultados na escala I (Organização Prescrita do Trabalho), considerando o tempo em serviço, obteve-se resultado com média 3,66 para 1 a 5 anos em serviço, contra 2,61 para 6 a 12 anos em serviço. A princípio, o resultado indica uma organização do trabalho mais deficitária para os servidores com maior tempo de serviço no órgão. Contudo, considerando o resultado geral, a média permanece em alerta, com 3,19. Ainda sobre essa escala, na análise geral por unidade de trabalho, todas obtiveram média que as colocam em atenção no que diz respeito às situações-limite relacionadas à organização e à prescrição dos trabalhos. Foi constatada a percepção de que: há pouca flexibilidade em relação à execução das tarefas, número insuficiente de trabalhadores, condições inadequadas para realização do trabalho e falta de liberdade para expor a opinião. Em contrapartida, o espaço físico atende parcialmente à execução das tarefas.

Frisa-se que as unidades prisionais, do ponto de vista físico, são bem estruturadas. Por possuírem elevados recursos do governo federal, não carecem de bons equipamentos e mobiliários adequados para execução dos procedimentos de saúde e reabilitação. Contudo, chama a atenção a percepção dos servidores em relação às características rígidas do trabalho, como a falta de liberdade para expressar o desejo de mudança em relação à forma como executam o seu trabalho, além do temor em sofrer consequências por via do processo administrativo. Outro fator preponderante e consistentemente presente nos relatos dos servidores é a expressão do medo em perder a vida em razão das atividades que realizam.

Sobre a organização rígida do sistema prisional, a Teoria Crítica da Sociedade observa que a lógica da sociedade administrada organiza a vida social do trabalho, pautando-se no produtivismo e pragmatismo, oferecendo pouca margem para o exercício da autonomia. Assim, no contexto prisional a flexibilidade fica mais difícil, pois os servidores experimentam cotidianamente o contexto da *mais-repressão*. Como já discutido no decorrer desse trabalho, Marcuse (1968) parte da análise freudiana sobre a repressão para fazer o apontamento do seu conceito de mais-repressão da sociedade contemporânea. Esse conceito significa uma repressão extra, que excede o necessário, e é possibilitada pela dominação de alguns homens sobre os outros. Os sujeitos estudados, além de sofrerem as repressões administrativas, padecem do medo das repressões impostas pelos pacientes custodiados, representada pelo medo de sofrerem retaliações fora do ambiente de trabalho.

A respeito dos dados encontrados sobre o estilo de gestão que prevalece na condução dos trabalhos nos presídios federais, são notáveis as exigências em relação à padronização dos procedimentos de segurança. Sobrecarga e pressão no trabalho acarretam um custo psíquico para manutenção da ordem no sistema prisional. Se não há válvulas de escape dentro da própria organização do trabalho, e se as relações hierárquicas são embasadas apenas em regras burocráticas, os servidores ficam cada vez mais fragilizados. A constatação de que 83,3% dos servidores do grupo mais antigo se afastaram por motivos relacionados ao trabalho acaba por comprovar a necessidade iminente de se desvencilhar, ao menos, momentaneamente, da circunstância adversa. Notadamente, no contexto estudado, observa-se o desprestígio das relações humanas no trabalho, pois há muita atenção para a regulamentação das condutas e das normas, e poucos artefatos voltados para as questões das relações interpessoais e da saúde no trabalho. A “obediência cadavérica”,¹⁶ exigida pelo modelo de gestão, faz o servidor respeitar as leis internas e executar uma prática profissional muito técnica e pouco reflexiva.

Na análise dos itens da escala de gestão, conforme destacado na Tabela 18, considerando a variável tempo em serviço, todas as médias em relação à liderança coletivista e realizadora foram menores que 3,0, demonstrando a não identificação com esses perfis de liderança. Da mesma forma, na análise geral por Unidade Prisional (Tabela 26), o estilo normativo prevaleceu em todas. Os estudos de Faria e Meneghetti (2007), apontam que possui prevalência na sociedade capitalista o estilo de gestão que responsabiliza o sujeito pelo próprio mal-estar. Isso perpassa a lógica positivista de que os problemas de saúde têm sua gênese na esfera individual. Esse pensamento desloca a responsabilidade social e a transfere apenas ao sujeito, sem reconhecer as

¹⁶ Obediência cadavérica foi um termo utilizado por Eichmann para justificar o seu comportamento diante do holocausto. (ARENDRT, 2020, p. 152).

particularidades de ambos, ampliando, assim, as injustiças sociais. Há marcadamente uma contradição no sentido de que, se existem os custos com as ausências (atestados médicos), a gestão deveria ofertar instrumentos mais adequados, de forma a balizar os custos sociais e desenvolver estratégias visando a redução dos danos relacionados ao trabalho.

Nas respostas aos itens do fator indignidade na Escala Sofrimento Patogênico no Trabalho, os servidores indicaram que submeter seus trabalhos às decisões políticas causa insatisfação. Cabe aqui a observação de que o Departamento, por estar situado no âmbito da segurança pública nacional, sofre diretamente intervenções políticas. Na medida em que ocorrem as alternâncias do poder político, os cargos de liderança são colocados à disposição dos partidos. Acontece que, muitas vezes, os eleitos para ocuparem funções de direcionamento e gestão não possui conhecimento sobre o fluxo do trabalho e não se afiliam às causas dos trabalhadores, e sim aos valores remuneratórios ofertados. Nesse caso, a ingerência de políticas partidárias em relação aos cargos comissionados promove um sucateamento institucional, posto que os interesses coletivos, geralmente, não são considerados, causando uma sensação de irrelevância do trabalho.

Os relatos extraídos do questionário complementar indicam a necessidade dos trabalhadores de discorrer sobre seus medos e expor os perigos aos quais são expostos cotidianamente. Os servidores prisionais são capturados pela ideologia de que não devem revelar seus medos, mesmo diante do perigo, pois a organização do trabalho em presídios está voltada para manutenção da segurança dos custodiados, e os ideais de um ambiente prisional assemelham-se aos ideais militares do heroísmo, da coragem. Dessa forma, se o ambiente não favorece a vazão para os medos e angústias, os afastamentos médicos tornam-se a única via possível. Importante destacar, ainda, que as relações desses sujeitos com o mundo exterior (sociais) também são afetadas; nota-se, por exemplo, que funcionar como um representante do Estado dentro de uma prisão é estar suscetível a perigos, inclusive ao medo de virar alvo de facções criminosas. O trabalho, que teria a função social de agir como meio de sobrevivência, para alguns trabalhadores, finda-se como medo de “perder a vida”.

Em relação à quarta escala, denominada **danos psicossociais relacionados ao trabalho**, os resultados gerais apresentaram o fator “danos psicológicos” com resultado alerta em quatro das cinco unidades de trabalho analisadas, com destaque dos itens “tristeza, mau-humor e alterações do sono”. Os resultados específicos, relacionados ao tempo de serviço, por exemplo, apontaram mais dados psicológicos em relação aos servidores mais antigos. Ressalta-se que 83,3% do grupo que trabalha há mais tempo respondeu ao questionário complementar afirmando ter se afastado do trabalho por motivos relacionados ao próprio labor. Sobre isso, podemos fazer uma correlação ao estudo desenvolvido por Santos *et al* (2021) na investigação da prevalência

de Transtorno depressivo em profissionais prisionais, que afirma que a faixa constatada para os agentes penitenciários é de 18,8%, aproximadamente quatro vezes mais alta do que a relatada para a população mundial, que é de 4,4%.

Lima *et al* (2019) também identificou algumas constantes como: quase metade dos agentes avaliados afirmou dormir mal (40%), afirmou também que o trabalho causa sofrimento diário (40%) e que se sente constantemente nervoso, tenso e preocupado (43%), obtendo maiores “pontuações em questões relacionadas ao humor depressivo-ansioso (59,55% - dor de cabeça, dorme mal, desconforto estomacal, má digestão, falta de apetite, tremores) e sintomas somáticos (53,35% - nervoso, assustam-se com facilidade, tristeza, choram com mais frequência)”. (p.05).

Rumin (2011) afirma que a perturbação do sono é uma manifestação frequente entre esses trabalhadores e que além das dificuldades para iniciar o ciclo de sono, “emergem manifestações oníricas aterrorizadoras sobre sua integridade física, sobre o coletivo dos trabalhadores e de seus familiares”(p. 194). Tais situações acabam sendo fator diferencial para que o trabalhador do sistema prisional incorra em falhas que proporcionem a manifestação violenta dos sentenciados (inclusive fugas), ou, ainda, que os levem a práticas violentas extremas contra a população carcerária e até contra indivíduos externos, geralmente identificados com os detentos.

No estudo Santos *et al* (2021), ter sofrido ameaça de facções criminosas foi considerado como um aspecto psicossocial do trabalho que resultou em maior prevalência do transtorno depressivo maior. Nesse sentido, resultados obtidos inferem o impacto do trabalho no cárcere além do contexto das unidades, pois o medo e a exposição vivenciados estão para além da prisão. pois o medo e a exposição vivenciados estão para além da prisão e do seu próprio ser, já que as ameaças podem também afetar os familiares dos agentes, fator que agrava o sofrimento mental desses servidores.

De acordo com Souza e Rumin (2010), as atividades de trabalho exercidas pelos agentes penitenciários provocam uma carga psicológica alta, o que pode impactar sua saúde. Esse autores relacionam as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores em três grupos principais: condições infraestruturais do ambiente, a adequação de mobiliário, por exemplo; aspectos psicossociais do trabalho, como satisfação nas atividades desempenhadas, autonomia na realização de tarefas, hierarquia, relações interpessoais com colegas e chefia; e organização do trabalho, ou seja, repetitividade de tarefas, número de trabalhadores disponíveis, pressões no desempenho da atividade laboral. Tais fatores são potencializadores de tensão, e, nesse sentido, o conjunto dessas demandas profissionais caracteriza o trabalho prisional como de alta exigência física e mental. Outrossim, os autores observaram a seguinte contingência: quanto maior o número de atividades desencadeadoras de tensão, maior a prevalência de transtorno depressivo maior.

Considerando os resultados por Unidade, a PFBRA apresentou baixo risco para os danos físicos e psicológicos. As outras 04 Unidades resultaram em alerta para esses danos. Já os danos sociais foram destacados pelas Unidades PFBRA E PFMOS. Das falas mais recorrentes, extraídas do questionário complementar, há muitas sobre o assassinato de servidores como fator crucial para os afastamentos das atividades. Conforme Jaskowiak e Fontana (2015) o medo, é um dos sentimentos que mais aflige o agente fora dos muros da prisão. Há o receio constante devido às condições inseguras no trabalho, personificado em diferentes formas: da morte, de ingressas em situação de refém, de rebeliões, do perigo e das incertezas constantes que a atividade impõe. No relatório complementar, o falecimento de colegas mortos em consequência do trabalho foram identificados como razões para o afastamento do ambiente laboral.

No resumo dos resultados gerais, em relação à **organização do trabalho**, destaca-se uma atribuição das demandas mais degradantes para o grupo de servidores mais antigos (6 a 12 anos), com média (2,61). Ainda considerando as análises gerais, o resultado mais significativo aconteceu para a PFCG. Sobre a prevalência dos **estilos de gestão**, houve destaque para os normativos e individualistas. Na análise geral, o normativo prevaleceu em todas as unidades, o individualista em duas (PFCG e PFMOS), o estilo realizador em nenhuma, e o estilo coletivista em duas (PFBRA E PFPV). Assim, os resultados relacionados ao estilo de gestão indicam diferenças sutis, mas relevantes, e que podem ser explicadas pela diversidade da cultura organizacional de cada unidade.

Na escala denominada **sofrimento patogênico no trabalho**, observou-se, nos resultados gerais, estado de “alerta” presente nos três fatores (desqualificação, indignação, inutilidade), com destaque para a indignação no item “meu trabalho é desgastante”. Em relação ao tempo de serviço, a indignidade aparece no grupo mais novo (1 a 5 anos) e no mais antigo (6 a 12 anos). Ao especificar-se o resultado por unidade, a PFBRA e PFCG apresentaram baixo risco no fator desqualificação. Em relação aos 03 fatores supracitados, novamente, considerando resultado por unidade, indignidade aparece com as maiores médias, sendo a mais alta relacionada à PFCG.

Para Horkheimer (2015), a organização do trabalho e a força produtiva do trabalhador é comprada pela fábrica, subordinada aos requisitos da tecnologia. Observou, Horkheimer (2015), que trabalho e capital estão preocupados em manter e expandir o controle. Para o autor, a tecnocracia ilude os homens com a possibilidade da superabundância dos bens produzidos eliminarem a miséria econômica. Contudo, “a sociedade moderna não está longe de ter realizado o sonho tecnocrático” (p. 171), ou seja, todo mecanismo produtivo tem funcionado conforme planejado, porém, diante das condições impostas, o indivíduo tem se enfraquecido. O que se observa nessa modalidade de trabalho, é a diminuição do pensamento e da resistência individual.

Desse modo, fica prejudicada a capacidade do trabalhador em romper com os arranjos estabelecidos pelo sistema que administra a sua existência. Os resultados apresentados suscitam a atitude de resistência, de pensar sobre essas condições de trabalho de maneira diferente da qual estão organizadas.

A gestão do trabalho, atrelada ao cumprimento das normas, promove o silêncio diante da imposição de chefias ditadoras. Calar-se é uma saída para a sobrevivência no ambiente de trabalho; contudo, silenciar também pode custar a saúde do trabalhador. A contradição é marcante: o sistema que ostenta o slogan de sucesso pelas suas regras rígidas e inquebráveis é o mesmo que faz os seus operadores lhe evitarem com tanta frequência.

CONCLUSÃO

O objetivo fixado neste estudo foi analisar os riscos à saúde dos trabalhadores especialistas e técnicos relacionados às atividades exercidas no contexto de trabalho (prisão federal de segurança máxima). As consequências, nesta modalidade de trabalho, vinculam-se às complexas especificidades de um serviço que é prestado em prol dos presos custodiados pelo regime prisional federal brasileiro.

Para este propósito, recorreremos, principalmente, aos estudos dos pensadores frankfurtianos, o que configurou esse trabalho como um processo bastante desafiador, pois, conforme já citado na seção de revisão de literatura, não foram localizados trabalhos anteriores que relacionassem o referencial bibliográfico supracitado e a categoria “trabalhadores prisionais”.

Na elaboração desta dissertação, ficou evidente a necessidade de avanço em relação aos temas; e ao impasse que permeia os estudos dentro de uma instituição total/prisão, como bem descreveu Foucault (1971)¹⁷: “Publicam-se poucas informações sobre as prisões; é uma das regiões escondidas de nosso sistema social, uma das caixas-pretas de nossa vida. Temos o direito de saber, nós queremos saber”.

Na sistematização deste estudo, no capítulo 1, após as discussões introdutórias, debatemos a obra de Kafka “Metamorfose”, relacionando-a à saúde dos trabalhadores. Foi possível observar os dilemas do protagonista, que, mesmo ao reconhecer a “estranheza do corpo”, metamorfoseado-se em condição inadequada ao trabalho, demonstrou como primeira preocupação o trabalho e sustento dos familiares. A obra representa uma fotografia do cotidiano do mundo do trabalho, pois Gregor Samsa era um vendedor viajante que, de acordo com as determinações do patrão, precisava ter seguido as regras, mesmo em condições humanamente impossíveis. Nesse sentido, pode-se fazer analogias em relação às questões da organização do trabalho que produz um sucateamento da mão de obra, com novas condições de opressão. Na lógica do mundo administrado, a velocidade do trabalho é regulada mecanicamente; há cada vez mais especializados, com pouca identificação.

No segundo tópico, *A prisão do trabalho*, foi abordada a questão de como as mudanças nos processos de trabalho geraram novas formas de adequação da classe trabalhadora à sociedade

¹⁷ O trecho foi lido por Foucault em uma conferência de imprensa em 8 de fevereiro de 1971, ele foi escrito por Foucault em colaboração com Jean-Marie Domenach e Pierre Vidal-Naquet, e ficou conhecido como o manifesto do GIP. Fonte: <https://revistas.ufrj.br>.

capitalista. Os trabalhadores “presos” ao trabalho são regidos por relações nas quais se privilegia a subalternidade e se dificulta pensar diferente do que está posto. Por outro lado, a fadiga que essas relações de trabalho promovem são responsáveis pelo mal-estar na saúde dos trabalhadores, posto que, mesmo que as funções exijam menos esforço físico (substituído pelas máquinas), o esforço mental é cada vez mais rotinizado e padronizado; a tensão mental é predominante e esconde-se por trás dos discursos técnicos das supervisões abusivas e especializadas.

De acordo com os estudos de Foucault (2014) e Goffman (2015) foi possível concluir que os efeitos negativos da prisão também contaminam os seus operadores. É notável que a intolerância social e o sentimento de vingança social trazem à tona questões que precisam ser rediscutidas por toda a sociedade. Refletiu-se sobre o sistema prisional brasileiro de forma geral e demonstrou-se como as prisões refletem contradições sociais que não podem ser ignoradas. Destarte, o Estado Brasileiro cada vez mais policialesco, tem mantido rituais militares, sendo incapaz, em muitos casos, de garantir uma condição digna de vida à população em geral. A prisão surge, também, como espaço para atender à divisão de classes promovida pelo capitalismo; e procura realizar o “tratamento social da miséria” por meio de um “tratamento penal”. Nesse sentido, o mal-estar prisional é, antes de tudo, social (WACQUANT, 2001).

No capítulo referente ao método, como fonte secundária de análise, foi realizado o levantamento dos afastamentos médicos dos trabalhadores especialistas e técnicos no Sistema Penitenciário Federal (nos anos de 2017, 2018 e 2019). Os dados comprovaram números elevados de afastamentos. E, a avaliação do protocolo utilizado (PROART), auxiliou no diagnóstico de fatores de riscos relacionados a essa modalidade de trabalho.

No caso da instituição analisada, uma prisão de segurança máxima, a organização rígida do trabalho e os riscos inerentes às atividades estão associados a uma disposição fundamentada em resultados e pouco atenta ao sofrimento dos trabalhadores. No contexto da gestão, os estilos normativos foram destaque, demonstrando a preocupação maximizada dos gestores com as regras. Observou-se, de forma geral, uma desvalorização dos aspectos humanísticos do trabalho, pois há muita atenção para a regulamentação das condutas e normas, e poucos artefatos voltados para as questões das relações interpessoais e da saúde no trabalho.

Cabe reconhecer que o compromisso teórico e legal com a atividade a qual o servidor se propôs a realizar, por meio da inscrição em concurso público, nem sempre é um compromisso pacificado, pois compelido pela organização rígida do trabalho, o trabalhador não é capaz de confrontar e questionar além da dimensão existente.

O que fica muito evidente é que os presídios federais têm uma visão redutora da execução penal: Os servidores são alocados naquele espaço para atender às prescrições legais, para fazer o

mínimo e apenas o que é determinado. Incapaz de refletir a sua própria condição naquele local, o servidor é tomado pela monotonia e por sentimentos de inutilidade e indignação. Ele, o trabalhador, torna-se também o prisioneiro. Contudo, suas grades são simbólicas e ideológicas, porque está cercado pelas regras impostas pela administração prisional. Esse modelo “quartel” vai na contramão das ideias dos pensadores da Teoria Crítica da Sociedade: segundo Adorno (1995), desenvolver um pensamento crítico passa por um processo de aceitar as diferenças e tornar todos “iguais” diminuir a autonomia dos sujeitos e fecha o espaço para a reflexão, a autodeterminação e a emancipação humana.

A Teoria Crítica da Sociedade observa que o aparato da racionalidade tecnológica tem responsabilizado os sujeitos pelos ganhos, perdas e adoecimento, reforçando os estilos de gestão embasados na forte hierarquia e rígido controle na execução das tarefas. Segundo Marcuse (2015), há uma conformidade entre sujeito e condições sociais enrijecidas. O capitalismo oferta uma forma de vida aos indivíduos da qual estes não se dissociam facilmente, justamente porque estão fixados neste modo. Dessa forma, a luta pela sobrevivência configura poucas necessidades, e a satisfação das necessidades humanas é evitada de restrições, renúncias e sofrimentos. Desse modo, diante do capitalismo, qualquer satisfação necessita de trabalho, uns mais e outros menos penosos, para a obtenção de subsistências mais básicas ou mais complexas.

Conforme indica a Teoria Crítica da Sociedade, combater as injustiças sociais aduz a tarefa do pensar, do refletir sobre as condições impostas e do formar novas possibilidades. Outrossim, a tarefa do pensar é política e prediz um questionamento. Escrever sobre o trabalho em prisões é, acima de tudo, criar esses questionamentos, apontar as contradições e refletir sobre elas. O que fazem os servidores prisionais além de mover essa grande engrenagem?

É preciso desconfiar da realidade aparente, desconfiar da resposta política de que as prisões representam a tranquilidade e paz social. Carecemos de pensar originalmente, identificar as raízes do problema. Essa é uma tarefa política! A promoção de melhores condições de trabalho para servidores do Sistema Penitenciário Federal é, em certa medida, um combate à naturalização do mal que permeia a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. Anotações sobre Kafka. In: **Prismas: Crítica cultural e sociedade**. São Paulo: Ática, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4179821/>
- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho - **Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**, 2018.
- ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BAGALHO, Jaqueline Oliveira; MORAES, Thiago Drumond. A organização do trabalho prisional e as vivências de prazer e sofrimento. **Estud. Psicol.** (Natal), v. 22, n. 3, p. 305-315, set. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2017000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 maio 2021.
- BARRETO, Margarida Maria Silveira. **Uma jornada de humilhações**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- BARRETO, Margarida Maria Silveira. **Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações**. São Paulo: EDUC, 2006.
- BENELLI, SJ. O lugar das instituições disciplinares na sociedade contemporânea. In: **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas [online]**. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 13-22.
- BRASIL, **Lei nº 13.964**, Lei Anticrime. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal, 2019.
- BRASIL, **Portaria DISPF nº 11**. Aprova o Manual de Assistências do Sistema Penitenciário Federal, aplicável no âmbito das Penitenciárias Federais na forma dos Anexos a esta Portaria e dá outras providências, 2015.
- BRASIL, **Portaria nº 199**, Aprova o Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional, 2018.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei n. 11.907, de 2 de fevereiro de 2009. Estrutura a carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a lei n. 10.693, de 25 de junho de 2003; cria as carreiras de especialistas em assistência penitenciária e técnico de apoio a assistência entre outros. **Diário Oficial da União**, 4 fev. 2009.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de execução penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL, Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18072.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Portaria Interministerial MS/MJ nº 01/2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jan. 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Portaria MS nº 482/2014. Institui normas para a operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 abr. 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0482_01_04_2014.html. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRITO, Lana Jocasta de Souza; MUROFUSE, Neide Tiemi; LEAL, Laura Adrian; CAMELO, Silvia Helena Henriques. Cotidiano e organização laboral de trabalhadores de saúde em presídio federal brasileiro. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 31, n. 3, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v31i3.21834>. Acesso em: 12 dez. 2020.

CAPETATO, Maria Helena Rolim. O nazismo e a produção de guerra. **Revista USP**, v. 26, p. 82-93, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i26p82-93>. Acesso em: 12 dez. 2020.

CARNAÚBA, Maria Érbia Cássia. Sobre a distinção entre teoria tradicional e teoria crítica em Max Horkheimer. **Kínesis**, v. 2, n. 03, p. 195-204, 2010.

CASTRO, Alexandre de Carvalho; LEAO, Luís Henrique da Costa. A metamorfose e o campo da saúde mental de trabalhadores: uma análise bakhtiniana. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3615-3624, set. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903615&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 maio 2021.

CASTRO, Karolina Alves Pereira de. **Sistema Penitenciário Federal: estudo sobre regimes disciplinares e confinamento solitário**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CASULO, Ana Celeste; SILVEIRA, Carla; ALVES, Giovanni; VAZQUEZ, Petilda. Precarização do trabalho e saúde mental: o Brasil na Era Neoliberal. Bauru, SP: Projeto Editorial **Praxis**, 2018.

CAVALCANTE, Daniele Mejia. **Dimensões organizacionais do trabalho do agente penitenciário federal e riscos de adoecimento sob a ótica da psicodinâmica do trabalho**.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

CHIARELLO, Daniela. **Análise da produção científica nacional em uma base de dados - Scientific Electronic Library On-line (SciELO)**, sobre as relações de poder e reflexos na saúde mental de trabalhadores de um sistema penitenciário. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Saúde Mental) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2010.

CODO, Wanderley. Saúde mental e trabalho: uma urgência prática. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 20-24, 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 maio 2021.

CORREA, Jonathan S. *et al.* Bem-estar no trabalho e síndrome de Burnout: faces opostas no labor penitenciário. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 20, n. 3, eRAMG190149, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712019000300305&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 maio 2021.

CROCHIK, José Leon. O desencanto sedutor: a ideologia da racionalidade tecnológica. **Interação: Rev. Fac. Educ. UFG**, 28 (1): 15-35, jan./jun. 2003.

CROCHIK, José Leon. Fatores psicológicos e sociais associados ao bullying. **Rev. Psicol. Polít.**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 211-229, ago. 2012.

CROCHIK, José Leon. Os desafios atuais da subjetividade na Psicologia. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 69-85, 1998.

CROCHIK, José Leon. **Teoria crítica da sociedade e psicologia**: alguns ensaios. [S.l: s.n.], 2011.

CROCHIK, José Leon. Notas sobre a dicotomia corpo-psique. **Interações**, v. 10, n. 19, p. 103, jun. 2005.

DEJOURS, Christophe. **A Banalização da Injustiça Social**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 7 ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura no Trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho; tradução de Ana Isabel Paraguay, Lúcia Leal Ferreira. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DIMENSTEIN, Magda *et al.* . Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 62-70, mar. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572017000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 jun. 2022.

DORIA, Pedro. **Facismo à Brasileira**. Edições d'o narrador - editora e livraria ltda – me, 2020.

FACAS, Emílio Peres. **Protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho** – contribuições da psicodinâmica do trabalho. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O sequestro da subjetividade. *In: FARIA, José Henrique de (org.). Análise crítica das teorias e práticas organizacionais.* São Paulo: Atlas, 2007. p. 45-67.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo; BORGES, André. Ideias fora do lugar: o neoliberalismo como categoria de análise das políticas sociais no Brasil. **Organização e Sociedade**, v. 15, n. 46, p. 13-37, 2008.

FIGUEIRO, Rafael Albuquerque; DIMENSTEIN, Magda. Controle a Céu Aberto: Medo e Processos de Subjetivação no Cotidiano de Agentes Penitenciários. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 38, n. spe2, p. 131-143, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000600131&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 mai. 2021.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** São Paulo: Editora UNESP, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2014.

GAULEJAC, Vicent. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Tradução de Ivo Storniolo. Aparecida- SP: ideias e letras, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo.** Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1989.

HELOANI, José Roberto. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar – 6. Ed.** São Paulo: Cortez, 2011.

HORKHEIMER, Marx. **Eclipse da razão.** Tradução Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. *In: Textos escolhidos.* Os Pensadores. v. XLVIII. São Paulo. Abril Cultural. 1980. p. 118-145.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos.** Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

IMBRIZI, Jaqueline M. **A formação do indivíduo no capitalismo tardio.** São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

JASKOWIAK, C.R; FONTANA, R.T. O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. **Rev. Bras. Enferm.** [online]. 2015, v. 68, n. 2 [Acessado 17 Junho 2022], pp. 235-243. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167.2015680208i>>.

KAFKA, Franz. **A metamorfose.** Primeira edição: 1915. [s. l.]: UNAMA, 2017. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua00106a.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

KANT, Immanuel. **Fundamentação metafísica dos costumes**. Tradução Inês A. Lohbauer. São Paulo: Martin Claret, 2018.

LAURELL, A. C; NORIEGA, M. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec, 1989.

LEMOS, A. M; MAZZILLI, C.; KLERING, L.R. Análise do trabalho prisional: um estudo exploratório. **Rev. adm. contemp.** [online], v. 2, n. 3, p. 129-149, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65551998000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 maio. 2021.

LIMA, Ana Izabel Oliveira *et al.* Prevalência de Transtornos Mentais Comuns e Uso de Álcool e Drogas entre Agentes Penitenciários. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 35, e3555, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722019000100604&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 maio 2021.

LOURENÇO. Luiz Cláudio. Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. v. 3, n. 10, p. 11-31, out-dez. 2010.

LOURENÇO, Arlindo da Silva. **O espaço de vida do Agente de Segurança Penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários**. 2010. Tese (doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MACURSE, Hebert. **O homem unidimensional**; estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MAGALHÃES JR., José César de; HIRATA, Daniel Veloso. Governar pela crítica: o reformismo carcerário em *Vigiar e Punir*. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, p. 67-83, 2017.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**: uma crítica filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

NUNES, Everardo Duarte. A doença como processo social / The disease. *In*: CANESQUI, Ana Maria. **Ciências sociais e saúde para o ensino médico**. São Paulo, Hucitec, 2000. p.217-229. (Didática, 9).

MARQUES, Gabriela da Silva; GIONGO, Carmem Regina; RUCKERT, Camila. **Saúde mental dos agentes penitenciários no Brasil**: uma revisão sistemática da literatura. **Diálogo**, Canoas, n. 38, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18316/dialogo.v0i38.4202>. Acesso em: 04 maio 2021.

MARX, Karl. **O Capital**: Extratos por Paul Lafargue/Karl Marx. Tradução de Abguar Bastos. São Paulo: Veneta, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. [s. l.]: Edição Progresso, 1987.

MATOS, Olgária C. F. **A Escola de Frankfurt**: luzes e sombras do iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993. Coleção logos.

MENDES, Ana Magnólia; FERREIRA, Mário César. **Inventário sobre o Trabalho e Riscos de Adoecimento – ITRA: instrumento auxiliar de diagnóstico de indicadores críticos no trabalho**. In: MENDES, Ana M. (org.). *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Portaria nº 157, de 12 de fevereiro de 2019. Disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 fev. 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Portaria nº 718, de 28 de agosto de 2017. Regulamenta a visita íntima no interior das penitenciárias federais. **Diário Oficial da União**, 30 ago. 2017.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. **Marx, Taylor, Ford: uma discussão sobre as forças produtivas capitalistas**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285839>. Acesso em: 05 maio. 2021.
MORAES, Pedro R. Bodê de Moraes. A identidade e o papel de agentes penitenciários. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 131-147, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/69036>. Acesso em: 4 mai. 2021.

MORAES NETO, B. *Século XX e trabalho taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate*. São Paulo: 2003

MOREIRA, Hélio Luiz Fonseca. Agente não é gente: sofrimento psíquico de trabalhadores penitenciários. In: PINHEIRO, Jorge A. M., FLIGUER José L. **Criminología y Ciencias Penales**. Buenos Aires: UCES, 2018.

REISHOFFER, Jefferson Cruz. **A Psicologia no Presídio Federal: Dos pareceres técnicos às produções de alta periculosidade** –UFRJ, 2015.

REISHOFFER, Jefferson Cruz; BICALHO Pedro Paulo Gastalho de. O Regime Disciplinar Diferenciado e o Sistema Penitenciário Federal: a “reinvenção da prisão” através de políticas penitenciárias de exceção. **Revista Polis e Psique**, v. 3, n. 2, 2013.

REISHOFFER, Jefferson Cruz; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 425-444, ago. 2009.

REZENDE, Gisele da Silva; SILVA, Alex Sander. Educação, subjetividade e formação: uma leitura d “o processo” de franz kafka. **Revista Iniciação Científica**, v. 9, n. 1, 2011, Criciúma, Santa Catarina.

RUMIN, C. R.o *et al.* O sofrimento Psíquico no trabalho de vigilância em prisões. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2011, v. 31, n. 1.p. 188-199, 2011. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000100016>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

SCARTAZZINI, Leticia; BORGES, Lucienne Martins. Condição psicossocial do agente

penitenciário: uma revisão teórica. **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, v. 38, n. 94, p. 45-53, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 maio 2021.

SOUZA, Katia Reis de *et al.* A categoria saúde na perspectiva da saúde do trabalhador: ensaio sobre interações, resistências e práxis. **Saúde em Debate**, [online], v. 41, n. spe2, p. 254-263, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S221>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SOUZA, J. C; RUMIN, C. R. O serviço de atenção à saúde mental aos trabalhadores do sistema prisional. **TransForm. Psicol.** [online], São Paulo , v. 3, n. 1, 2010 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-106X2010000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 jun. 2022.

SELLIGMANN-SILVA, Edith *et al.* O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 187-191, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 maio 2021.

SANTOS, Sheila Nascimento. *et al.* Transtorno depressivo maior em agentes penitenciários. **Rev. Saúde Pública** [online], São Paulo, vol.55, 2021. Disponível em <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102021000100205&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jun. 2022.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios da Administração Científica**. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000.

TITTONI, J.; NARDI, H, C. Saúde mental e trabalho: reflexões a partir de estudos com trabalhadores afastados do trabalho por adoecimento profissional. *In:* JACQUES, M, G, C., *et al.* (org.). **Relações sociais e ética** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 70-80.

RUMI, R. M; MONTEIRO, J. K. Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. **Estud. Psicol.**, Natal, v. 8, n. 3, p. 527-535, set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2013000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 maio 2021.

WACQUANT, Loïc. 2001. **As prisões da miséria**. Tradução Ed André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 176 p.

ZANOLLA, Sílvia Rosa Silva. Educação e barbárie: aspectos culturais da violência na perspectiva da teoria crítica da sociedade. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 117- 123, 2010.

ZAFARRONI, Eugenio Raúl. A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.

APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Este é um convite para você preencher um formulário de pesquisa:

Instruções

1. Leia atentamente o Termo de Consentimento abaixo;
2. Caso tenha dúvidas, você pode contatar o pesquisador através do telefone, e-mail ou endereço que consta no termo;
3. Aceitando participar da pesquisa, marque o botão de ACEITO;
4. Clique na Próxima Página para preencher o questionário.

Caro Servidor (a),

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário da pesquisa: saúde mental e trabalho: estudo sobre as condições de trabalho dos profissionais das assistências atuantes em unidades prisionais de segurança máxima), realizada por pesquisadoras vinculadas a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. O objetivo desse estudo é analisar como as condições de trabalho afetam a saúde mental do trabalhador prisional. Para tanto, utilizaremos 04 escalas que integram o protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho -PROART (itá atualizado), desenvolvido por pesquisadores da UNB. Cada escala é composta por, aproximadamente, 30 itens, que avaliam fatores diferentes e, ao mesmo tempo, complementares.

Sobre riscos e possíveis benefícios advindos de sua participação, cabe destacar que a pesquisa prevê riscos mínimos a sua integridade, uma vez que se trata de questionário anônimo on-line. A respeito dos riscos mínimos, destacamos: os de origem psicológica, intelectual; há possibilidade de cansaço ao responder às perguntas. A fim de minimizá-lo, a escala não tem um tempo mínimo para resposta, utilize o tempo conforme sua necessidade. Os benefícios com a participação nesta pesquisa serão a melhor compreensão a respeito da saúde mental dos servidores assistências que laboram no regime de segurança máxima. Dessa forma, sua resposta contribuirá para a carreira trabalhista da qual faz parte. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Outro importante item previsto na resolução do CNS é a garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo aos participantes do estudo. Você poderá solicitar esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer etapa do estudo. Você é livre para recusar-se a

participar ou interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem necessidade de justificativa. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade. Os pesquisadores asseguram que sua identidade será preservada e que o sigilo será mantido. Os dados coletados serão mantidos por um período de cinco (05) anos, conforme item XI.2, alínea f, da Resolução 466/2012.

Os resultados de todas as entrevistas e enquetes serão utilizados na elaboração do relatório final da pesquisa, e podem ser utilizados também em artigos, apresentações em congressos ou conferências. A sua participação não acarretará custos para você e não será disponibilizada nenhuma compensação financeira.

Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, pedimos a gentileza de entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – Campus da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-reitorias “Hercules Maymone”- 1ª andar, CEP – 7907090. Campo Grandes/MS e e-mail: cepconep.propp@ufms.br; tel: 673345-7187 – atendimento ao público: 07h30min- 11h30min no período matutino e das 13h30min às 17h30min no período vespertino.

Acrescentamos, por fim, que você tem direito a uma via deste termo, que pode ser salva em seu dispositivo móvel ou no computador. Se estiver esclarecido sobre a finalidade deste estudo, e concordar em participar, por favor, assinale a opção ACEITO.

LINK DO TERMO:

https://docs.google.com/document/d/1x2kMoiTu8XLCMg6zOw_pIpizrdQEjJo-e9sleb3WtYY/edit

APÊNDICE 2 – Questionário complementar

- A) Você já se afastou do trabalho por motivo de saúde?
- B) O seu afastamento foi relacionado com o contexto de trabalho?
- C) Fale um pouco mais sobre as razões do seu afastamento...

APÊNDICE 3 – Requerimento

11/11/2021

SEI/MJ - 12769270 - Requerimento



12769270



08118.003883/2020-56



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Departamento Penitenciário Nacional
Serviço de Saúde da PFCG

REQUERIMENTO

AO DIRETOR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL.

Prezado Diretor,

Venho por meio deste solicitar a colaboração no sentido de permitir a realização da pesquisa intitulada **“ O trabalho e a saúde mental: uma análise das condições de trabalho dos (profissionais de saúde) das Unidades Prisionais Federais Brasileiras.”** A pesquisa será orientada pela professora **Drª. Branca Maria de Meneses** e desenvolvida por **Manuela da Silva Amorim**, PSICÓLOGA- SIAPE 2136005-7, e atualmente é estudante no curso de **Mestrado em Psicologia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.**

A proposta deste trabalho é realizar um estudo sobre os fatores presentes na organização do trabalho que produzem sofrimento psíquico na execução laboral **dos profissionais de saúde que atuam nos Presídios Federais Brasileiros.** Destaca-se que há escassos referenciais teóricos a respeito do tema em questão, assim sendo, a saúde mental desses servidores encontra-se em um processo de inviabilização teórica que dificultam ações para mudanças. Busca-se investigar também, como objetivos específicos, as condições impostas pelo exercício desse labor e sua vazão psicossocial na vida desses trabalhadores e os altos índices de afastamentos por motivo de saúde entre profissionais dos SESAS. Assim sendo, consideramos que a compreensão dos fatores Institucionais que promovem mal-estar em seus operadores ultrapassam um modelo específico de gestão organizacional, trata-se de problema de solução complexa, pois as prisões acabam por refletir estigmas sociais que impactam na elaboração dos trabalhos assistenciais aos presos.

Como instrumentos de coleta de dados, pretende-se utilizar o Inventário sobre Trabalho e Risco de Adoecimento – ITRA, desenvolvido por Ferreira e Mendes (2003) e Mendes e Ferreira (2007). o ITRA é composto por quatro escalas que avaliam fatores diferentes e, ao mesmo tempo, complementares, contemplando os seguinte temas, dentre outros: **custo humano, danos psíquicos e contexto de trabalho.**

Esclarecemos que os resultados dessa pesquisa serão **utilizados unicamente para fins científicos.** Portanto, solicitamos:

- Autorização para a coleta de dados com os **Servidores das 05 cinco Unidades Federais.**
- Autorização para acesso aos dados de afastamentos por motivo de saúde dos anos 2017, 2018 e 2019.

- Autorização para menção do nome da instituição em relatório técnico-científico, ou ainda, em eventos e publicações em periódicos na área de PSICOLOGIA.
- Autorização para divulgação dos resultados da pesquisa em eventos e publicações científicos nas áreas de Psicologia e Saúde, considerando-se os devidos cuidados éticos e editoriais.
- Autorização para apresentação dos resultados da pesquisa nos estabelecimentos penais estudados.

Na certeza de contarmos com sua colaboração e empenho, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **MANUELA DA SILVA AMORIM, Especialista Federal em Assistência à Execução Penal - Psicólogo(a)**, em 30/09/2020, às 12:37, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12769270** e o código CRC **024CEBE3**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO 1 – Autorização institucional

DESPACHO Nº 122/2021/SSQV/COGEP/DIREX/DEPEN/MJ

Destino: **COGEP**

Assunto: **Acesso à Informação: Pedido de Acesso à Informação (SIC)**

Interessado(a): **Depen**

1. Trata-se do Requerimento [12769270](#), no qual a servidora Manuela da Silva Amorim, Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, SIAPE 2136005-7 solicita autorização para acesso a dados de CID dos servidores para pesquisa de mestrado em psicologia, nos seguintes termos:

Venho por meio deste solicitar a colaboração no sentido de permitir a realização da pesquisa intitulada "O trabalho e a saúde mental: uma análise das condições de trabalho dos (profissionais de saúde) das Unidades Prisionais Federais Brasileiras." A pesquisa será orientada pela professora Dr^a. **Branca Maria de Meneses** e desenvolvida por **Manuela da Silva Amorim**, PSICÓLOGA- SIAPE 2136005-7, e atualmente é estudante no curso de **Mestrado em Psicologia** na **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS**.

A proposta deste trabalho é realizar um estudo sobre os fatores presentes na organização do trabalho que produzem sofrimento psíquico na execução laboral dos profissionais de saúde que atuam nos Presídios Federais Brasileiros.

2. A servidora anexou Termo de Responsabilidade pela guarda e manuseio de dados sigilosos relativos à saúde dos servidores aos quais terá acesso ([13553500](#)), em processo relativo a este ([08118.003883/2020-56](#)).

3. Entende-se pertinente e relevante a priorização de pesquisas voltadas à temática da saúde mental, e ainda, especificamente, direcionada ao servidor Depen, de maneira que este SSQV não encontra óbices para a referida pesquisa e sugere aos gestores deste Departamento pela autorização da sua realização.

4. À COGEP para ciência e deliberações, caso pertinentes.

Respeitosamente,



14583456



08118.003883/2020-56



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Departamento Penitenciário Nacional
Coordenação de Gestão de Pessoas do DEPEN

DESPACHO Nº 1079/2021/COGEP/DIREX/DEPEN/MJ

Destino: **SESAU-CG; Arquivo**

Assunto: **Sistema Penitenciário: Pesquisa sobre Informações Penitenciárias**

Interessado(a): **Manuela da Silva Amorim**

1. Tendo em vista que foi concedido o acesso às informações requeridas pela servidora nos autos do processo 08007.000812/2021-30, archive-se nesta unidade.
2. Solicito à servidora que, ao final, disponibilize cópia à esta Coordenação do trabalho/dissertação elaborado, para fins de registro e integração de repositório institucional.

Atenciosamente,



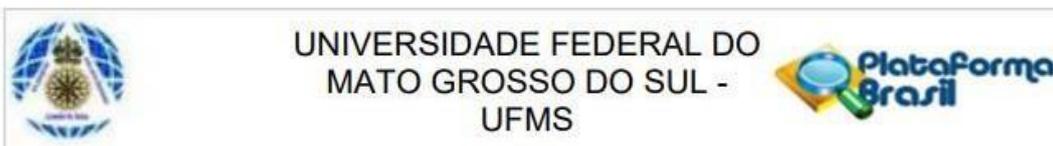
Documento assinado eletronicamente por **Daniela Braga Dutra Rocha, Coordenador(a) de Gestão de Pessoas**, em 04/05/2021, às 17:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14583456** e o código CRC **38E0240E**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO 2 – Parecer do comitê de ética – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul



Continuação do Parecer: 4.685.924

graves esperados ou não esperados. Também, ao término da realização da pesquisa, o pesquisador deve submeter ao CEP o relatório final da pesquisa. Os relatórios devem ser submetidos através da Plataforma Brasil, utilizando-se da ferramenta de NOTIFICAÇÃO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1699463.pdf	26/03/2021 14:08:40		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREESCLARECIDO01.pdf	26/03/2021 14:08:14	MANUELA DA SILVA AMORIM	Aceito
Outros	ITRAESCALA.pdf	26/03/2021 14:07:22	MANUELA DA SILVA AMORIM	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_compressed.pdf	08/02/2021 17:18:26	MANUELA DA SILVA AMORIM	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_para_colegiado_manuela.pdf	05/02/2021 20:05:14	MANUELA DA SILVA AMORIM	Aceito
Declaração de concordância	declaracao_instituicao.pdf	05/02/2021 20:04:58	MANUELA DA SILVA AMORIM	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMODESIGILO01.pdf	05/02/2021 20:01:42	MANUELA DA SILVA AMORIM	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPO GRANDE, 02 de Maio de 2021

Assinado por:
Jeandre Augusto dos Santos Jaques
(Coordenador(a))

ANEXO 3 – Protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho (PROART)

Leia os itens abaixo e escolha a alternativa que melhor corresponde à avaliação que você faz do seu contexto de trabalho.

1 Nunca	2 Raramente	3 Às vezes	4 Frequentemente	5 Sempre	
O número de trabalhadores é suficiente para a execução das tarefas	1	2	3	4	5
Os recursos de trabalho são em número suficiente para a realização das tarefas	1	2	3	4	5
O espaço físico disponível para a realização do trabalho é adequado	1	2	3	4	5
Os equipamentos são adequados para a realização das tarefas	1	2	3	4	5
Há clareza na definição das tarefas	1	2	3	4	5
Há justiça na distribuição das tarefas	1	2	3	4	5
Os funcionários participam das decisões sobre o trabalho	1	2	3	4	5
A comunicação entre chefe e subordinado é adequada	1	2	3	4	5
Tenho autonomia para realizar as tarefas como julgo melhor	1	2	3	4	5
Há qualidade na comunicação entre os funcionários	1	2	3	4	5
As informações de que preciso para executar minhas tarefas são Claras	1	2	3	4	5
O ritmo de trabalho é adequado	1	2	3	4	5
Os prazos para a realização das tarefas são flexíveis	1	2	3	4	5
A avaliação do meu trabalho inclui aspectos além da minha Produção	1	2	3	4	5
Há flexibilidade nas normas para a execução das tarefas	1	2	3	4	5
As orientações que me são passadas para realizar as tarefas são coerentes entre si	1	2	3	4	5
As tarefas que executo em meu trabalho são variadas	1	2	3	4	5
Tenho liberdade para opinar sobre o meu trabalho	1	2	3	4	5
Possuo condições adequadas para alcançar os resultados esperados do meu trabalho	1	2	3	4	5

Leia os itens abaixo e escolha a alternativa que melhor corresponde à avaliação que você faz sobre a forma de gestão utilizada na sua organização.

1 Nunca	2 Raramente	3 Às vezes	4 Frequentemente	5 Sempre	
Em meu trabalho, incentiva-se a idolatria dos chefes	1	2	3	4	5
Os gestores desta organização se consideram insubstituíveis	1	2	3	4	5
Aqui os gestores preferem trabalhar individualmente	1	2	3	4	5

1 Nunca	2 Raramente	3 Às vezes	4 Frequentemente	5 Sempre	
Nesta organização os gestores se consideram o centro do mundo	1	2	3	4	5
Os gestores desta organização fazem qualquer coisa para chamar a Atenção	1	2	3	4	5
É creditada grande importância para as regras nesta organização	1	2	3	4	5
A hierarquia é valorizada nesta organização	1	2	3	4	5
Os laços afetivos são fracos entre as pessoas desta organização	1	2	3	4	5
Há forte controle do trabalho	1	2	3	4	5
O ambiente de trabalho se desorganiza com mudanças	1	2	3	4	5
Existe rigoroso planejamento das ações	1	2	3	4	5
Os gestores são intolerantes com o individualismo	1	2	3	4	5
As pessoas são comprometidos com a organização mesmo quando não há retorno adequado	1	2	3	4	5
O mérito das conquistas na empresa é de todos	1	2	3	4	5
O trabalho coletivo é valorizado pelos gestores	1	2	3	4	5
Para esta organização, o resultado do trabalho é visto como uma realização do grupo	1	2	3	4	5
As decisões nesta organização são tomadas em grupo	1	2	3	4	5
Somos incentivados pelos gestores a buscar novos desafios	1	2	3	4	5
Os gestores favorecem o trabalho interativo de profissionais de diferentes áreas.	1	2	3	4	5
A competência dos trabalhadores é valorizada pela gestão	1	2	3	4	5
Existe oportunidades semelhante de ascensão para todas as Pessoas	1	2	3	4	5
Os gestores se preocupam com o bem estar dos trabalhadores	1	2	3	4	5
A inovação é valorizada nesta organização	1	2	3	4	5

Leia os itens abaixo e escolha a alternativa que melhor corresponde à avaliação que você faz das suas vivências em relação ao seu trabalho atual.

1 Nunca	2 Raramente	3 Às vezes	4 Frequentemente	5 Sempre	
Meu trabalho é desvalorizado pela organização	1	2	3	4	5
Sinto-me inútil em meu trabalho	1	2	3	4	5
Considero minhas tarefas insignificantes	1	2	3	4	5
Sinto-me improdutivo no meu trabalho	1	2	3	4	5

1 Nunca	2 Raramente	3 Às vezes	4 Frequentemente	5 Sempre	
A identificação com minhas tarefas é inexistente	1	2	3	4	5
Sinto-me desmotivado para realizar minhas tarefas	1	2	3	4	5
Meu trabalho é irrelevante para o desenvolvimento da sociedade	1	2	3	4	5
Meu trabalho é sem sentido	1	2	3	4	5
Minhas tarefas são banais	1	2	3	4	5
Meu trabalho é cansativo	1	2	3	4	5
Meu trabalho é desgastante	1	2	3	4	5
Meu trabalho me frustra	1	2	3	4	5
Meu trabalho me sobrecarrega	1	2	3	4	5
Meu trabalho me desanima	1	2	3	4	5
Submeter meu trabalho a decisões políticas é fonte de revolta	1	2	3	4	5
Meu trabalho me faz sofrer	1	2	3	4	5
A submissão do meu chefe à ordens superiores me causa revolta	1	2	3	4	5
Permaneço neste emprego por falta de oportunidade no mercado Trabalho	1	2	3	4	5
Meu trabalho me causa insatisfação	1	2	3	4	5
Meus colegas desvalorizam meu trabalho	1	2	3	4	5
Falta-me liberdade para dizer o que penso sobre meu trabalho	1	2	3	4	5
Meus colegas são indiferentes comigo	1	2	3	4	5
Sou excluído do planejamento de minhas próprias tarefas	1	2	3	4	5
Minha chefia trata meu trabalho com indiferença	1	2	3	4	5
É difícil a convivência com meus colegas	1	2	3	4	5
O trabalho que realizo é desqualificado pela chefia	1	2	3	4	5
Falta-me liberdade para dialogar com minha chefia	1	2	3	4	5
Há desconfiança na relação entre chefia e subordinado	1	2	3	4	5

Os itens, a seguir, tratam dos tipos de *problemas físicos, psicológicos e sociais que você avalia como causados, essencialmente, pelo seu trabalho*. Marque o número que melhor corresponde à freqüência com a qual eles estiveram presentes na sua vida nos últimos seis meses.

1 Nunca	2 Raramente	3 Às vezes	4 Frequentemente	5 Sempre	
Amargura	1	2	3	4	5
Sensação de vazio	1	2	3	4	5

1 Nunca	2 Raramente	3 Às vezes	4 Frequentemente	5 Sempre
------------	----------------	---------------	---------------------	-------------

Mau-Humor	1	2	3	4	5
Vontade de Desistir de Tudo	1	2	3	4	5
Tristeza	1	2	3	4	5
Perda da auto-confiança	1	2	3	4	5
Solidão	1	2	3	4	5
Insensibilidade em relação aos colegas	1	2	3	4	5
Dificuldades nas relações fora do trabalho	1	2	3	4	5
Vontade de ficar sozinho	1	2	3	4	5
Conflitos nas relações familiares	1	2	3	4	5
Agressividade com os outros	1	2	3	4	5
Dificuldade com os amigos	1	2	3	4	5
Impaciência com as pessoas em geral	1	2	3	4	5
Dores no corpo	1	2	3	4	5
Dores no braço	1	2	3	4	5
Dor de cabeça	1	2	3	4	5
Distúrbios digestivos	1	2	3	4	5
Dores nas costas	1	2	3	4	5
Alterações no sono	1	2	3	4	5
Dores nas pernas	1	2	3	4	5
Distúrbios Circulatórios	1	2	3	4	5
Alterações no apetite	1	2	3	4	5

Deseja fazer algum comentário sobre os itens respondidos? _____

Quais são as principais dificuldades que você enfrenta em seu trabalho?

Superior Incompleto Superior
Completo

Pós-Graduação

Estado Civil

Solteiro

()

Casado/U

nião

Estável ()

Divorciad

o/Separad

o () Viúvo

Cargo Atual

Lotação

Tempo de Serviço na Instituição

_____ano(s) e _____mês(es)

Tempo de Serviço no Cargo Atual

_____ano(s) e _____mês(es)

Tipo de Contrato de Trabalho

Efetivo - CLT

Efetivo - Concursado ()

Terceirizado

Estagiário

Outro: _____

Número de problemas de saúde
relacionados ao trabalho no
último ano

()

Nenh

um ()

1 ou 2

() 3 ou mais

Obrigada pela sua participação!